



MUNICÍPIO DE SOURE
CÂMARA MUNICIPAL

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

ATA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

1.1. SAÚDE

. Funcionamento das Extensões de Saúde

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências

. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Emissão de Certidões para efeitos de Planeamento e Urbanismo

- Maria Madalena Lucas dos Santos

Ponto 4. Apreciação de Propostas de Ata

4.1. - 14.07.2014

4.2. - 28.07.2014

Ponto 5. **GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2014**

. Apreciação de Propostas de Alteração - 10.^a/10.^a -

Ponto 6. **EDUCAÇÃO**

. Fornecimento de Refeições Escolares

- Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia

6.1. Alfarelos

6.2. Samuel

6.3. Tapéus

6.4. União de Freguesias de Degracias e Pombalinho

6.5. Vinha da Rainha

Ponto 7. **CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

. APOIO AO INVESTIMENTO

Ponto 8. **DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

. CONSTRUÇÃO DE OUTROS POLIDESPORTIVOS

. Polidesportivo de Paleão - Freg. de Soure

- Arranjos Exteriores

. Homologação do Auto de Receção Provisória

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

- Ponto 9. **AÇÃO SOCIAL** – APOIO A ATIVIDADES NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL
- . AÇÃO SOCIAL ESCOLAR / SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA
 - Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar
 - Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições aos Alunos do 1.º CEB
 - . Prestação de Serviços de Confeção, Transporte e Distribuição das Refeições Escolares nos Estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar e 1.º CEB
 - Abertura de Procedimento Prévio
- Ponto 10. **AÇÃO SOCIAL** – APOIO A ATIVIDADES NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL
- . Pedido de Apoio
 - Ana Beatriz Grilo Valente
- Ponto 11. **FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA**
- . Baixa Tensão Normal
 - . Baixa Tensão Especial
 - . Média Tensão
 - . Iluminação Pública
 - Acordo Quadro
 - . Abertura de Procedimento Prévio
- Ponto 12. **HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO** – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
- . CONCEÇÃO/EXECUÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DOS BACELOS - 2.ª FASE
 - . Empreitada de “Reabilitação da Zona Adjacente ao Polidesportivo da Palmeira”
 - . Reparação de Anomalias
 - Homologação do Auto de Receção Provisória
- Ponto 13. **HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO** – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
- . CONCEÇÃO/EXECUÇÃO DO PLANO PORMENOR BACELOS - 3.ª FASE
 - . REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO ENTRE OS RIOS ANÇOS E ARUNCA
 - Homologações dos Autos de Receção Provisória
- 13.1. Aplicação de Rachão
- 13.2. Abertura de Braço de Água entre os Rios Anços e Arunca
- Ponto 14. **HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO** – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
- . CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO LARGOS E PRAÇAS
 - . Largo de S. Domingos - Quatro Lagoas
 - Homologação do Auto de Receção Provisória
- Ponto 15. **HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO** – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
- . CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS
 - Homologações dos Autos de Receção Provisória

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

- 15.1. Brunhós
- 15.2. Zona Adjacente à Extensão de Saúde de Samuel
- 15.3. Avenida Dr. João Esteves Simões
- 15.4. Encosta do Sol - Soure
- 15.5. Rua Henrique Fernandes Ruas - Vila Nova de Anços

Ponto 16. URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- . CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS
 - Homologações dos Autos de Receção Definitiva

- 16.1. Ligação entre a Zona Industrial de Soure e as Matas
- 16.2. Piquete junto ao Cruzamento da EN 348 com o CM 1106

Ponto 17. ABASTECIMENTO PÚBLICO/ÁGUA

- . NOVAS CAPTAÇÕES E OPERACIONALIZAÇÃO
 - Homologações dos Autos de Receção Provisória

- 17.1. Nova Captação em Carregosa - Sistema de Casa Velha
- 17.2. Nova Captação em Carregosa - Sistema de Casa Velha
 - Alargamento da Perfuração e Proteção em Tubagem Metálica
- 17.3. Nova Captação nos Casais das Camarinheiras

Ponto 18. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

- . Qualidade da Água de Consumo Humano
 - Resumo 3.º Trimestre de 2014

Ponto 19. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA

- . RECARGAS
- . Arruamentos e Ligações na Freguesia de Soure - Arruamentos no Sobral (Entre o Polidesportivo e a Capela)
 - Homologação do Auto de Receção Definitiva

Ponto 20. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
- . EM ZONAS URBANAS
 - . Reparação de Pavimento na Rua Comendador João Duarte Cachulo - Vinha da Rainha
 - Homologação do Auto de Receção Provisória

Ponto 21. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
- . EM ZONAS RURAIS
- . Arruamentos Diversos

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

- Homologação do Auto de Receção Provisória

Ponto 22. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE

- Homologações dos Autos de Receção Definitiva

22.1. EM ZONAS RURAIS

- C.M. 1113 entre Vila Nova de Anços e o Limite do Concelho

22.2. Freguesia de Soure - Bonitos

Ponto 23. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

- . SINALIZAÇÃO DIVERSA

- Homologações dos Autos de Receção Definitiva

23.1. Pintura de Marcas Rodoviárias - Estrada EM 616 que liga a EN 348 ao Cercal e o Cercal a Brunhós

23.2. Pintura de Marcas Rodoviárias

Ponto 24. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

- . OUTRAS RECARGAS

- Homologações dos Autos de Receção Definitiva

24.1. Arruamentos na Freguesia de Soure - CM 1008 entre Sobral e Netos

24.2. Arruamentos na Freguesia de Vila Nova de Anços – Barroco

Ponto 25. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES

- . ALCATROAMENTOS NOVOS

- . Arruamentos e Ligações na Freguesia de Soure

- Homologações dos Autos de Receção Definitiva

25.1. Pavimentação do Arruamento de Acesso aos Lotes 15 e 29 na Zona Industrial de Soure

25.2. Diversos

Ponto 26. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES

- . OUTROS ALCATROAMENTOS NOVOS

- . Alargamento em Sabugueiro - Freguesia de Pombalinho

- Homologação do Auto de Receção Definitiva

Ponto 27. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

- Homologações dos Autos de Receção Definitiva

27.1. Arruamentos na Freguesia de Degraças

- Casais de S. Jorge e Covão das Favas

27.2. Arruamentos e Ligações na Freguesia de Soure

- Ligação à Ponte Nova de Paleão

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

- 27.3. Arruamentos em Casalinhos
- Diversos
- Ponto 28. **COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO**
. Estrada Soure/Casal do Barril/Marco do Sul - Beneficiação
- Homologação do Auto de Receção Definitiva
- Ponto 29. **SERVIÇOS MUNICIPAIS**
. MANUTENÇÃO E LICENCIAMENTO DE SOFTWARE
- Abertura de Procedimento Prévio
- Ponto 30. **SERVIÇOS MUNICIPAIS**
. Fornecimento Contínuo de Combustíveis Líquidos
. Acordo - Quadro
- Abertura de Procedimento Prévio
- Ponto 31. **DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA**
- Acordos de Execução
31.1. Alfarelos
31.2. Soure
31.3. União de Freguesias de Degraças e Pombalinho
31.4. União de Freguesias de Gesteira e Brunhós
31.5. Vila Nova de Aços
- Ponto 32. **ALTERAÇÕES AO ZONAMENTO E COEFICIENTES DE LOCALIZAÇÃO PARA CÁLCULO DO VALOR PATRIMONIAL TRIBUTÁRIO**
- Nomeação de Interlocutor Municipal
- Ponto 33. **CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA**
- Ponto 34. **TARIFÁRIOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS**
34.1. Serviço de Abastecimento Público de Água
- Proposta de Tarifário 2015
34.2. Serviço de Saneamento de Águas Residuais
- Proposta de Tarifário 2015
34.3. Serviço de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos
- Proposta de Tarifário 2015
- Ponto 35. **SANEAMENTO E SALUBRIDADE**
. RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

- . Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) a Destino Final, Fornecimento, Colocação, Manutenção, Lavagem e Desinfecção de Contentores no Concelho de Soure
- Prorrogação do Prazo Fixado para Apresentação de Propostas

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

O Senhor Presidente deu início à reunião informando que o Município, entre a última reunião e a de hoje, se fez representar em diversas iniciativas concelhias.

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “no dia 27 de novembro, reuni com a Direção da Associação Recreativa e Cultural da Pouca Pena, onde foram discutidos dois assuntos: um é a necessidade de apoio à Escola de Música de Instrumentos de Percussão, o outro foi sobre o Encontro Anual de Tocadores de Gaitas de Fole e Gaiteiros, com a possibilidade de inclusão no programa cultural do Concelho para 2015. Na minha opinião os dois assuntos são importantes e devem ter apoio da Autarquia, à semelhança do que aconteceu com o Encontro de Concertinas.

Para terminar, também um pedido de apoio ao funcionamento para a Secção de Xadrez da Casa do Povo de Vila Nova de Anços, à semelhança do que acontece com os apoios dados pela Autarquia às diversas Secções de Xadrez do Instituto Pedro Hispano.”

O Senhor Vereador Dr. Santos Mota referiu que: “gostaria de dar aqui duas informações. No dia 13 de dezembro, comemorou-se o Dia Internacional da Deficiência, que tem como objetivo a compreensão e defesa da dignidade dos direitos e bem-estar das pessoas portadoras de deficiência. Reconheço que os dias comemorativos dão visibilidade, dão a possibilidade de debate, de falar de determinada problemática e assim despertar as Instituições e a Sociedade Civil para certas realidades sociais. Segundo a Convenção da ONU, as pessoas com deficiência são todas aquelas com incapacidade prolongada de natureza física, intelectual ou assessorial, as quais, em conjugação com diversas barreiras, podem obstar à sua participação plena e efetiva na sociedade. Em Portugal, segundo dados estatísticos, 10% da população é portadora de deficiência, ou seja, um milhão de pessoas vê-se com dificuldades perante a sociedade, nomeadamente na formação, no emprego, na falta de acessibilidades, com maior gastos com a saúde, que associados à falta de conhecimentos e sensibilidade dos dirigentes, dificultam o dia a dia dos cidadãos. A taxa de pobreza das pessoas com deficiência é 70% superior à média, em grande parte devido às limitações do acesso ao emprego.

Conheço e acompanho as dificuldades e barreiras do portador de deficiência intelectual, envolvendo estigmas, preconceitos, em grande parte devido ao desconhecimento e ignorância das qualidades e capacidades destas pessoas, que são apenas diferentes. Contudo, no nosso Concelho os estigmas e preconceitos têm-se combatido e

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

desconstruído gradualmente com a interação e proximidade com a comunidade, através de diversas ações de âmbito social, cultural e desportivo, resultando de maior compreensão e apoio a estas pessoas que, na sua grande maioria, pertencem a famílias muito humildes. As pensões de incapacidade são muito baixas, diria até miseráveis. Para os que têm mais autonomia e competência, o êxito de integração no mercado de trabalho é muito baixo.

Assim, para que tenham uma dignidade e bem-estar social, dependem da proteção institucional. Felizmente, no nosso Concelho existe uma rede social bem articulada e complementada, que atenua e muito as dificuldades mais vulneráveis. Todavia é necessário dar mais atenção aos deficientes com dificuldades de mobilidade que se veem, muitas vezes, confrontados com barreiras físicas em edifícios públicos. Em Soure, o Edifício dos Paços do Concelho é um mau exemplo entre outros. No passado recente, a Autarquia fez, por administração direta, na sede do Concelho, algumas correções, nomeadamente de desvios de sinalização vertical, rebaixamento de lancis junto às passadeiras e estacionamento para veículos conduzidos por pessoas com deficiência. Há necessidade de dar continuidade a estes trabalhos.

Foi com satisfação que vi na ordem de trabalhos de hoje, a possibilidade de melhoramento de acessibilidade à Casa da Beatriz Valente, portadora de deficiência física, entre outras debilidades. É importante desenvolver uma cultura de sensibilidade e informação, em articulação e interação com as respostas sociais no terreno. São necessárias mudanças estruturais de acordo com o Plano Nacional de Promoção de Acessibilidades. É fundamental que o Estado, em articulação com as Autarquias, disponibilize meios e assim pôr em prática o que está salvaguardado na Constituição.”

Foram dadas várias informações e prestados diversos esclarecimentos.-----

1.1. SAÚDE

. Funcionamento das Extensões de Saúde

O Senhor Presidente referiu que: “tal como havia sido pedido, solicitou-se a presença do Senhor Diretor do ACES do Baixo Mondego e da Senhora Coordenadora da Unidade de Saúde Familiar de Soure.

A presença dos responsáveis da área da Saúde Familiar no Concelho prende-se com algumas dúvidas, nomeadamente o encerramento de Extensões de Saúde ou o seu funcionamento desadequado às necessidades da área que abrangem, entre outras matérias. Por detrás do despoletar deste problema, foi um processo que, neste momento, ainda leva uma Extensão de Saúde a funcionar abaixo daquilo que é a necessidade da população, nomeadamente a de Figueiró do Campo, embora por este processo de encerramento temporário tenha passado também a de Alfarelos. Pretendemos saber como se perspectiva o funcionamento destas Extensões de Saúde e qual a política de Saúde Familiar.”

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

O Senhor Vereador Américo Nogueira referiu que: “estou aqui na qualidade de Vereador mas também na qualidade de utente. Nós fizemos uma reunião na sexta-feira, em Coimbra. Penso que os assuntos principais foram, mais ou menos, debatidos. É evidente que não chegámos ao objetivo que queremos, que é um Médico de Família para Figueiró do Campo e penso que esse problema também é de Samuel. Achava por bem que a Administração Regional de Saúde nomeasse um Médico para estas duas Extensões. Não sendo o nosso objetivo cumprido, a Comissão sentiu algum conforto porque, por aquilo que percebi, a questão mais importante que se pretendia é que não iria encerrar, para já, a Extensão de Saúde de Figueiró do Campo. Assim, gostaria que o Senhor Diretor, Dr. Morais, confirmasse se se prevê o encerramento, ou não, da Extensão de Saúde de Figueiró do Campo e de outras, uma vez que, na mesma situação, se encontra a de Samuel.”

O Senhor Diretor Executivo do ACES, Dr. Morais, referiu que: “de facto, a situação não é a mais agradável em Soure, aliás dos 15 Centros de Saúde dos 10 Concelhos do Agrupamento dos Centros de Saúde, provavelmente, Soure e Montemor-o-Velho são os que estão em situação mais crítica devido às reformas que houve, porque temos um número significativo de utentes nestes dois locais sem Médico de Família.

Não havia justificação para tal em Soure, porquê? Porque quando foram criadas as duas Unidades, transformou-se o Centro de Saúde numa USF e numa USP. Portanto, a reforma dos Cuidados de Saúde Primários foi no sentido da realização da Unidade de Saúde Familiar. Estas Unidades permitem uma cobertura mais ampla, em termos de horário e em termos de disponibilidade de Médico e Enfermeiro de Família, ou seja, numa USF o que se pretende é que o Centro de Saúde tenha sempre Médico de Família para todos os utentes e funciona mais ou menos em espelho. O que é que é isto? Cada utente tem o seu Médico de Família mas sabe quem o substitui quando este não estiver presente. Há duas equipas que funcionam em espelho e vão, alternadamente, de férias ou congressos e sabem que assim estão garantidas as condições aos utentes. Com a criação da USF Vitasaurium isso conseguiu-se para um número significativo, que foi criada, sobretudo, na Sede do Concelho. Abrange a Sede do Concelho, as localidades mais próximas e Brunhós e funciona com resposta garantida a toda a gente. A USP ficou com uma distribuição, geograficamente, muito dispersa e com as Extensões, há exceção da Granja do Ulmeiro, que funciona só com um Médico, um Enfermeiro e um Administrativo e o que aconteceu é que a de Figueiró do Campo ficou sem os três. Ficámos com um problema difícil de resolver e o que é que acontece? Temos sete Extensões de Saúde mais a Sede, ou seja, ao criar-se a USF na Sede não se conseguiu, nem está fácil, que a USP não esteja também na Sede do Concelho, porquê? Porque como os Médicos têm uma dispersão grande e estão todos com 35 horas, o que sucede é que eles têm que estar dispersos, não estão fixos,

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

quando libertam o seu posto de trabalho os utentes da sua unidade, necessitando, têm de recorrer a alguém e a USF só vê os seus utentes, portanto um emigrante que tenha o seu serviço de saúde registado noutro país, utentes que não têm médico de família ou que são de outra extensão onde, nesse dia, não existe consulta, o único recurso que têm é vir à Sede do Centro de Saúde.

O que nós temos são oito postos de trabalho, inclusive quem dá resposta ao fim de semana é a USP, na Sede do Concelho e seis médicos. Não há volta a dar porque temos que gerir isto o melhor possível e reconhecemos que não é o ideal.

No início, parecia que não havia hipótese de manter a Extensão de Saúde de Figueiró do Campo aberta mas nas profícuas conversações que tivemos, conseguimos chegar a uma possibilidade, que é viável e se vai conseguir manter. Vai doer a outros porque ao estarmos a “puxar a manta para o pescoço temos que destapar os pés”, ou seja, começámos a desguarnecer Vila Nova de Anços e Samuel para conseguir manter Figueiró do Campo mas, se calhar, é mais equitativo assim.

Porque é que não conseguimos colocar um médico em Figueiró e outro em Samuel? Porque as capitações do nosso Concelho são estas. Pelo número de utentes registados e cidadãos inscritos no Serviço Nacional de Saúde, o Concelho de Soure tem direito a doze médicos de família, a distribuição é que não deve ser a ideal. Consegue-se, neste momento, dar muito boa resposta na Vinha da Rainha, Degracias, na Sede, ou seja, no sul do Concelho. No norte, infelizmente, está a funcionar menos bem. Na Granja do Ulmeiro existem dois médicos, agora, as outras vão perder um bocadinho nesta distribuição.

A última conversa, na sexta-feira, foi muito profícuo porque penso que, assim, conseguimos atribuir médico de família à grande maioria dos utentes afetos à Extensão de Saúde de Figueiró do Campo. O contra é que em Alfarelos e Vila Nova de Anços ficámos com menos um período de consultas.

Resolução para o assunto, só com a criação de duas USF, fazendo um grande Pólo no Concelho.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “a vossa presença aqui, a nosso pedido, tem subjacente alguma dificuldade de compreensão da nossa parte sobre a maneira como os cuidados de saúde estão a ser prestados no Concelho. Esse problema subsistiu durante algum tempo mas agora teve um impacto mais mediático, a partir do momento em que a população de Figueiró do Campo demonstrou publicamente a sua apreensão e preocupação em relação aos problemas com que se debate.

Da explanação que o Senhor Diretor Dr. Morais acaba de fazer, que muito agradecemos, ficamos, nós próprios, habilitados para, junto das populações, podermos ser, porventura, porta-vozes de algumas das preocupações aqui apresentadas, resolvidas ou discutidas. No entanto, da sua explanação resultam duas dúvidas. Primeiro, refere que a solução para os problemas que temos neste momento pode ser uma de duas: ou há alterações em termos

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

de distribuição do pessoal afeto à área de Saúde no nosso Concelho ou então a introdução de uma nova USF na zona norte do Concelho que, essa sim, podia resolver, de maneira mais profícua, o problema. Para cada uma destas questões, pergunto porque é que ainda não foram efetuadas.”

O Senhor Diretor Executivo do ACES, Dr. Morais, referiu que: “por duas razões fundamentais. O Senhor Presidente da ARS, o Senhor Presidente da Câmara e eu tivemos reuniões, no início de julho, e houve uma proposta para fazer essa reorganização. O que acontece é que para que ela seja possível são necessários dois requisitos fundamentais: primeiro, que a USF Vitasaurium consiga abranger o sul do Concelho. Foi proposto ficar com a Extensão de Saúde da Vinha da Rainha, assumir os utentes da zona da serra e ficavam com mais um médico, um enfermeiro e um administrativo, eventualmente até lhes era atribuído tempo para poder dar suporte aos emigrantes, a alguns cidadãos que não têm médico de família atribuído, só que as USF são as unidades com mais autonomia em cuidados de saúde primários e declinaram. Eventualmente uma reorganização imposta tem menos sucesso do que uma que seja aceite e tida como importante para todos. Portanto, essa era uma razão que poderia ser ultrapassada e que tem que ser ultrapassada, com negociação e, se não for, terá que haver alguma pressão para isso ocorrer. Porque é que ainda não está a ser feita uma maior força para que isso ocorra? É que não temos capacidade de instalar uma Unidade de Saúde na zona norte. Devia ser construída uma que apanhasse, sobretudo, o eixo que vai de Alfarelos, Vinha da Rainha, Figueiró do Campo, ou seja, essa Unidade de Saúde tinha que ter capacidade para instalar quatro médicos, quatro enfermeiros, quatro administrativos e em nenhuma das nossas unidades isso é viável e possível. Eventualmente, a ARS, com a colaboração da Câmara Municipal, tem de dar esse passo que, hoje em dia, é complicado porque os Fundos Comunitários estão reduzidos. Numa das últimas reuniões da CIM, estive presente e fiz ver que era importante, a construção na área da saúde, de três Pólos: uma USF em Soure norte, uma Unidade nas Alhadas e o Centro de Saúde de Fernão de Magalhães, em Coimbra.

Ainda temos uma outra situação crítica, que era o rejuvenescimento da equipa. Só é atrativo vir para aqui se for para trabalhar em equipa. Os médicos mais velhos aceitam e estão habituados, os mais novos exigem condições. Se conseguíssemos apostar numa Unidade de Saúde desse tipo, de certeza que tínhamos abertura, porque é uma zona atrativa, muito perto de Coimbra, da autoestrada e os jovens aceitariam e gostariam de vir. Assim, não consideram muito atrativo, num dia estão num lado, a seguir estão noutro, a equipa nem sempre é a mesma.

Das nossas maiores preocupações, no ACES, é a questão de impasse em que estamos em Soure e que queremos resolver.”

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

A Senhora Coordenadora da Unidade de Saúde de Soure, Dra. Ana Paula, referiu que: “gostaria de contextualizar as dificuldades do Concelho de Soure.

O Concelho de Soure tem, sob o ponto de vista da Saúde, profissionais muito envelhecidos e não é nada, e não sou tão otimista como o Dr. Morais, atrativo para os profissionais de Saúde, porquê? A partir do momento em que a Medicina Geral Familiar é uma especialidade, com quatro anos de formação pós-graduada após a licenciatura, as pessoas têm um nível de exigência completamente diferente e, além disso, têm um nível de qualidade de prestação muito abrangente e que exige um trabalho de equipa e multidisciplinar e em Soure é completamente impossível.

Esta polarização da Saúde em sete freguesias não permite que se faça um trabalho de qualidade porque cada um trabalha sozinho. Um dos objetivos é, por exemplo, que a população tenha acessibilidade no seu médico de família entre as 8,00h e as 20,00h, o que é completamente impossível com a polarização dos cuidados que nós temos aqui. Nenhum médico de família, dos especialistas recentes, quer vir para Soure e já temos esse exemplo com Vinha da Rainha que - eu estou em Degraças há sete anos -, desde que estou cá, já teve quatro médicos. Isto é uma realidade. Nós temos um quadro médico muito envelhecido, já no antigo ACES - BM II, fizemos a Carta da Saúde exatamente porque estávamos a prever as dificuldades que Soure ia ter nos próximos três a cinco anos - estamos no terceiro ano - e isto é o princípio do fim. No prazo de três anos não temos médicos em Soure pura e simplesmente. Isto já estava previsto há cinco anos... agora, a situação que foi discutida no antigo BM II e da qual saiu a Carta da Saúde foi exatamente a prevenir que chegássemos ao ponto de rutura total a que já chegámos e não há volta a dar porque não vão haver médicos, não há possibilidade de continuarmos com sete pólos dispersos, isto a nível médico.

A nível administrativo é igual, não temos profissionais administrativos que assegurem tanta unidade de saúde. No início do ano, pediram rescisão de contrato, dois profissionais e não foram substituídos e não vão ser.

A nível de enfermagem, é o setor que está melhor porque é um setor relativamente jovem, são pessoas da zona e não se prevê que saiam, mas todos querem integrar uma USF, porquê? A USF é um sistema de gestão autónoma, em que as pessoas se organizam por equipas, por grupos de trabalho. Assumem uma Carta de Compromissos, têm que cumprir aquilo que contratualizam que, de modo geral, é altamente benéfico para os utentes, porque aumentam a qualidade de prestação, os horários e também é benéfico para os profissionais porque, além do seu ordenado fixo, consoante o cumprimento ou não dos compromissos que assumem, têm reforço no vencimento. Em Soure, isso não é possível com esta polarização das unidades.

Já foi um drama quando foi criada a USF Vitasaurium, que foi uma das primeiras a nível nacional, com centralização de recursos, o que implicou fecho de Extensões, e descentralização de recursos. A partir do momento que foi criada esta USF, Soure - Sede,

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

beneficiou bastante com a prestação de cuidados e ficaram de fora as Extensões mais longe que, a partir daí, começaram a decrescer de qualidade, a partir do momento que os profissionais se foram reformando e, neste contexto, o futuro de Soure passa pela centralização das unidades e então será atrativo para os novos profissionais. Agora não temos profissionais nem infraestruturas para isso acontecer. Soure está muitíssimo bem serviço de Unidades de Saúde mas dispersas. Nenhuma das Unidades de Saúde Familiar existente justifica a qualidade que tem para a população que serve pela dispersão que têm. Trabalho nas Degracias, é das novas das mais antigas e é ótima, mas está claramente sobredimensionada em termos de estrutura, não tem número de utentes para usufruir daquelas condições e não há possibilidade de ter mais profissionais. Temos 1300 utentes, o horário chega perfeitamente, mas é uma Extensão que dava perfeitamente para trabalharem dois médicos, todo o dia. O mesmo se passa com Samuel, igualmente para a Vinha da Rainha.

A zona que eventualmente poderá ter mais condições para instalar uma USF é a zona da Granja do Ulmeiro porque é a zona mais populosa do Concelho, com grande possibilidade de aumentar a população. A Extensão de Saúde da Granja tem 3500 utentes mas há muito mais gente, não vai lá o médico porque não tem condições, não só pelas instalações, são ótimos profissionais, mas não conseguem responder a mais. A maior parte daquela população está inscrita em Coimbra e temos Norton de Matos com 15000 utentes, sem médico porque a maior parte dos utentes de Coimbra residem na periferia.

Enquanto não se criarem estruturas e Unidades de Saúde Familiar que, por um lado, atraiam os profissionais de saúde e, por outro lado, atraiam a população, isto vai desaparecer completamente, sob o ponto de vista da Saúde, e não há volta a dar.

O que é que estamos a fazer sem recursos? Dentro das condições que temos a qualidade é boa, não temos reclamações. As reclamações que temos são, pura e simplesmente, por falta de acesso, mas não se consegue dar mais. Não conseguimos distribuir seis médicos por oito Unidades de Saúde. Então andamos a diminuir a qualidade em todo o lado para conseguir manter alguma acessibilidade ou então fechamos tudo e vai tudo para a Sede... Com a colaboração dos profissionais ainda se vai fazendo alguma coisa mas temos que ter a compreensão e a colaboração da população. Estamos aqui para servir as pessoas o melhor possível e temo-lo feito.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “ouvi, com a atenção merecida, as vossas intervenções e estou um pouco estupefacta com algumas afirmações.

Sou de um setor profissional, com 28 anos de serviço, ao longo dos quais tive que fazer muitos quilómetros e estar longe da minha casa e da minha família durante muito tempo e nunca me passou pela cabeça desistir da minha profissão, por não ter condições para trabalhar ou por haver falta de condições existentes nas escolas onde estive colocada, ou

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

por os Concelhos onde estiva colocada não serem atrativos. Era o Ministério da Educação que me colocava e eu tinha que aceitar, para procurar aproximar-me de casa.

Pelos vistos temos andado à deriva porque ao longo dos anos construímos Extensões de Saúde nas diversas Freguesias, acreditava eu, com planeamento definido para garantir um direito constitucional às populações, que é o direito à Saúde. Agora o que ouvimos é o contrário, é considerar que foi um erro esta descentralização, este gasto de dinheiros públicos na construção de Extensões e eu não partilho dessa opinião, não me parece que sejam as Extensões que estejam a mais, o que me parece é que os recursos humanos são a menos. O que me parece inacreditável é que possa depender da vontade dos médicos trabalhar numa Extensão ou noutra porque têm melhores ou piores condições e não tanto porque têm que o fazer ou porque o Ministério da Saúde os coloca lá. Portanto, continuo a estar preocupada com a situação da Extensão de Saúde de Figueiró do Campo e com o direito das populações de Figueiró que está a ser claramente posto em causa.

Temos que reivindicar médicos, enfermeiros para dar condições às populações para verem respeitado o direito à saúde. A nossa população está cada vez mais envelhecida, e as dificuldades em chegar ao Centro de Saúde são cada vez mais.

Se a solução passa por criar uma Unidade de Saúde Familiar então que se discuta isso, para evitar o encerramento e afastar a saúde das pessoas. Na minha opinião, devemos discutir as condições que têm que ser criadas para que as populações tenham direito aos serviços de saúde e não vejo vantagem na concentração, em Soure, da prestação desse serviço.”

A Senhora Coordenadora da Unidade de Saúde de Soure, Dra. Ana Paula, referiu que: “concordo com a Senhora Vereadora, simplesmente há aqui um pormenor. Primeiro, porque é que os médicos podem escolher? Porque não há médicos. Portanto, enquanto eles tiverem opções preferenciais, claro que optam. Depois, há um pormenor que é muito importante, não temos população para... o Concelho de Soure reduziu imenso a sua população e não há população para sustentar os profissionais porque, com a população que temos - 8500 utentes -, dificilmente são 6 médicos porque o rácio é de 1500/1900 utentes por médico. Com 8500 utentes não temos rácio para mais de 6 médicos. 8500 pessoas centralizadas numa Unidade de Saúde, 6 médicos, 6 enfermeiros, 6 administrativos chega e sobra, porquê? Porque estão no sítio e o problema é a dispersão.

Durante os meus 30 anos de trabalho sempre defendi a qualidade da prestação de serviços à população. Agora, não pode ser dispersa porque não há recursos e não há população para.

Na nossa perspetiva, a solução para o Concelho de Soure é a centralização e apostarmos noutra coisa, que é os transportes e a acessibilidade. A partir do momento em que a Saúde não pode estar em todos os sítios temos que arranjar maneira de as pessoas irem a outro. O Concelho, em termos de dimensão, não é muito grande e se conseguirmos criar uma

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

rede de transportes acessível, com a colaboração da Câmara Municipal, junto das empresas privadas para que aumentem a quantidade de transportes, é a única hipótese.

No Concelho de Soure, onde é que estão centralizadas as coisas? É em Soure e toda a gente vem cá fazer o que tem que fazer. Porque é que não há-de ser assim também com a Saúde?

Um utente dependente não vai a pé para o Centro de Saúde, nem que more a 500 metros, vai sempre utilizando um transporte, o qual o pode levar um bocadinho mais ao lado se existirem os recursos necessários e com qualidade.

Cada vez mais, a Saúde tem tecnologias, tem é que estar centralizada. Não podemos ter, em todas as unidades, aparelhos de eletrocardiograma, RX... é impossível e é nisto que temos que pensar.

A situação que a Senhora Vereadora falou, da polarização das Extensões. No pós-25 de Abril havia muitos médicos e houve a perspetiva, e muito bem, as pessoas não tinham nada e deu-se-lhes uma Saúde condigna. Ainda bem, melhoraram-se os indicadores a nível nacional. Neste momento, a situação é completamente diferente porque, por um lado, há menos profissionais, por outro lado, a população diminuiu e aquela necessidade que houve de aproximar a Saúde da população, criar Unidades de Saúde em todo o lado, neste momento a perspetiva é outra, não há pessoas, há menos recursos humanos, a qualidade piorou... centralizar outra vez.

As USF têm 8... é um paradigma completamente diferente. Realmente, é lamentável que Soure esteja nesta situação, com ótimas Unidades de Saúde mas que não servem a orgânica atual.

A Extensão de Saúde de Figueiró do Campo, neste momento, tem oitocentos e poucas pessoas inscritas. Estamos a falar de um Centro de Saúde na cidade que tem 15000 utentes sem médico, é óbvio que ninguém se vai preocupar com Figueiró que só tem 800...

Digo estas coisas para terem a noção da realidade e dos números. Tomara eu ter médicos suficientes, em Soure, para todas as Unidades estarem abertas.”

O Senhor Diretor Executivo do ACES, Dr. Morais, referiu que: “ninguém vai concentrar tudo em Soure. Mesmo criando as USF, elas podem ter Extensões e o que nós queríamos era que a Vitasaurium assumisse a gestão da Extensão de Saúde da Vinha da Rainha e não iria fechar e no norte, se se criasse uma USF, também não era para fechar tudo. Acho que a Extensão de Saúde de Samuel não tinha possibilidade de fechar porque senão era complicado, para além de que, com a manutenção desta zona, nomeadamente Samuel, e se criássemos um Pólo no norte, era atrativo para a Abrunheira, que está com graves dificuldades... para Santo Varão, que está com dificuldades, que já foram para a Granja do Ulmeiro e voltaram para Santo Varão, até a própria Figueira Sul, em Alqueidão, muitos vieram para a Vinha da Rainha. Portanto, se formos atrativos para as populações limítrofes do nosso Concelho, conseguimos criar a massa suficiente de utentes para ter os 6 médicos no norte e criar uma Unidade. Se os utentes souberem que na Abrunheira só têm médico

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014**

uma vez por semana e a 3/4 quilómetros têm médico todos os dias, só não mudam se não quiserem.

Os médicos não vão todos embora ao mesmo tempo, mas estamos a minguar. É lógico que para sermos atrativos, aos médicos que se acabam de formar, temos que dar as melhores condições porque eles podem optar e ao optar não hesitam em escolher e como temos mais vagas do que candidatos temos mais procura do que oferta.

Antes de 2017 vamos ter graves dificuldades se não formos atrativos.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “reconheço que estão a dar o rosto, como se as razões da situação de caos na Saúde no Concelho de Soure, há semelhança de outros Concelhos, fossem os Senhores os responsáveis, e não são. Os Senhores são o rosto e a consequência de uma política de Saúde, na minha opinião, errada e até começada há muitos anos, nos diversos Governos. A solução, na vossa opinião, é a criação de uma Unidade de Saúde Familiar a norte do Concelho, abrangendo um conjunto de freguesias a norte, de modo que dê resposta à outra parte do Concelho. A pergunta que faço é o que é que impede, essa resposta o mais breve possível, para podermos resolver os nossos problemas?”

O Senhor Diretor Executivo do ACES, Dr. Morais, referiu que: “foi aprovada, em 2011/2012, a Carta da Saúde de Soure e quando a li pensei, *“está aqui uma obra bem pensada, bem estruturada e que é o futuro daquela zona”*”.

Se tivermos uma Unidade em que os utentes têm, das 8 da manhã às 8 da noite, resposta, a tal figura do médico em espelho, garante resposta em 24 horas.

Se não nos juntarmos, se não fizermos todos lobby... Soure tem excelentes Extensões de Saúde, foi um esforço digno, significativo, importante que a Câmara Municipal fez. A filosofia mudou, em 2006. Se estivermos a adiar o problema, deixamos de ser atrativos e dentro de 2/3 anos os médicos vão-se embora e só conseguimos captar médicos que estejam em fim de carreira. O que devíamos fazer era fixar médicos novos, com uma filosofia diferente, mais exigentes, mas com uma qualidade elevadíssima. Em meu entender, devemos ter dos melhores médicos de família do mundo. Aliás, são reconhecidos, vêm cá buscá-los. Em 3/4 anos seria possível criar uma excelente unidade.

Temos de, em conjunto, a Câmara Municipal, em uníssono, falar com o Senhor Presidente da ARS, falar com a CIM, com os responsáveis da Saúde 2020, com a CCDR, com todas as pessoas que têm poder e influência na distribuição das verbas, porque uma Unidade dessas fica cara, e tentar que ela esteja prevista. Se não se conseguir fazer a curto prazo, insistir com a ARS para uma solução alternativa.”

A Senhora Coordenadora da Unidade de Saúde de Soure, Dra. Ana Paula, referiu que: “relativamente à futura USF há um problema. As instalações são o ponto um. Enquanto

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

não houver instalações não se consegue fazer nada mas, atualmente, a população que está inscrita naquela zona também não chega. Nem sequer o que existe agora, juntando Figueiró do Campo, Alfarelos e Vila Nova de Anços, chega. Não há a possibilidade de fazer uma Candidatura para o futuro, a dizer que vamos ter mais população e que vamos começar com 5 médicos e que, de futuro, vamos ter 7 ou 8. Sinceramente, acredito que tem possibilidade para isso. Aquela zona da Granja do Ulmeiro tem muita potencialidade de atração, a zona da Figueira também, mas quem avançar primeiro é que ganha. Agora, tem que se avançar rapidamente. O Concelho de Montemor-o-Velho esteve muito à frente mas desistiram e agora, se Soure avançar, é Soure que vai ganhar aquela zona.”

O Senhor Diretor Executivo do ACES, Dr. Morais, referiu que: “neste momento, a zona norte tem 7000 e poucos utentes e deveria ter 8000.

O que é que é possível fazer? É preciso fazer um pouco de marketing junto das populações porque a zona da Gesteira e Brunhós está muito mais perto da zona da Granja do Ulmeiro e está a vir para Soure. Se conseguíssemos puxar essas populações, num dia em que haja uma USF para lá, garantimos, com as “franjas” de Santo Varão e da Abrunheira, os 8000 utentes.”

O Senhor Vereador Américo Nogueira referiu que: “a Unidade de Saúde Familiar na Granja do Ulmeiro, penso que estaremos todos de acordo, já devia estar a funcionar e os problemas já estariam resolvidos. O que é grave para as populações é que não há respostas imediatas, desde a falta de informação... não é aceitável que, por exemplo, se encerre uma Extensão de Saúde e que não haja informação aos utentes. Isso não é aceitável. Continuamos a adiar as coisas e não ir ao fundo do problema.

O que nos preocupa, neste momento, em Figueiró do Campo, em Samuel e, por aquilo que vejo, no Concelho todo, é falta de respostas no imediato porque, se amanhã adoecer um médico não temos quem o substitua.

Penso que está aqui a ser lançado um desafio importante, penso que a vereação também tem grande responsabilidade e este problema da Saúde, no Concelho de Soure, começa a ser uma grande preocupação.

Soure é um Concelho disperso, há muita falta de mobilidade das pessoas, com muitos idosos e com falta de meios de transporte. Penso que, no imediato, devemos tentar resolver o problema e preparar as coisas para, a longo prazo, resolvermos o problema com a USF, não podemos ficar parados.”

A Senhora Coordenadora da Unidade de Saúde de Soure, Dra. Ana Paula, referiu que: “qual é a alternativa sempre? Quando algum médico não está em determinada Unidade de Saúde Familiar têm que vir à Unidade de Saúde Familiar de Soure.

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

O que é que estamos a fazer? O CAC está aberto das 14 horas às 20 horas. Quando percebemos que não dá para fazer mais nada, pomos profissionais, os poucos que há, na Sede. A alternativa é sempre centralizar, em Soure, os recursos que houver na altura para que a população tenha acesso. Nessa altura, tudo o que seja consulta programada adia-se e centralizam-se os recursos para a Sede.”

O Senhor Presidente referiu que: “já temos discutido isto, quer em reuniões com a ACES, quer com a ARS. De facto, há uma Carta de Saúde aprovada em 2011, com a qual ainda se concorda e nós - Município - temos sempre a “porta aberta” para servir de parceiro para a questão das infraestruturas e até da mobilidade. Mantemos um acordo com a ARS a nível das Extensões de Saúde que encerraram, numa primeira fase, nas freguesias serranas de Degraças/Pombalinho e Tapeus, a que se juntou um outro programa para Brunhós, também alargado à Vinha da Rainha e a parte da Gesteira. Estamos, obviamente, disponíveis, sendo essa a vontade concertada com as populações e a ARS, para estender o Programa da Eco-Saúde. Da parte da Administração Central também existe essa abertura. A nível das infraestruturas, naquilo que possa ser o potenciar fisicamente a existência de infraestruturas capazes de albergar uma USF, essa possibilidade existe. Nós temos duas ou três situações para essa instalação. A haver uma centralidade, penso que é do senso comum, essa ser na Granja do Ulmeiro. Depois, isto traz problemas de que as pessoas das outras freguesias sintam que lhes estão a usurpar o estatuto de freguesia, que nós também não deixamos de não entender e defender, mas não houve condições, até agora, porque havia profissionais para fazer o outro lado da questão e conseguiu-se manter as Extensões abertas. Com os profissionais que hoje existem, dificilmente as Extensões estarão abertas. Havendo uma oferta de qualidade, ainda que na Granja do Ulmeiro, ainda que isso possa ferir a identidade de freguesia dos utentes de Figueiró do Campo, troca-se uma coisa que não tem qualidade para uma coisa que tem, ainda que com algum sacrifício e algum ferir de identidade local, enquanto não houver nada, não se troca uma coisa “fraca” por coisa nenhuma. No entanto, o Plano de Atividades do Município refere a possibilidade de criação dessa USF para que, em termos estratégicos, seja coincidente com aquilo que existe na Carta de Saúde. Por outro lado, em termos daquilo que são os programas do Portugal 2020 para a área do social, onde se inclui a Saúde, porque na Saúde podia não haver, concretamente, envelope financeiro para esta questão, tive o cuidado de, naquilo que é a comparticipação FEDER para o programa da Solidariedade, incluir essa possibilidade da USF.

Não acho que deva ser o Município o motor dessa mudança. É bom que fiquemos cientes que o problema não se esgota aí. As candidaturas às USF partem muito da iniciativa dos próprios profissionais. Não vamos ser nós motores de um investimento e depois os profissionais não querem... da parte do Município, acompanhamos a preocupação das populações. É evidente que a solução de Figueiró do Campo, pelo menos a encontrada na

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014**

quarta-feira passada e que já foi dada à Comissão de Utentes, de dois dias por semana é a mínima aceitável.

Vamos continuar a insistir numa reunião com o Presidente da ARS, Dr. Tereso. Vamos continuar a insistir, até porque tem sido essa a nossa contestação, fazermos lobby para melhorarmos estas condições. Há aqui questões que são de priorização, muitas delas transcendem a questão técnica, são questões políticas e, portanto, este tipo de pressão, de dar os sinais de preocupação que temos, ao mesmo tempo damos sinais de abertura, têm que continuar a ser dados.”

Foi tomado conhecimento.-----

**Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
. Licenciamento de Obras Particulares**

**Município de Soure
Requerimentos para Reunião**

De 25-11-2014 a 12-12-2014

12-12-2014

Class.: 01
Ano: 2014
Número: 588
Dt. Entrada Reqt.: 20-10-2014
Processo : 01/2014/31/0
Requerente: Raul José Morim de Sousa Carrasqueiro
Tp. Pedido: Novos elementos
Tp. Construção: Nova construção
Tp. Utilização: Habitação
Tipo Informação: Aprovo Arquitetura [Despacho]
Data reunião: 12-12-2014
Local Obra: Camparca
Informação: Deferido o pedido de aprovação do Projeto de arquitetura
Freguesia: Soure

Class.: 01
Ano: 2014
Número: 625
Dt. Entrada Reqt.: 31-10-2014
Processo : 01/2014/38/0
Requerente: Joana Raquel Simões Martins
Tp. Pedido: Projeto de arquitetura
Tp. Construção: Nova construção
Tp. Utilização: Habitação e Muros
Tipo Informação: Aprovo Arquitetura [Despacho]
Data reunião: 12-12-2014
Local Obra: Vale de Oliveira
Informação: Deferido o pedido de aprovação do Projeto de arquitetura
Freguesia: Soure

Class.: 01
Ano: 2014
Número: 640
Dt. Entrada Reqt.: 05-11-2014
Processo : 01/2014/40/0

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014**

Requerente: Carlos António Páscoa Gonçalves
Tp. Pedido: Licenciamento
Tp. Construção: Alteração/ampliação
Tp. Utilização: Habitação
Tipo Informação: Aprovo Arquitetura [Despacho]
Data reunião: 12-12-2014
Local Obra: Rua das Flores
Informação: Deferido o pedido de aprovação do Projeto de arquitetura
Freguesia: Vinha da Rainha

Class.: 01
Ano: 2014
Número: 623
Dt. Entrada Reqt.: 30-10-2014
Processo : 01/2009/46/0
Requerente: Fernanda dos Santos Ferreira
Tp. Pedido: Novos elementos
Tp. Construção: Alteração
Tp. Utilização: Habitação
Tipo Informação: Aprovo Especialidades [Despacho]
Data reunião: 12-12-2014
Local Obra: Palhais
Informação: Deferido o pedido
Freguesia: Samuel

Class.: 18
Ano: 2014
Número: 694
Dt. Entrada Reqt.: 04-12-2014
Processo : 18/2014/694/0
Requerente: Maria Madalena Lucas dos Santos
Tp. Pedido: Parecer
Tp. Construção: Outros
Tp. Utilização: Outros
Tipo Informação: Para Reunião de Câmara [Despacho]
Data reunião: 12-12-2014
Local Obra: Soure
Informação: Sou de parecer favorável, à reunião de Câmara para apreciação.
Freguesia: Soure
Total: 5

Foi tomado conhecimento, divulgue-se e afixe-se no átrio dos Paços do Concelho.----

**Ponto 3. Emissão de Certidões para efeitos de Planeamento e Urbanismo
- Maria Madalena Lucas dos Santos**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a emissão de Certidão para efeitos de Planeamento e Urbanismo.-----

Ponto 4. Apreciação de Propostas de Ata

4.1. - 14.07.2014

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de ata.-----

4.2. - 28.07.2014

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de ata.-----

Ponto 5. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2014
. Apreciação de Propostas de Alteração - 10.ª/10.ª -

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor do Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores eleitos pelo PS e CDU, e três (3) abstenções dos Senhores Vereadores eleitos pelo PPD/PSD - CDS/PP - PPM, aprovar as Propostas de Alteração - 10.ª/10.ª -.-----

Ponto 6. EDUCAÇÃO

- . Fornecimento de Refeições Escolares**
- Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: EDUCAÇÃO

- Fornecimento de Refeições Escolares**
- . Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia**
- . Alfarelos / Samuel / Tapéus / União das Freguesias de Degraças e Pombalinho / Vinha da Rainha**

Relativamente ao assunto em epígrafe, informamos:

À Câmara Municipal compete “**Deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes**”, nos termos previstos na alínea hh) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, no Decreto-Lei nº 55/2009, de 2 de Março, no Despacho nº 18987/2009, de 17 de Agosto, do Ministério da Educação e suas posteriores alterações e no Despacho nº 9265-B/2013, de 15 de Julho, igualmente do Ministério da Educação.

Com a entrada em vigor da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, surgiu um novo regime das autarquias locais, estabelecendo, também, o novo regime jurídico das transferências de competências dos municípios para as freguesias.

A descentralização de competências municipais nas juntas de freguesia ocorre por via legislativa ou por via contratual (delegação de competências).

A lei prevê dois tipos de delegações: a delegação “*tradicional*”, que se concretiza através da celebração de contratos interadministrativos; as delegações legais que se concretizam através dos acordos de execução.

Conforme atrás referido compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea gg) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, “**Deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação (...)**”.

A competência atrás aludida poderá ser transferida para as freguesias, sendo a sua concretização efetuada através de contratos interadministrativos, sob pena de nulidade, previsto no artigo 120º., podendo efetuar-se em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais.

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

A par das regras estabelecidas pelo regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, os contratos interadministrativos de delegação de competências estão ainda sujeitos, a título subsidiário, ao Código dos Contratos Públicos e ao Código do Procedimento Administrativo.

Face ao atrás exposto, propomos que:

A Câmara Municipal, deverá, no uso da competência prevista na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, apreciar as Propostas de Contratos de Delegação de Competências, em Anexo, e submetê-las, nos termos do disposto na alínea m) do n.º 1 da mesma norma legal, à Assembleia Municipal para efeitos de autorização de celebração dos respetivos contratos, em conformidade com o preceituado na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei.

Releve-se que estas propostas de celebração de Contratos de Delegação de Competências terá de ser, também, objeto de deliberação por parte dos órgãos executivo e deliberativo das freguesias que o subscreverem, em conformidade com o disposto na alínea i) e j) do n.º 1 do artigo 16.º e alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º, do mesmo diploma legal.

À Consideração Superior,
O Adjunto do Presidente,
(Gil Soares, Dr.)
26-11-2014

O Senhor Presidente referiu que: “conforme a Lei 75/2013, de 12 de setembro, nós podemos delegar nas Juntas de Freguesia algumas das nossas competências, uma delas é a das refeições escolares. Há Juntas de Freguesia que entendemos que têm condições, por uma questão de melhor gestão de proximidade, mantendo nós a auditoria e o controlo de qualidade pelo Município, tendo em conta a sua dimensão e a sua proximidade aos próprios Centros Escolares e também com o apoio dos meios que podem encontrar a nível de Freguesia, de receber esta delegação de competências para o terminar do ano letivo. As Juntas de Freguesia, ao aceitarem esta competência, vão desencadear o procedimento de contratação para a sua área geográfica.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “a minha questão é meramente de pormenor. Todos os projetos de delegação de competências que vamos aqui apreciar são de perfeita concordância dos autarcas das Juntas de Freguesia? Ou seja, os senhores Presidentes de Junta concordam plenamente com estas propostas de protocolo?”

O Senhor Presidente referiu que: “as Juntas de Freguesia estão de acordo com esta proposta, já estão aqui as minutas dos contratos que eles levarão às suas Assembleias de Freguesia também para aprovação.”

6.1. Alfarelos

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE ALFARELOS

Pressupostos

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

Com a entrada em vigor da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, estabelece-se o novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, e fixam-se as competências das Câmaras Municipais que se consideram delegadas nas Juntas de Freguesia, através da denominada delegação legal, prevista no seu artigo 132º.

Para além dessas competências, o artigo 131º determina que os municípios podem delegar competências nas freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas.

Assim, considerando:

- A promoção da desconcentração administrativa consagrada no art.º 267º/2 da Constituição da República Portuguesa;
- A promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis;
- O facto do n.º 1 do artigo 120º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, determinar que a delegação de competências dos órgãos dos municípios nos órgãos das juntas de freguesia se concretiza através da celebração de contratos interadministrativos;
- Que tais contratos, nos termos do artigo 115º, *ex vi* artigo 122º do mesmo diploma, devem prever expressamente os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício das competências delegadas, devendo nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 9º e alínea k) do n.º 1 do artigo 25º, ser aprovados pela Assembleia de Freguesia e pela Assembleia Municipal, respetivamente;
- Que a alínea l) do n.º 1 do artigo 33º impõe às Câmaras Municipais a obrigação de discutir e preparar com as Juntas de Freguesia contratos de delegação de competências;
- Que o Município, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23º, dispõe de atribuições no domínio da educação;
- Que compete à Câmara Municipal ***“Deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes”***, nos termos da alínea hh) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de Março, Despacho n.º 18987/2009, de 17 de Agosto, do Ministério da Educação e suas posteriores alterações e do Despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de Julho, igualmente do Ministério da Educação.

Considerando ainda que:

- Num contexto de escassez de recursos importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades que todos os dias as Autarquias Locais são confrontadas;
- É convicção deste Município que as Freguesias do Concelho de Soure garantem uma prestação de serviços de qualidade às suas populações, através de uma utilização racional dos recursos que para tanto lhes são disponibilizados;
- A avaliação relativamente à execução dos protocolos de delegação de competências celebrados com as Juntas de Freguesia do Concelho de Soure em anos anteriores se revelou francamente positiva.

Entre a **Câmara Municipal de Soure**, enquanto órgão do Município de Soure, NIPC 507103742, com sede na Praça da República, em Soure, representada pelo seu Presidente, Mário Jorge da Costa Rodrigues Nunes, no uso das competências previstas nas alíneas a) e c) do n.º 1 e na alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, **como Primeira Outorgante**, e a **Junta de Freguesia de Alfarelos**, enquanto órgão da Freguesia de Alfarelos, NIPC 506857565, com sede na Rua Virgílio Pinheiro, n.º 1, em Alfarelos, representada pela sua Presidente Rosa Alexandra Travassos de Sousa Colaço, no uso das competências previstas nas alíneas a) e g) do

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, como Segunda Outorgante, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, para efeitos do disposto no artigo 120º conjugado com o artigo 131º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que se irá reger pelas cláusulas seguintes:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Cláusula 1.ª
Objeto do Contrato**

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal de Soure na Junta de Freguesia de Alfarelos, em matéria de Serviço de Apoio à Família – Serviço de confeção, transporte e distribuição de refeições escolares nos estabelecimentos de ensino pré-escolar e 1º CEB na freguesia de Alfarelos, para o segundo e terceiro períodos do presente ano letivo de 2014/2015.

**Cláusula 2.ª
Forma do contrato**

O presente contrato de delegação de competências é celebrado por escrito.

**Cláusula 3.ª
Disposições e cláusulas por que se rege o contrato**

1. Na execução do presente contrato de delegação de competências observar-se-ão:
 - a) O respetivo clausulado;
 - b) A Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e regime jurídico nela aprovado.
2. Subsidiariamente, aplicam-se ainda:
 - a) O Código dos Contratos Públicos;
 - b) O Código do Procedimento Administrativo.

**Cláusula 4.ª
Prazo do contrato**

O período de vigência do contrato de delegação de competências é o correspondente ao segundo e terceiros períodos no Ano Letivo de 2014/2015, nos termos do Despacho n.º 8651/2014, de 3 de Julho, do Ministério da Educação e Ciência, que estabeleceu o calendário escolar para o presente ano letivo.

**CAPÍTULO II
(Objeto do Contrato)**

**Cláusula 5.ª
(definição do objeto do contrato)**

O presente contrato tem por objeto a definição das condições de delegação e exercício, para a Junta de Freguesia, da competência a que se refere a alínea hh) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

**Cláusula 6ª
(a forma de cumprimento do objeto do contrato)**

O serviço a efetuar, no âmbito da competência referida na cláusula anterior, concretiza-se do seguinte modo:

- 1- Confeção, transporte e distribuição de refeições escolares aos alunos do Jardim de Infância e 1º CEB de Alfarelos.
- 2- A prestação de serviços, que constitui o objeto do presente contrato, prevê as seguintes tarefas:
 - a) Confeção das refeições;
 - b) Distribuição das refeições;

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

- c) Servir as refeições às crianças no espaço do refeitório;
- d) Recolha no refeitório da louça e das respetivas malas térmicas de transporte das refeições.

3- Os alunos inscritos nos estabelecimentos escolares, objeto deste contrato, são, no presente ano letivo, vinte e três (23).

CAPÍTULO III

Recursos Financeiros, patrimoniais e humanos

Cláusula 7.ª

Recursos Financeiros e modo de afetação

1- A primeira outorgante, sempre que o serviço, previsto na cláusula anterior, for prestado pela segunda outorgante, assegurará o pagamento de um valor por refeição, até ao limite máximo de €2,68, valor calculado em função do serviço contratado no primeiro período do ano letivo.

2- Os recursos financeiros identificados no ponto anterior são disponibilizados pela primeira outorgante e transferidos para a segunda outorgante mensalmente, até ao limite máximo anual previsto no orçamento do Município.

Cláusula 8.ª

Recursos Patrimoniais

Os recursos patrimoniais destinados à execução do presente contrato de delegação de competências são disponibilizados pela segunda outorgante.

Cláusula 9.ª

Recursos Humanos

Os recursos humanos destinados à execução do presente contrato de delegação de competências são disponibilizados pela segunda outorgante.

Cláusula 10.ª

Obrigações da Segunda Outorgante

1. No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a segunda outorgante fica obrigada a:

- a) Proceder ao serviço de confeção e distribuição das refeições em boas condições higieno-sanitárias;
- b) Proceder ao fornecimento das refeições todos os dias úteis, até às 12.00 horas, conforme o calendário escolar, sendo o horário das refeições entre as 12.00 e as 14.00 horas;
- c) Assegurar a recolha no refeitório da louça e das respetivas malas térmicas de transporte das refeições;
- d) Assegurar a existência e manutenção em vigor de apólices de seguro que garantam a cobertura dos riscos associados ao presente contrato;
- e) Entregar à primeira outorgante os mapas mensais previstos no artigo seguinte.

2- As refeições deverão ser equilibradas e cumprir com os requisitos de qualidade e as normas aplicáveis nos termos legalmente definidos, de acordo com a Circular nº 3/DSEEAS/DGE/2013, de 2 de Agosto.

Cláusula 11.ª

Informação a disponibilizar pela Segunda Outorgante

1. Serão elaborados pela segunda outorgante mapas mensais comprovativos do serviço prestado, designadamente com menção aos alunos abrangidos, refeições servidas e respetivas datas.

2. A primeira outorgante pode, ainda, solicitar relatórios que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.

Cláusula 12.ª

Verificação dos mapas mensais

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

1. Os mapas mensais referidos no n.º 1 da cláusula anterior deverão ser remetidos para a primeira outorgante nos 15 dias do mês seguinte à prestação do serviço.
2. Os mapas a que se refere o n.º 1 da cláusula anterior ficam sujeitos a apreciação e validação da primeira outorgante.

**Cláusula 13.ª
Ocorrências e emergências**

A segunda outorgante deve comunicar à primeira outorgante, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

**Cláusula 14.ª
Verificação do cumprimento do objeto do contrato**

1. A primeira outorgante pode verificar o cumprimento do objeto do contrato efetuando inspeções ou pedindo informações que considere necessárias.
2. As determinações da primeira outorgante emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a segunda outorgante, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

**CAPÍTULO IV
MODIFICAÇÃO, SUSPENSÃO E CESSAÇÃO DO CONTRATO**

**Cláusula 15.ª
Modificação do contrato**

1. O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.
2. A modificação do contrato obedece a forma escrita.

**Cláusula 16.ª
Suspensão do contrato**

1. A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:
 - a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios necessários à sua execução;
 - b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.
2. Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os Outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**Cláusula 17.ª
Resolução pelas Partes Outorgantes**

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:
 - a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
 - b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014**

2. Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeiro Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 18.ª

Revogação

1. As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.
2. A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 19.ª

Caducidade

- 1- O contrato caduca nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as partes.
2. A mudança dos titulares dos órgãos contraentes não determina a caducidade do presente contrato.

**CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS**

Cláusula 20.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes Outorgantes, estas poderão ser dirigidas por qualquer meio escrito, designadamente correio normal, fax ou correio eletrónico.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do presente acordo de execução deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 21.ª

Foro competente

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste contrato de delegação de competências será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 22.ª

Entrada em vigor

O presente contrato interadministrativo de delegação de competências entra em vigor no dia útil seguinte à sua aprovação por todos os órgãos competentes de cada uma das autarquias.

Cláusula 23.ª

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Soure.

Parágrafo único:

A minuta deste contrato interadministrativo de delegação de competências foi presente à reunião da Câmara Municipal de Soure em e, em conformidade com o disposto na alínea *m*) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, submetida à sessão da Assembleia Municipal de Soure em, para efeitos de autorização, no termos da alínea *k*) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, e presente à reunião da Junta de Freguesia de Alfaielos de, em conformidade com o disposto na alínea *i*) e *j*) do n.º 1 do artigo 16.º da referida Lei, e submetido à sessão da Assembleia de Freguesia de Alfaielos em, para efeitos de autorização nos termos da alínea *g*) do n.º 1 do artigo 9.º, do mesmo diploma.

Soure, de de 2014

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014**

PELO MUNICÍPIO DE SOURE

O Presidente da Câmara Municipal
(Mário Jorge Da Costa Rodrigues Nunes)

PELA FREGUESIA DE ALFARELOS

A Presidente da Junta de Freguesia
(Rosa Alexandra Travassos de Sousa Colaço)

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta de Contrato de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Alfaielos, conforme decorre da informação técnica dos serviços e ainda submetê-la à Assembleia Municipal.-----

6.2. Samuel

**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA
DE SAMUEL**

Pressupostos

Com a entrada em vigor da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, estabelece-se o novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, e fixam-se as competências das Câmaras Municipais que se consideram delegadas nas Juntas de Freguesia, através da denominada delegação legal, prevista no seu artigo 132º.

Para além dessas competências, o artigo 131º determina que os municípios podem delegar competências nas freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas.

Assim, considerando:

- A promoção da desconcentração administrativa consagrada no art.º 267º/2 da Constituição da República Portuguesa;
- A promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis;
- O facto do n.º 1 do artigo 120º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, determinar que a delegação de competências dos órgãos dos municípios nos órgãos das juntas de freguesia se concretiza através da celebração de contratos interadministrativos;
- Que tais contratos, nos termos do artigo 115º, *ex vi* artigo 122º do mesmo diploma, devem prever expressamente os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício das competências delegadas, devendo nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 9º e alínea k) do n.º 1 do artigo 25º, ser aprovados pela Assembleia de Freguesia e pela Assembleia Municipal, respetivamente;
- Que a alínea l) do n.º 1 do artigo 33º impõe às Câmaras Municipais a obrigação de discutir e preparar com as Juntas de Freguesia contratos de delegação de competências;
- Que o Município, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23º, dispõe de atribuições no domínio da educação;

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

- Que compete à Câmara Municipal “*Deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes*”, nos termos da alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de Março, Despacho n.º 18987/2009, de 17 de Agosto, do Ministério da Educação e suas posteriores alterações e do Despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de Julho, igualmente do Ministério da Educação.

Considerando ainda que:

- Num contexto de escassez de recursos importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades que todos os dias as Autarquias Locais são confrontadas;

- É convicção deste Município que as Freguesias do Concelho de Soure garantem uma prestação de serviços de qualidade às suas populações, através de uma utilização racional dos recursos que para tanto lhes são disponibilizados;

- A avaliação relativamente à execução dos protocolos de delegação de competências celebrados com as Juntas de Freguesia do Concelho de Soure em anos anteriores se revelou francamente positiva.

Entre a **Câmara Municipal de Soure**, enquanto órgão do Município de Soure, NIPC 507103742, com sede na Praça da República, em Soure, representada pelo seu Presidente, Mário Jorge da Costa Rodrigues Nunes, no uso das competências previstas nas alíneas a) e c) do n.º 1 e na alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, **como Primeira Outorgante**, e a **Junta de Freguesia Samuel**, enquanto órgão da Freguesia de Samuel, NIPC 507076036, com sede na Rua Duques de Aveiro, n.º 25, Samuel, representada pela sua Presidente Teresa Margarida Vaz Pedrosa, no uso das competências previstas nas alíneas a) e g) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, **como Segunda Outorgante**, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, para efeitos do disposto no artigo 120º conjugado com o artigo 131º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que se irá reger pelas cláusulas seguintes:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1ª Objeto do Contrato

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal de Soure na Junta de Freguesia de Samuel, em matéria de Serviço de Apoio à Família – Serviço de confeção, transporte e distribuição de refeições escolares nos estabelecimentos de ensino pré-escolar e 1º CEB da freguesia de Samuel, para o segundo e terceiro períodos do presente Ano Letivo de 2014/2015.

Cláusula 2.ª Forma do contrato

O presente contrato de delegação de competências é celebrado por escrito.

Cláusula 3.ª Disposições e cláusulas por que se rege o contrato

1. Na execução do presente contrato de delegação de competências observar-se-ão:

- a) O respetivo clausulado;
- b) A Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e regime jurídico nela aprovado.

2. Subsidiariamente, aplicam-se ainda:

- a) O Código dos Contratos Públicos;
- b) O Código do Procedimento Administrativo.

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

Cláusula 4.ª

Prazo do contrato

O período de vigência do contrato de delegação de competências é o correspondente ao segundo e terceiros períodos no Ano Letivo de 2014/2015, nos termos do Despacho nº 8651/2014, de 3 de Julho, do Ministério da Educação e Ciência, que estabeleceu o calendário escolar para o presente ano letivo.

CAPÍTULO II

(Objeto do Contrato)

Cláusula 5.ª

(definição do objeto do contrato)

O presente contrato tem por objeto a definição das condições de delegação e exercício, para a Junta de Freguesia, da competência a que se refere a alínea hh) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.

Cláusula 6ª

(a forma de cumprimento do objeto do contrato)

O serviço a efetuar, no âmbito da competência referida na cláusula anterior, concretiza-se do seguinte modo:

1- Confeção, transporte e distribuição de refeições escolares aos alunos do Jardim de Infância do Marco e Centro Escolar da Freguesia de Samuel.

2- A prestação de serviços, que constitui o objeto do presente contrato, prevê as seguintes tarefas:

- a) Confeção das refeições;
- b) Distribuição das refeições;

3- Os alunos inscritos nos estabelecimentos escolares, objeto deste contrato, são, no presente ano letivo, dezasseis (16).

CAPÍTULO III

Recursos Financeiros, patrimoniais e humanos

Cláusula 7.ª

Recursos Financeiros e modo de afetação

1- A primeira outorgante, sempre que o serviço, previsto na cláusula anterior, for prestado pela segunda outorgante, assegurará o pagamento de um valor por refeição, até ao limite máximo de €1,85, valor calculado em função do serviço contratado no primeiro período do ano letivo.

2- Os recursos financeiros identificados no ponto anterior são disponibilizados pela primeira outorgante e transferidos para a segunda outorgante mensalmente, até ao limite máximo anual previsto no orçamento do Município.

Cláusula 8.ª

Recursos Patrimoniais

Os recursos patrimoniais destinados à execução do presente contrato de delegação de competências são disponibilizados pela segunda outorgante.

Cláusula 9.ª

Recursos Humanos

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

Os recursos humanos destinados à execução do presente contrato de delegação de competências são disponibilizados pela segunda outorgante.

Cláusula 10.ª
Obrigações da Segunda Outorgante

1. No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a segunda outorgante fica obrigada a:
 - a) Proceder ao serviço de confeção e distribuição das refeições em boas condições higieno-sanitárias;
 - b) Proceder ao fornecimento das refeições todos os dias úteis, até às 12.00 horas, conforme o calendário escolar, sendo o horário das refeições entre as 12.00 e as 14.00 horas;
 - c) Assegurar a existência e manutenção em vigor de apólices de seguro que garantam a cobertura dos riscos associados ao presente contrato;
 - d) Entregar à primeira outorgante os mapas mensais previstos no artigo seguinte.
- 2- As refeições deverão ser equilibradas e cumprir com os requisitos de qualidade e as normas aplicáveis nos termos legalmente definidos, de acordo com a Circular nº 3/DSEEAS/DGE/2013, de 2 de Agosto.

Cláusula 11.ª
Informação a disponibilizar pela Segunda Outorgante

1. Serão elaborados pela segunda outorgante mapas mensais comprovativos do serviço prestado, designadamente com menção aos alunos abrangidos, refeições servidas e respetivas datas.
2. A primeira outorgante pode, ainda, solicitar relatórios que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.

Cláusula 12.ª
Verificação dos mapas mensais

1. Os mapas mensais referidos no n.º 1 da cláusula anterior deverão ser remetidos para a primeira outorgante nos 15 dias do mês seguinte à prestação do serviço.
2. Os mapas a que se refere o n.º 1 da cláusula anterior ficam sujeitos a apreciação e validação da primeira outorgante.

Cláusula 13.ª
Ocorrências e emergências

A segunda outorgante deve comunicar à primeira outorgante, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 14.ª
Verificação do cumprimento do objeto do contrato

1. A primeira outorgante pode verificar o cumprimento do objeto do contrato efetuando inspeções ou pedindo informações que considere necessárias.
2. As determinações da primeira outorgante emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a segunda outorgante, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

CAPÍTULO IV
MODIFICAÇÃO, SUSPENSÃO E CESSAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 15.ª
Modificação do contrato

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

1. O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2. A modificação do contrato obedece a forma escrita.

**Cláusula 16.ª
Suspensão do contrato**

1. A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

- a)* Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios necessários à sua execução;
- b)* Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

2. Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea *b)* do número anterior, os Outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas *a)* a *e)* do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**Cláusula 17.ª
Resolução pelas Partes Outorgantes**

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

- a)* Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
- b)* Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2. Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea *b)* do número anterior, a Primeiro Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas *a)* a *e)* do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**Cláusula 18.ª
Revogação**

1. As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2. A revogação obedece a forma escrita.

**Cláusula 19.ª
Caducidade**

1. O contrato caduca nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as partes.

2. A mudança dos titulares dos órgãos contraentes não determina a caducidade do presente contrato.

**CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Cláusula 20.ª
Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes Outorgantes, estas poderão ser dirigidas por qualquer meio escrito, designadamente correio normal, fax ou correio eletrónico.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do presente acordo de execução deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 21.ª

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

Foro competente

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste contrato de delegação de competências será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 22.ª

Entrada em vigor

O presente contrato interadministrativo de delegação de competências entra em vigor no dia útil seguinte à sua aprovação por todos os órgãos competentes de cada uma das autarquias.

Cláusula 23.ª

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Soure.

Parágrafo único:

A minuta deste contrato interadministrativo de delegação de competências foi presente à reunião da Câmara Municipal de Soure em e, em conformidade com o disposto na alínea *m*) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, submetida à sessão da Assembleia Municipal de Soure, para efeitos de autorização, no termos da alínea *k*) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, e presente à reunião da Junta de Freguesia de Samuel de, em conformidade com o disposto na alínea *i*) e *j*) do n.º 1 do artigo 16.ª da referida Lei, e submetido à sessão da Assembleia de Freguesia de Samuel em, para efeitos de autorização nos termos da alínea *g*) do n.º 1 do artigo 9.º, do mesmo diploma.

Soure, de de 2014

PELO MUNICÍPIO DE SOURE

O Presidente da Câmara Municipal
(Mário Jorge Da Costa Rodrigues Nunes)

PELA FREGUESIA DE SAMUEL

A Presidente da Junta de Freguesia
(Teresa Margarida Vaz Pedrosa)

Deliberada, por unanimidade, aprovar a Proposta de Contrato de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Samuel, conforme decorre da informação técnica dos serviços e ainda submetê-la à Assembleia Municipal.-----

6.3. Tapéus

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE TAPÉUS

Pressupostos

Com a entrada em vigor da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, estabelece-se o novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, e fixam-se as competências das Câmaras Municipais que se consideram delegadas nas Juntas de Freguesia, através da denominada delegação legal, prevista no seu artigo 132º.

Para além dessas competências, o artigo 131º determina que os municípios podem delegar competências nas freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas.

Assim, considerando:

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

- A promoção da desconcentração administrativa consagrada no art.º 267º/2 da Constituição da República Portuguesa;
- A promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis;
- O facto do n.º 1 do artigo 120º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, determinar que a delegação de competências dos órgãos dos municípios nos órgãos das juntas de freguesia se concretiza através da celebração de contratos interadministrativos;
- Que tais contratos, nos termos do artigo 115º, *ex vi* artigo 122º do mesmo diploma, devem prever expressamente os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício das competências delegadas, devendo nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 9º e alínea k) do n.º 1 do artigo 25º, ser aprovados pela Assembleia de Freguesia e pela Assembleia Municipal, respetivamente;
- Que a alínea l) do n.º 1 do artigo 33º impõe às Câmaras Municipais a obrigação de discutir e preparar com as Juntas de Freguesia contratos de delegação de competências;
- Que o Município, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23º, dispõe de atribuições no domínio da educação;
- Que compete à Câmara Municipal ***“Deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes”***, nos termos da alínea hh) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de Março, Despacho n.º 18987/2009, de 17 de Agosto, do Ministério da Educação e suas posteriores alterações e do Despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de Julho, igualmente do Ministério da Educação.

Considerando ainda que:

- Num contexto de escassez de recursos importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades que todos os dias as Autarquias Locais são confrontadas;
- É convicção deste Município que as Freguesias do Concelho de Soure garantem uma prestação de serviços de qualidade às suas populações, através de uma utilização racional dos recursos que para tanto lhes são disponibilizados;
- A avaliação relativamente à execução dos protocolos de delegação de competências celebrados com as Juntas de Freguesia do Concelho de Soure em anos anteriores se revelou francamente positiva.

Entre a **Câmara Municipal de Soure**, enquanto órgão do Município de Soure, NIPC 507103742, com sede na Praça da República, em Soure, representada pelo seu Presidente, Mário Jorge da Costa Rodrigues Nunes, no uso das competências previstas nas alíneas a) e c) do n.º 1 e na alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, **como Primeira Outorgante**, e a **Junta de Freguesia Tapéus**, enquanto órgão da Freguesia de Tapéus, NIPC 507718135, com sede na Rua Principal, em Tapéus, representada pelo seu Presidente Carlos Simões Mendes, no uso das competências previstas nas alíneas a) e g) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, **como Segunda Outorgante**, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, para efeitos do disposto no artigo 120º conjugado com o artigo 131º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que se irá reger pelas cláusulas seguintes:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1ª Objeto do Contrato

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal de Soure na Junta de Freguesia de Tapéus, em matéria de Serviço de Apoio à Família – Serviço de confeção, transporte e distribuição

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

de refeições escolares nos estabelecimentos de ensino pré-escolar e 1º CEB da freguesia de Tapéus, para o segundo e terceiro períodos do presente Ano Letivo de 2014/2015.

Cláusula 2.ª

Forma do contrato

O presente contrato de delegação de competências é celebrado por escrito.

Cláusula 3.ª

Disposições e cláusulas por que se rege o contrato

1. Na execução do presente contrato de delegação de competências observar-se-ão:

- a) O respetivo clausulado;
- b) A Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e regime jurídico nela aprovado.

2. Subsidiariamente, aplicam-se ainda:

- a) O Código dos Contratos Públicos;
- b) O Código do Procedimento Administrativo.

Cláusula 4.ª

Prazo do contrato

O período de vigência do contrato de delegação de competências é o correspondente ao segundo e terceiros períodos no Ano Letivo de 2014/2015, nos termos do Despacho n.º 8651/2014, de 3 de Julho, do Ministério da Educação e Ciência, que estabeleceu o calendário escolar para o presente ano letivo.

CAPÍTULO II

(Objeto do Contrato)

Cláusula 5.ª

(definição do objeto do contrato)

O presente contrato tem por objeto a definição das condições de delegação e exercício, para a Junta de Freguesia, da competência a que se refere a alínea hh) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Cláusula 6ª

(a forma de cumprimento do objeto do contrato)

O serviço a efetuar, no âmbito da competência referida na cláusula anterior, concretiza-se do seguinte modo:

- 1- Confeção, transporte e distribuição de refeições escolares aos alunos do Centro Escolar de Tapéus.
- 2- A prestação de serviços, que constitui o objeto do presente contrato, prevê as seguintes tarefas:

- a) Confeção das refeições;
- b) Distribuição das refeições;
- c) Servir as refeições às crianças em espaço apropriado;
- d) Recolha no refeitório da louça e das respetivas malas térmicas de transporte das refeições.

3- Os alunos inscritos nos estabelecimentos escolares, objeto deste contrato, são, no presente ano letivo, quarenta e dois (42).

CAPÍTULO III

Recursos Financeiros, patrimoniais e humanos

Cláusula 7.ª

Recursos Financeiros e modo de afetação

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

1- A primeira outorgante, sempre que o serviço, previsto na cláusula anterior, for prestado pela segunda outorgante, assegurará o pagamento de um valor por refeição, até ao limite máximo de €2,30, valor calculado em função do serviço contratado no primeiro período do ano letivo.

2- Os recursos financeiros identificados no ponto anterior são disponibilizados pela primeira outorgante e transferidos para a segunda outorgante mensalmente, até ao limite máximo anual previsto no orçamento do Município.

**Cláusula 8.ª
Recursos Patrimoniais**

Os recursos patrimoniais destinados à execução do presente contrato de delegação de competências são disponibilizados pela segunda outorgante.

**Cláusula 9.ª
Recursos Humanos**

Os recursos humanos destinados à execução do presente contrato de delegação de competências são disponibilizados pela segunda outorgante.

**Cláusula 10.ª
Obrigações da Segunda Outorgante**

1. No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a segunda outorgante fica obrigada a:

- a) Proceder ao serviço de confeção e distribuição das refeições em boas condições higieno-sanitárias;
- b) Proceder ao fornecimento das refeições todos os dias úteis, até às 12.00 horas, conforme o calendário escolar, sendo o horário das refeições entre as 12.00 e as 14.00 horas;
- c) Assegurar a recolha no refeitório da louça e das respetivas malas térmicas de transporte das refeições;
- d) Assegurar a existência e manutenção em vigor de apólices de seguro que garantam a cobertura dos riscos associados ao presente contrato;
- e) Entregar à primeira outorgante os mapas mensais previstos no artigo seguinte.

2- As refeições deverão ser equilibradas e cumprir com os requisitos de qualidade e as normas aplicáveis nos termos legalmente definidos, de acordo com a Circular nº 3/DSEEAS/DGE/2013, de 2 de Agosto.

**Cláusula 11.ª
Informação a disponibilizar pela Segunda Outorgante**

1. Serão elaborados pela segunda outorgante mapas mensais comprovativos do serviço prestado, designadamente com menção aos alunos abrangidos, refeições servidas e respetivas datas.

2. A primeira outorgante pode, ainda, solicitar relatórios que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.

**Cláusula 12.ª
Verificação dos mapas mensais**

1. Os mapas mensais referidos no n.º 1 da cláusula anterior deverão ser remetidos para a primeira outorgante nos 15 dias do mês seguinte à prestação do serviço.

2. Os mapas a que se refere o n.º 1 da cláusula anterior ficam sujeitos a apreciação e validação da primeira outorgante.

**Cláusula 13.ª
Ocorrências e emergências**

A segunda outorgante deve comunicar à primeira outorgante, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

Cláusula 14.ª

Verificação do cumprimento do objeto do contrato

1. A primeira outorgante pode verificar o cumprimento do objeto do contrato efetuando inspeções ou pedindo informações que considere necessárias.
2. As determinações da primeira outorgante emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a segunda outorgante, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

CAPÍTULO IV

MODIFICAÇÃO, SUSPENSÃO E CESSAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 15.ª

Modificação do contrato

1. O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.
2. A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 16.ª

Suspensão do contrato

1. A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:
 - a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios necessários à sua execução;
 - b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.
2. Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os Outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 17.ª

Resolução pelas Partes Outorgantes

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:
 - a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
 - b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.
2. Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 18.ª

Revogação

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014**

1. As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.
2. A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 19.ª

Caducidade

- 1- O contrato caduca nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as partes.
2. A mudança dos titulares dos órgãos contraentes não determina a caducidade do presente contrato.

**CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS**

Cláusula 20.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes Outorgantes, estas poderão ser dirigidas por qualquer meio escrito, designadamente correio normal, fax ou correio eletrónico.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do presente acordo de execução deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 21.ª

Foro competente

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste contrato de delegação de competências será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 22.ª

Entrada em vigor

O presente contrato interadministrativo de delegação de competências entra em vigor no dia útil seguinte à sua aprovação por todos os órgãos competentes de cada uma das autarquias.

Cláusula 23.ª

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Soure.

Parágrafo único:

A minuta deste contrato interadministrativo de delegação de competências foi presente à reunião da Câmara Municipal de Soure em e, em conformidade com o disposto na alínea *m*) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, submetida à sessão da Assembleia Municipal de Soure em, para efeitos de autorização, no termos da alínea *k*) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, e presente à reunião da Junta de Freguesia de Tapéus de, em conformidade com o disposto na alínea *i*) e *j*) do n.º 1 do artigo 16.ª da referida Lei, e submetido à sessão da Assembleia de Freguesia de Tapéus em, para efeitos de autorização nos termos da alínea *g*) do n.º 1 do artigo 9.º, do mesmo diploma.

Soure, de de 2014

PELO MUNICÍPIO DE SOURE

O Presidente da Câmara Municipal

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014**

(Mário Jorge Da Costa Rodrigues Nunes)

PELA FREGUESIA DE TAPÉUS

O Presidente da Junta de Freguesia
(Carlos Simões Mendes)

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta de Contrato de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Tapéus, conforme decorre da informação técnica dos serviços e ainda submetê-la à Assembleia Municipal.-----

6.4. União de Freguesias de Degraças e Pombalinho

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE DEGRACIAS E POMBALINHO

Pressupostos

Com a entrada em vigor da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, estabelece-se o novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, e fixam-se as competências das Câmaras Municipais que se consideram delegadas nas Juntas de Freguesia, através da denominada delegação legal, prevista no seu artigo 132º.

Para além dessas competências, o artigo 131º determina que os municípios podem delegar competências nas freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas.

Assim, considerando:

- A promoção da desconcentração administrativa consagrada no art.º 267º/2 da Constituição da República Portuguesa;
- A promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis;
- O facto do n.º 1 do artigo 120º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, determinar que a delegação de competências dos órgãos dos municípios nos órgãos das juntas de freguesia se concretiza através da celebração de contratos interadministrativos;
- Que tais contratos, nos termos do artigo 115º, *ex vi* artigo 122º do mesmo diploma, devem prever expressamente os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício das competências delegadas, devendo nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 9º e alínea k) do n.º 1 do artigo 25º, ser aprovados pela Assembleia de Freguesia e pela Assembleia Municipal, respetivamente;
- Que a alínea l) do n.º 1 do artigo 33º impõe às Câmaras Municipais a obrigação de discutir e preparar com as Juntas de Freguesia contratos de delegação de competências;
- Que o Município, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23º, dispõe de atribuições no domínio da educação;
- Que compete à Câmara Municipal “*Deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes*”, nos termos da alínea hh) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de Março, Despacho n.º

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

18987/2009, de 17 de Agosto, do Ministério da Educação e suas posteriores alterações e do Despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de Julho, igualmente do Ministério da Educação.

Considerando ainda que:

- Num contexto de escassez de recursos importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades que todos os dias as Autarquias Locais são confrontadas;
- É convicção deste Município que as Freguesias do Concelho de Soure garantem uma prestação de serviços de qualidade às suas populações, através de uma utilização racional dos recursos que para tanto lhes são disponibilizados;
- A avaliação relativamente à execução dos protocolos de delegação de competências celebrados com as Juntas de Freguesia do Concelho de Soure em anos anteriores se revelou francamente positiva.

Entre a **Câmara Municipal de Soure**, enquanto órgão do Município de Soure, NIPC 507103742, com sede na Praça da República, em Soure, representada pelo seu Presidente, Mário Jorge da Costa Rodrigues Nunes, no uso das competências previstas nas alíneas *a)* e *c)* do n.º 1 e na alínea *f)* do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, **como Primeira Outorgante**, e a **Junta de Freguesia da União de Freguesias de Degracias e Pombalinho**, enquanto órgão da União de Freguesias de Degracias e Pombalinho, NIPC 510836429, com sede na Rua Principal, em Ramalheira, representada pelo seu Presidente Adélio Dias Gonçalves Vintém, no uso das competências previstas nas alíneas *a)* e *g)* do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, como **Segunda Outorgante**, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, para efeitos do disposto no artigo 120º conjugado com o artigo 131º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que se irá reger pelas cláusulas seguintes:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª Objeto do Contrato

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal de Soure na União Das Freguesias de Degracias e Pombalinho, em matéria de Serviço de Apoio à Família – Serviço de confeção, transporte e distribuição de refeições escolares nos estabelecimentos de ensino pré-escolar e 1º CEB na freguesia de Degracias e Pombalinho, para o segundo e terceiro períodos do presente ano letivo de 2014/2015.

Cláusula 2.ª Forma do contrato

O presente contrato de delegação de competências é celebrado por escrito.

Cláusula 3.ª Disposições e cláusulas por que se rege o contrato

1. Na execução do presente contrato de delegação de competências observar-se-ão:

- a)* O respetivo clausulado;
- b)* A Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e regime jurídico nela aprovado.

2. Subsidiariamente, aplicam-se ainda:

- a)* O Código dos Contratos Públicos;

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

b) O Código do Procedimento Administrativo.

**Cláusula 4.ª
Prazo do contrato**

O período de vigência do contrato de delegação de competências é o correspondente ao segundo e terceiros períodos no Ano Letivo de 2014/2015, nos termos do Despacho nº 8651/2014, de 3 de Julho, do Ministério da Educação e Ciência, que estabeleceu o calendário escolar para o presente ano letivo.

**CAPÍTULO II
(Objeto do Contrato)**

**Cláusula 5.ª
(definição do objeto do contrato)**

O presente contrato tem por objeto a definição das condições de delegação e exercício, para a Junta de Freguesia, da competência a que se refere a alínea hh) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.

**Cláusula 6ª
(a forma de cumprimento do objeto do contrato)**

O serviço a efetuar, no âmbito da competência referida na cláusula anterior, concretiza-se do seguinte modo:

1- Confeção, transporte e distribuição de refeições escolares aos alunos do Centro Escolar de Degraças e Pombalinho.

2- A prestação de serviços, que constitui o objeto do presente contrato, prevê as seguintes tarefas:

- a) Confeção das refeições;
- b) Distribuição das refeições;
- c) Recolha no refeitório da louça e das respetivas malas térmicas de transporte das refeições.

3- Os alunos inscritos nos estabelecimentos escolares, objeto deste contrato, são, no presente ano letivo, quarenta e quatro (44).

**CAPÍTULO III
Recursos Financeiros, patrimoniais e humanos**

**Cláusula 7.ª
Recursos Financeiros e modo de afetação**

1- A primeira outorgante, sempre que o serviço, previsto na cláusula anterior, for prestado pela segunda outorgante, assegurará o pagamento de um valor por refeição, até ao limite máximo de €1,85, valor calculado em função do serviço contratado no primeiro período do ano letivo.

2- Os recursos financeiros identificados no ponto anterior são disponibilizados pela primeira outorgante e transferidos para a segunda outorgante mensalmente, até ao limite máximo anual previsto no orçamento do Município.

**Cláusula 8.ª
Recursos Patrimoniais**

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

Os recursos patrimoniais destinados à execução do presente contrato de delegação de competências são disponibilizados pela segunda outorgante.

**Cláusula 9.ª
Recursos Humanos**

Os recursos humanos destinados à execução do presente contrato de delegação de competências são disponibilizados pela segunda outorgante.

**Cláusula 10.ª
Obrigações da Segunda Outorgante**

1. No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a segunda outorgante fica obrigada a:

- a) Proceder ao serviço de confeção e distribuição das refeições em boas condições higieno-sanitárias;
- b) Proceder ao fornecimento das refeições todos os dias úteis, até às 12.00 horas, conforme o calendário escolar, sendo o horário das refeições entre as 12.00 e as 14.00 horas;
- c) Assegurar a recolha no refeitório da louça e das respetivas malas térmicas de transporte das refeições;
- d) Assegurar a existência e manutenção em vigor de apólices de seguro que garantam a cobertura dos riscos associados ao presente contrato;
- e) Entregar à primeira outorgante os mapas mensais previstos no artigo seguinte.

2- As refeições deverão ser equilibradas e cumprir com os requisitos de qualidade e as normas aplicáveis nos termos legalmente definidos, de acordo com a Circular nº 3/DSEEAS/DGE/2013, de 2 de Agosto.

**Cláusula 11.ª
Informação a disponibilizar pela Segunda Outorgante**

- 1. Serão elaborados pela segunda outorgante mapas mensais comprovativos do serviço prestado, designadamente com menção aos alunos abrangidos, refeições servidas e respetivas datas.
- 2. A primeira outorgante pode, ainda, solicitar relatórios que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.

**Cláusula 12.ª
Verificação dos mapas mensais**

- 1. Os mapas mensais referidos no n.º 1 da cláusula anterior deverão ser remetidos para a primeira outorgante nos 15 dias do mês seguinte à prestação do serviço.
- 2. Os mapas a que se refere o n.º 1 da cláusula anterior ficam sujeitos a apreciação e validação da primeira outorgante.

**Cláusula 13.ª
Ocorrências e emergências**

A segunda outorgante deve comunicar à primeira outorgante, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

**Cláusula 14.ª
Verificação do cumprimento do objeto do contrato**

- 1. A primeira outorgante pode verificar o cumprimento do objeto do contrato efetuando inspeções ou pedindo informações que considere necessárias.

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

2. As determinações da primeira outorgante emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a segunda outorgante, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

**CAPÍTULO IV
MODIFICAÇÃO, SUSPENSÃO E CESSAÇÃO DO CONTRATO**

**Cláusula 15.ª
Modificação do contrato**

1. O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.
2. A modificação do contrato obedece a forma escrita.

**Cláusula 16.ª
Suspensão do contrato**

1. A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:
 - a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios necessários à sua execução;
 - b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.
2. Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os Outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**Cláusula 17.ª
Resolução pelas Partes Outorgantes**

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:
 - a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
 - b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.
2. Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeiro Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**Cláusula 18.ª
Revogação**

1. As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.
2. A revogação obedece a forma escrita.

**Cláusula 19.ª
Caducidade**

- 1- O contrato caduca nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as partes.

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014**

2. A mudança dos titulares dos órgãos contraentes não determina a caducidade do presente contrato.

**CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Cláusula 20.ª
Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes Outorgantes, estas poderão ser dirigidas por qualquer meio escrito, designadamente correio normal, fax ou correio eletrónico.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do presente acordo de execução deverá ser comunicada à outra parte.

**Cláusula 21.ª
Foro competente**

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste contrato de delegação de competências será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

**Cláusula 22.ª
Entrada em vigor**

O presente contrato interadministrativo de delegação de competências entra em vigor no dia útil seguinte à sua aprovação por todos os órgãos competentes de cada uma das autarquias.

**Cláusula 23.ª
Publicidade**

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Soure.

Parágrafo único:

A minuta deste contrato interadministrativo de delegação de competências foi presente à reunião da Câmara Municipal de Soure em e, em conformidade com o disposto na alínea *m*) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, submetida à sessão da Assembleia Municipal de Soure em, para efeitos de autorização, no termos da alínea *k*) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, e presente à reunião da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Degraças e Pombalinho de, em conformidade com o disposto na alínea *i*) e *j*) do n.º 1 do artigo 16.º da referida Lei, e submetido à sessão da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Degraças e Pombalinho em, para efeitos de autorização nos termos da alínea *g*) do n.º 1 do artigo 9.º, do mesmo diploma.

Soure, de de

PELO MUNICÍPIO DE SOURE

O Presidente da Câmara Municipal
(Mário Jorge Da Costa Rodrigues Nunes)

PELA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE DEGRACIAS E POMBALINHO

O Presidente da Junta de Freguesia
(Adélio Dias Gonçalves Vintém)

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta de Contrato de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal e a União de Freguesias de Degraças e Pombalinho, conforme decorre da informação técnica dos serviços e ainda submetê-la à Assembleia Municipal.-----

6.5. Vinha da Rainha

**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA
DE VINHA DA RAINHA**

Pressupostos

Com a entrada em vigor da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, estabelece-se o novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, e fixam-se as competências das Câmaras Municipais que se consideram delegadas nas Juntas de Freguesia, através da denominada delegação legal, prevista no seu artigo 132º.

Para além dessas competências, o artigo 131º determina que os municípios podem delegar competências nas freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas.

Assim, considerando:

- A promoção da desconcentração administrativa consagrada no art.º 267º/2 da Constituição da República Portuguesa;
- A promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis;
- O facto do n.º 1 do artigo 120º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, determinar que a delegação de competências dos órgãos dos municípios nos órgãos das juntas de freguesia se concretiza através da celebração de contratos interadministrativos;
- Que tais contratos, nos termos do artigo 115º, *ex vi* artigo 122º do mesmo diploma, devem prever expressamente os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício das competências delegadas, devendo nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 9º e alínea k) do n.º 1 do artigo 25º, ser aprovados pela Assembleia de Freguesia e pela Assembleia Municipal, respetivamente;
- Que a alínea l) do n.º 1 do artigo 33º impõe às Câmaras Municipais a obrigação de discutir e preparar com as Juntas de Freguesia contratos de delegação de competências;
- Que o Município, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23º, dispõe de atribuições no domínio da educação;
- Que compete à Câmara Municipal “*Deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes*”, nos termos da alínea hh) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de Março, Despacho n.º 18987/2009, de 17 de Agosto, do Ministério da Educação e suas posteriores alterações e do Despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de Julho, igualmente do Ministério da Educação.

Considerando ainda que:

- Num contexto de escassez de recursos importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades que todos os dias as Autarquias Locais são confrontadas;

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

- É convicção deste Município que as Freguesias do Concelho de Soure garantem uma prestação de serviços de qualidade às suas populações, através de uma utilização racional dos recursos que para tanto lhes são disponibilizados;

- A avaliação relativamente à execução dos protocolos de delegação de competências celebrados com as Juntas de Freguesia do Concelho de Soure em anos anteriores se revelou francamente positiva.

Entre a **Câmara Municipal de Soure**, enquanto órgão do Município de Soure, NIPC 507103742, com sede na Praça da República, em Soure, representada pelo seu Presidente, Mário Jorge da Costa Rodrigues Nunes, no uso das competências previstas nas alíneas *a)* e *c)* do n.º 1 e na alínea *f)* do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, **como Primeira Outorgante**, e a **Junta de Freguesia de Vinha da Rainha**, enquanto órgão da Freguesia de Vinha da Rainha, NIPC 507074920, com sede na Rua Principal, n.º 32, em Vinha da Rainha, representada pelo seu Presidente Evaristo Mendes Duarte, no uso das competências previstas nas alíneas *a)* e *g)* do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, **como Segunda Outorgante**, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, para efeitos do disposto no artigo 120º conjugado com o artigo 131º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que se irá reger pelas cláusulas seguintes:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª Objeto do Contrato

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal de Soure na Junta de Freguesia de Vinha da Rainha, em matéria de Serviço de Apoio à Família – Serviço de confeção, transporte e distribuição de refeições escolares nos estabelecimentos de ensino pré-escolar e 1º CEB da freguesia de Vinha da Rainha, para o segundo e terceiro períodos do presente Ano Letivo de 2014/2015.

Cláusula 2.ª Forma do contrato

O presente contrato de delegação de competências é celebrado por escrito.

Cláusula 3.ª Disposições e cláusulas por que se rege o contrato

1. Na execução do presente contrato de delegação de competências observar-se-ão:

- a)* O respetivo clausulado;
- b)* A Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e regime jurídico nela aprovado.

2. Subsidiariamente, aplicam-se ainda:

- a)* O Código dos Contratos Públicos;
- b)* O Código do Procedimento Administrativo.

Cláusula 4.ª Prazo do contrato

O período de vigência do contrato de delegação de competências é o correspondente ao segundo e terceiros períodos no Ano Letivo de 2014/2015, nos termos do Despacho n.º 8651/2014, de 3 de Julho, do Ministério da Educação e Ciência, que estabeleceu o calendário escolar para o presente ano letivo.

CAPÍTULO II (Objeto do Contrato)

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

Cláusula 5.ª

(definição do objeto do contrato)

O presente contrato tem por objeto a definição das condições de delegação e exercício, para a Junta de Freguesia, da competência a que se refere a alínea hh) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.

Cláusula 6ª

(a forma de cumprimento do objeto do contrato)

O serviço a efetuar, no âmbito da competência referida na cláusula anterior, concretiza-se do seguinte modo:

1- Confeção, transporte e distribuição de refeições escolares aos alunos do Jardim de Infância e 1º CEB de Vinha da Rainha.

2- A prestação de serviços, que constitui o objeto do presente contrato, prevê as seguintes tarefas:

- a) Confeção das refeições;
- b) Distribuição das refeições;
- c) Servir as refeições às crianças em espaço apropriado;
- d) Recolha no refeitório da louça e das respetivas malas térmicas de transporte das refeições.

3- Os alunos inscritos nos estabelecimentos escolares, objeto deste contrato, são, no presente ano letivo, trinta e oito (38).

CAPÍTULO III

Recursos Financeiros, patrimoniais e humanos

Cláusula 7.ª

Recursos Financeiros e modo de afetação

1- A primeira outorgante, sempre que o serviço, previsto na cláusula anterior, for prestado pela segunda outorgante, assegurará o pagamento de um valor por refeição, até ao limite máximo de €2,82, valor calculado em função do serviço contratado no primeiro período do ano letivo.

2- Os recursos financeiros identificados no ponto anterior são disponibilizados pela primeira outorgante e transferidos para a segunda outorgante mensalmente, até ao limite máximo anual previsto no orçamento do Município.

Cláusula 8.ª

Recursos Patrimoniais

Os recursos patrimoniais destinados à execução do presente contrato de delegação de competências são disponibilizados pela segunda outorgante.

Cláusula 9.ª

Recursos Humanos

Os recursos humanos destinados à execução do presente contrato de delegação de competências são disponibilizados pela segunda outorgante.

Cláusula 10.ª

Obrigações da Segunda Outorgante

- 1. No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a segunda outorgante fica obrigada a:
 - a) Proceder ao serviço de confeção e distribuição das refeições em boas condições higieno-sanitárias;
 - b) Proceder ao fornecimento das refeições todos os dias úteis, até às 12.00 horas, conforme o calendário escolar, sendo o horário das refeições entre as 12.00 e as 14.00 horas;
 - c) Assegurar a recolha no refeitório da louça e das respetivas malas térmicas de transporte das refeições;

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

- d) Assegurar a existência e manutenção em vigor de apólices de seguro que garantam a cobertura dos riscos associados ao presente contrato;
- e) Entregar à primeira outorgante os mapas mensais previstos no artigo seguinte.

2- As refeições deverão ser equilibradas e cumprir com os requisitos de qualidade e as normas aplicáveis nos termos legalmente definidos, de acordo com a Circular nº 3/DSEEAS/DGE/2013, de 2 de Agosto.

Cláusula 11.ª
Informação a disponibilizar pela Segunda Outorgante

1. Serão elaborados pela segunda outorgante mapas mensais comprovativos do serviço prestado, designadamente com menção aos alunos abrangidos, refeições servidas e respetivas datas.
2. A primeira outorgante pode, ainda, solicitar relatórios que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.

Cláusula 12.ª
Verificação dos mapas mensais

1. Os mapas mensais referidos no n.º 1 da cláusula anterior deverão ser remetidos para a primeira outorgante nos 15 dias do mês seguinte à prestação do serviço.
2. Os mapas a que se refere o n.º 1 da cláusula anterior ficam sujeitos a apreciação e validação da primeira outorgante.

Cláusula 13.ª
Ocorrências e emergências

A segunda outorgante deve comunicar à primeira outorgante, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 14.ª
Verificação do cumprimento do objeto do contrato

1. A primeira outorgante pode verificar o cumprimento do objeto do contrato efetuando inspeções ou pedindo informações que considere necessárias.
2. As determinações da primeira outorgante emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a segunda outorgante, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

CAPÍTULO IV
MODIFICAÇÃO, SUSPENSÃO E CESSAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 15.ª
Modificação do contrato

1. O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.
2. A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 16.ª
Suspensão do contrato

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

1. A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios necessários à sua execução;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

2. Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea *b)* do número anterior, os Outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas *a)* a *e)* do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**Cláusula 17.ª
Resolução pelas Partes Outorgantes**

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2. Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea *b)* do número anterior, a Primeiro Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas *a)* a *e)* do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**Cláusula 18.ª
Revogação**

1. As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2. A revogação obedece a forma escrita.

**Cláusula 19.ª
Caducidade**

1- O contrato caduca nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as partes.

2. A mudança dos titulares dos órgãos contraentes não determina a caducidade do presente contrato.

**CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Cláusula 20.ª
Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes Outorgantes, estas poderão ser dirigidas por qualquer meio escrito, designadamente correio normal, fax ou correio eletrónico.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do presente acordo de execução deverá ser comunicada à outra parte.

**Cláusula 21.ª
Forum competente**

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste contrato de delegação de competências será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 22.ª

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014**

Entrada em vigor

O presente contrato interadministrativo de delegação de competências entra em vigor no dia útil seguinte à sua aprovação por todos os órgãos competentes de cada uma das autarquias.

Cláusula 23.ª

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Soure.

Parágrafo único:

A minuta deste contrato interadministrativo de delegação de competências foi presente à reunião da Câmara Municipal de Soure em e, em conformidade com o disposto na alínea *m*) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, submetida à sessão da Assembleia Municipal de Soure em, para efeitos de autorização, no termos da alínea *k*) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, e presente à reunião da Junta de Freguesia de Vinha da Rainha de, em conformidade com o disposto na alínea *i*) e *j*) do n.º 1 do artigo 16.ª da referida Lei, e submetido à sessão da Assembleia de Freguesia de Vinha da Rainha em, para efeitos de autorização nos termos da alínea *g*) do n.º 1 do artigo 9.º, do mesmo diploma.

Soure, de de 2014

PELO MUNICÍPIO DE SOURE

O Presidente da Câmara Municipal
(Mário Jorge Da Costa Rodrigues Nunes)

PELA FREGUESIA DE VINHA DA RAINHA

O Presidente da Junta de Freguesia
(Evaristo Mendes Duarte)

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta de Contrato de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Vinha da Rainha, conforme decorre da informação técnica dos serviços e ainda submetê-la à Assembleia Municipal.*_____

**Ponto 7. CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES
. APOIO AO INVESTIMENTO**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: Sistema de Cobrança das Faturas de Água, Saneamento e Taxas de Recolha – RSU

O Município de Soure tem implementado, há alguns anos a esta parte, um sistema de cobrança das faturas de água, saneamento e taxas de recolha – RSU que assenta, para além das transferências bancárias, na cobrança por agentes em diversas localidades do Concelho.

Estes “agentes de cobrança” são normalmente comerciantes dos ramos de atividade da restauração, bebidas, minimercados, mercearias e ainda Juntas de Freguesia e IPSS, sendo, no seu conjunto, 40 agentes.

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

Há, no entanto, localidades onde, por falta deste tipo de operadores, algumas coletividades locais sem fins lucrativos se têm voluntária e gratuitamente disposto, com a responsabilidade e colaboração dos seus dirigentes, a realizar tal tarefa em prol da comodidade e bom serviço aos seus contrerrâneos e associados.

Estas coletividades locais têm desempenhado tal tarefa gastando energia elétrica, desgaste das instalações e utilização de utensílios e bens de desgaste administrativo sem que o Município lhes faça qualquer retribuição pecuniária ou outra como contrapartida de tal tarefa.

Para uma boa continuidade do serviço gratuito que vêm prestando, algumas destas associações apresentam sinais aos serviços de que seria importante uma ajuda do Município na melhoria das suas instalações e na reposição de utensílios e materiais de desgaste administrativo.

Estas instituições são:

- . Centro Recreativo do Casconho – cobrança média de 35 recibos, desde Fevereiro de 2010;
- . Moto Clube de Santo Isidro – cobrança média de 30 recibos, desde Novembro de 2009;
- . Centro Social 17 de Agosto do Espírito Santo – cobrança média de 120 recibos, desde Fevereiro de 2011;
- . Associação Recreativa e Cultural da Pouca Pena – cobrança média de 110 recibos, desde Novembro de 2009;
- . Centro Cultural e Recreativo do Sabugueiro – cobrança média de 58 recibos, desde Janeiro de 2013;
- . Comissão da Capelania da Fonte da Relva Lugares Limítrofes – cobrança média de 65 recibos, desde Julho de 2014.

Realizadas vistorias a estes “locais de cobrança”, nestas coletividades, visitas essas efetuadas com regularidade pelos nossos técnicos leitores cobradores, verifica-se que assiste a estas instituições a necessidade do sugerido apoio municipal para a continuação de um bom desempenho nesta tarefa para as populações destas localidades.

Deste modo, o responsável técnico e coordenador dos serviços administrativos do Sector das Águas e Saneamento do Município realizou uma visita aos locais onde são efetuadas estas cobranças, verificando a necessidade da realização de pequenas obras de manutenção/conservação e dotar as mesmas de material consumível para fins administrativos.

Nestes termos, considerando o volume de trabalho realizado em cada uma destas associações, propõe-se os seguintes apoios financeiros:

- . Centro Recreativo do Casconho – 500,00 €;
- . Moto Clube de Santo Isidro – 500,00 €;
- . Centro Social 17 de Agosto do Espírito Santo – 1.500,00 €;
- . Associação Recreativa e Cultural da Pouca Pena – 1.700,00 €;
- . Centro Cultural e Recreativo do Sabugueiro – 350,00 €;
- . Comissão da Capelania da Fonte da Relva Lugares Limítrofes – 100,00 €.

À Consideração Superior, no pressuposto que V. Exa. estará ciente do relevante interesse público que estas coletividades desempenham.

O Coordenador
(José Brás)
2014.11.03

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

Com conhecimento ao Senhor Evaristo Duarte, Técnico Superior, responsável pelo Sector de Águas e Saneamento e Recolha – RSU do Município.

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “também concordamos com o envolvimento municipal, no esforço que é expendido por estas coletividades para o desempenho de uma função para a qual não estarão, em princípio, vocacionadas. Devemos entender esse seu envolvimento como a prestação de um serviço cívico. Só duas questões. Primeira, como é que se atingiu estes valores, qual foi o cálculo que levou a que a proposta seja esta? Segunda, se estes apoios, que passaremos a prestar a estas coletividades, são anuais?”

O Senhor Presidente referiu que: “esta é uma questão pontual, decorrente da visita que os nossos leitores cobradores fazem regularmente a estes locais. São as próprias coletividades que têm verificado um desgaste a que estão sujeitas. Houve aqui um critério proposto pelo Coordenador de Serviços, é que tendo em conta o volume de desgaste e a situação apresentada, que estes valores seriam suficientes para as pequenas obras que eles terão que realizar, umas pinturas, uns arranjos e material administrativo. Este apoio é uma análise pontual às necessidades destas coletividades nesta área de colaboração com o Município, no incentivo a que as mesmas continuem a ser parceiros na prestação deste serviço às populações.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente.-----

Ponto 8. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

- . CONSTRUÇÃO DE OUTROS POLIDESPORTIVOS
- . Polidesportivo de Paleão - Freg. de Soure
 - Arranjos Exteriores
 - . Homologação do Auto de Receção Provisória

Foi presente a seguinte informação:

**ASSUNTO: DESPORTO E TEMPOS LIVRES
CONSTRUÇÃO DE OUTROS POLIDESPORTIVOS
POLIDESPORTIVO DE PALEÃO – FREGUESIA DE SOURE
ARRANJOS EXTERIORES
RECEÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO**

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de 19.07.2012, à empresa **Gadanha Pavimentos, Lda**, pelo valor de **25.591,62 €** acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respetivo auto de receção provisória, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014**

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º.)
26.11.2014

Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor e duas (2) abstenções do Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa e da Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, aprovar a Homologação do presente Auto de Recção Provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 9. AÇÃO SOCIAL – APOIO A ATIVIDADES NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL

. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR / SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA

- Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar
- Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições aos Alunos do 1.º CEB
- . Prestação de Serviços de Confeção, Transporte e Distribuição das Refeições Escolares nos Estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar e 1.º CEB
- Abertura de Procedimento Prévio

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: ACÇÃO SOCIAL – APOIO A ATIVIDADES NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL

AÇÃO SOCIAL ESCOLAR / SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA

- PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
- PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS ALUNOS DO 1.º CEB
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO, TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO DAS REFEIÇÕES ESCOLARES NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CEB
- . PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista à prestação do serviço em epígrafe, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adoção da modalidade de ajuste direto, uma vez que o preço base é de 46.735,62 euros, inferior ao limite máximo de 75.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste direto, cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 20º e alínea a) do n.º 1 do artigo 22º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

A competência para a escolha do procedimento a adotar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros, cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho.

O presente encargo está previsto na proposta de orçamento para o ano de 2015.

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do CCP, às seguintes empresas:

- APPACDM de Soure;
- Casa do Povo de Vila Nova de Anços;
- Centro de Assistência Paroquial da Granja do Ulmeiro;
- Centro Social de Alfarelos;
- Fundação Maria Luísa Ruas.

4. JÚRI

Aprovar o seguinte júri, de acordo com o n.º 1 do art. 67º do Código dos Contratos Públicos, para apreciação das propostas e elaboração dos relatórios de análise das mesmas:

- Mário Jorge Nunes (Presidente do Júri);
- Mário Monteiro, Eng.;
- Ivo Costa, Dr.;
- Sofia Valente, Dra.;
- Fernando Cavacas, Dr. (Suplente).

À consideração superior,
O Técnico Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
12/12/2014

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adoção da modalidade de ajuste direto, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

Ponto 10. AÇÃO SOCIAL – APOIO A ATIVIDADES NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL

. Pedido de Apoio

- Ana Beatriz Grilo Valente

Foi presente a seguinte informação:

ASSUNTO: AÇÃO SOCIAL// APOIO A ATIVIDADES NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL

- PEDIDO DE APOIO

. ANA BEATRIZ GRILLO VALENTE

No seguimento da determinação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, relativamente ao assunto em epígrafe, informamos V. Ex.ª do seguinte:

Ana Beatriz Grilo Valente, de 15 anos de idade, seguida no Hospital Pediátrico de Coimbra (HPC) por sequelas de meduloblastoma, desde Agosto de 2010. Foi submetida a múltiplas cirurgias, quimioterapia e radioterapia, com vários episódios de internamento no referido Hospital.

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

Atualmente, está integrada no domicílio e encontra-se a realizar um programa de reabilitação em regime ambulatorio no Serviço de Medicina Física e de Reabilitação do HUC, que inclui fisioterapia e terapia ocupacional, com evolução favorável.

A Câmara Municipal, através do Gabinete de Ação Social e Saúde tem vindo a acompanhar a situação do Agregado familiar da Ana Beatriz, de forma sistemática, no sentido de prestar apoio psicossocial, informar/orientar e encaminhar este Agregado para os diversos Serviços/Entidades que, no âmbito da legislação aplicável, têm competência para financiar as ajudas técnicas/ produtos de apoio destinados a todas as pessoas com deficiência ou incapacidade permanente ou temporária, designadamente cadeiras de rodas e no apoio do transporte da residência para a escola.

O pai da Ana Beatriz, o Sr. Vítor Manuel Cardoso Valente, vem solicitar apoio, ao Município, para eliminação das barreiras arquitetónicas de acesso à habitação.

No seguimento do pedido, os Técnicos da Autarquia, Dra. Cristina Marta e Eng.º Mauro Alegre, deslocaram-se ao local para avaliação do pedido de apoio.

Face à apreciação efetuada no terreno e perante o que é solicitado, concluímos:

1 - É necessária a substituição do lancil existente por um lancil rampeado, bem como a correção das inclinações do passeio (alteração da calçada), intervenção a efetuar no domínio público do Município;

2 - No acesso à habitação existe um degrau, com aproximadamente 6 cm, que poderia ser rebaixado para posterior construção de rampa de acesso, contudo trata-se de uma obra de construção civil a efetuar em propriedade privada (habitação do Sr. Vítor Valente).

Nos termos da alínea v) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal tem competência para participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com Instituições Particulares de Solidariedade Social.

3 - A Beatriz valente apresenta um quadro clínico complexo, no que toca à sua mobilidade, estando dependente de terceiros, no caso os pais, de forma permanente e imprescindível.

À consideração superior,

A Coordenadora do Gabinete de Ação Social e Saúde,
(Cristina Marta, Dra.)

12.12.2014

O Senhor Presidente referiu que: “há aqui uma incorreção na informação da Dra. Cristina Marta que dá impressão que houve um pedido, não houve nenhum pedido. Chegou aqui à reunião de Câmara uma situação colocada pelos Senhores Vereadores do PSD. Dei ordens aos serviços para, relativamente ao espaço público, haver uma intervenção de imediato, e portanto, estão a preparar essa intervenção de melhoramento dos passeios. Depois há uma situação em termos de espaço predial da vivenda, na área de um ou dois graus... O Município, como é óbvio, tem o feito com clareza, mas há critérios de intervenção em propriedades privadas.

Dar-vos conhecimento do andamento da situação e que iremos intervir de imediato no passeio e também sensibilizar o Senhor Valente para fazer o pedido formal.”

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “a calendarização parece-me a adequada. O que é exequível o mais rapidamente possível é exatamente ao nível do passeio, portanto, deve-se agir já.”

Foi tomado conhecimento.-----

Ponto 11. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

- . Baixa Tensão Normal
- . Baixa Tensão Especial
- . Média Tensão
- . Iluminação Pública
- Acordo Quadro
- . Abertura de Procedimento Prévio

Foram presentes as seguintes informações:

ASSUNTO: FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉCTRICA

- BAIXA TENSÃO NORMAL
- BAIXA TENSÃO ESPECIAL
- MÉDIA TENSÃO
- ILUMINAÇÃO PÚBLICA
- ACORDO QUADRO
- ✓ PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista à prestação do serviço em epígrafe, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adoção da modalidade de ajuste direto ao abrigo de um acordo quadro com a Comunidade Intermunicipal Região Coimbra, uma vez que o preço base é de 966.311,02 euros, cf. alínea h) do n.º 1 do artigo 27º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

A competência para a escolha do procedimento a adotar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências da Câmara Municipal, cf. alínea b) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho.

O presente encargo está previsto na proposta de orçamento para o ano de 2015.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES

Sugere-se a consulta, nos termos do art. 258.º do CCP, às seguintes empresas:

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

- EDP Comercial, Comercialização de Energia, S.A.;
- Endesa Energia, S.A.;
- Galp Power, S.A.

4. JÚRI

Aprovar o seguinte júri, de acordo com o n.º 1 do art. 67º do Código dos Contratos Públicos, para apreciação das propostas e elaboração dos relatórios de análise das mesmas:

- Mário Jorge Nunes (Presidente do Júri);
- Mário Monteiro, Eng.;
- Vitor Miranda, Eng.;
- Ivo Costa, Dr.; (Suplente)
- Fernando Cavacas, Dr. (Suplente).

À consideração superior,
O Técnico Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
12/12/2014

e

Assunto: Habitação, Urbanismo e Urbanização

Iluminação Pública

BT-Baixa Tensão (Consumos)

- ☐ Extinção das tarifas reguladas de venda de eletricidade a clientes finais
 - Decreto-Lei 104/2010 de 29 de Setembro

De acordo com a publicação em 29 de Setembro de 2010 do Decreto-Lei 104/2010, que estabelece o regime de extinção das tarifas reguladas de venda de eletricidade a clientes finais com consumos em muito alta tensão (MAT), alta tensão (AT), média tensão (MT), baixa tensão especial (BTE) e baixa tensão normal (BTN), todas as instalações elétricas, devem transitar para o regime de preços livres, normalmente designado como “mercado liberalizado”.

Estabelece ainda que os comercializadores atuais, devem continuar a fornecer eletricidade a clientes finais que não exerçam o direito de mudança para um comercializador livre, mediante o pagamento de tarifas de venda transitórias, aprovadas pela ERSE.

Por conseguinte, torna-se necessário efetuar a alteração dos atuais contratos de fornecimento de energia, para o mercado liberalizado, tendo sido divididas as instalações municipais nos seguintes lotes:

- ☐ Lote 1 – Baixa Tensão Normal – BTN (Potências contratadas entre 1,15kVA e 41,40kVA)
 - o 227 – Instalações
- ☐ Lote 2 – Baixa Tensão Especial – BTE (Potências superiores a 41,40kVA)
 - o 12 – Instalações
- ☐ Lote 3 – Média Tensão – MT
 - o 3 – Instalações
- Lote 4 – Iluminação Pública – IP
 - o 166 – Instalações

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

Assim, sugere-se a adesão ao acordo quadro de eletricidade da central de compras do CIM-Região de Coimbra, e consequente consulta aos fornecedores do mercado liberalizado aderentes, estimando-se o valor base anual por lote, nos seguintes valores:

- ☐ Lote 1 – Baixa Tensão Normal – BTN
 - o Valor Base – 372.654,87 € (valores com IVA incluído)
- ☐ Lote 2 – Baixa Tensão Especial – BTE
 - o Valor Base – 238.460,85 € (valores com IVA incluído)
- ☐ Lote 3 – Média Tensão – MT
 - o Valor Base – 30.498,42 € (valores com IVA incluído)
- ☐ Lote 4 – Iluminação Pública – IP
 - o Valor Base – 546.948,42 € (valores com IVA incluído)

FORNECEDORES DO MERCADO LIBERALIZADO ADERENTES

- ☐ EDP Comercial, Comercialização de Energia, S.A.
- ☐ Endesa Energia, SA
- ☐ Galp Power, S.A.

À Consideração Superior

O Técnico Superior

(Vitor Miranda, Técnico Superior)

11.12.2014

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adoção da modalidade de ajuste direto, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

Ponto 12. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- . CONCEÇÃO/EXECUÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DOS BACELOS - 2.ª FASE
- . Empreitada de “Reabilitação da Zona Adjacente ao Polidesportivo da Palmeira”
- . Reparação de Anomalias
 - Homologação do Auto de Receção Provisória

Foi presente a seguinte informação:

ASSUNTO: HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO

CONCEP./EXEC. PLANO PORMENOR DOS BACELOS – 2ª FASE

REABILITAÇÃO DA ZONA ADJACENTE AO POLIDESPORTIVO DA PALMEIRA – REPARAÇÃO DE ANOMALIAS

RECEÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de 23.11.2012, à empresa **Salta Regra, Lda**, pelo valor de **93.500,00 €** acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respetivo auto de receção provisória, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014**

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º.)
26.11.2014

Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor e duas (2) abstenções do Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa e da Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, aprovar a Homologação do presente Auto de Receção Provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

**Ponto 13. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
. CONCEÇÃO/EXECUÇÃO DO PLANO PORMENOR BACELOS - 3.ª FASE
. REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO ENTRE OS RIOS ANÇOS E ARUNCA
- Homologações dos Autos de Receção Provisória**

13.1. Aplicação de Rachão

Foi presente a seguinte informação:

**ASSUNTO: HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
CONCEP./EXEC. PLANO PORMENOR DOS BACELOS – 3ª FASE
REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO ENTRE OS RIOS ANÇOS E ARUNCA – APLICAÇÃO DE RACHÃO
RECEÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO**

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de 21.06.2012, à empresa **Salta Regra, Lda**, pelo valor de **142.835,00 €** acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respetivo auto de receção provisória, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º.)
26.11.2014

Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor e duas (2) abstenções do Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa e da Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, aprovar a Homologação do presente Auto de Receção Provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

13.2. Abertura de Braço de Água entre os Rios Anços e Arunca

Foi presente a seguinte informação:

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014**

**ASSUNTO: HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO - URBANIZAÇÃO E URBANISMO
CONCEP./EXEC. PLANO PORMENOR DOS BACELOS – 3ª FASE
REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO ENTRE OS RIOS ANÇOS E ARUNCA
ABERTURA DE BRAÇO DE ÁGUA ENTRE OS RIOS ANÇOS E ARUNCA
RECEÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO**

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de 12.01.2012, à empresa **Salta Regra, Lda**, pelo valor de **119.750,00 €** acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respetivo auto de receção provisória, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Engº.)
26.11.2014

Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor e duas (2) abstenções do Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa e da Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, aprovar a Homologação do presente Auto de Receção Provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

**Ponto 14. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
. CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO LARGOS E PRAÇAS
. Largo de S. Domingos - Quatro Lagoas
- Homologação do Auto de Receção Provisória**

Foi presente a seguinte informação:

**ASSUNTO: HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO DE LARGOS E PRAÇAS
LARGO DE S. DOMINGOS – QUATRO LAGOAS
RECEÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO**

A empreitada acima referida foi adjudicada por despacho de 02.09.2013, ratificado em reunião de Câmara de 20.09.2013, à empresa **Gadanha 2 - Construções, Lda**, pelo valor de **8.491,00 €** acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respetivo auto de receção provisória, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Engº.)
26.11.2014

Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor e duas (2) abstenções do Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa e da Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, aprovar a Homologação do presente Auto de Receção Provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa proferiu a seguinte Declaração de Voto: “naturalmente abstive-me neste ponto por motivos sobejamente conhecidos. Esta, só para lembrar todos colegas, era uma obra para ser inaugurada três dias antes das eleições.”

**Ponto 15. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
. CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS
- Homologações dos Autos de Receção Provisória**

15.1. Brunhós

Foi presente a seguinte informação:

**ASSUNTO: HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS EM BRUNHÓS
RECEÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO**

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de 23.11.2012, à empresa **Gadanha Pavimentos, Lda**, pelo valor de **45.086,00 €** acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respetivo auto de receção provisória, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Engº.)
26.11.2014

Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor e duas (2) abstenções do Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa e da Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, aprovar a Homologação do presente Auto de Receção Provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

15.2. Zona Adjacente à Extensão de Saúde de Samuel

Foi presente a seguinte informação:

**ASSUNTO: HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS
ZONA ADJACENTE À EXTENSÃO DE SAÚDE DE SAMUEL
RECEÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO**

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de 31.08.2012, à empresa **Gadanha Pavimentos, Lda**, pelo valor de **6.589,70 €** acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respetivo auto de receção provisória, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014**

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º.)
26.11.2014

Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor e duas (2) abstenções do Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa e da Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, aprovar a Homologação do presente Auto de Receção Provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

15.3. Avenida Dr. João Esteves Simões

Foi presente a seguinte informação:

**ASSUNTO: HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS
AV. DR. JOÃO ESTEVES SIMÕES
RECEÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO**

A empreitada acima referida foi adjudicada por despacho de 02.09.2013, ratificado em reunião de Câmara de 20.09.2013, à empresa **Gadanha 2 - Construções, Lda**, pelo valor de **4.460,00 €** acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respetivo auto de receção provisória, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º.)
26.11.2014

Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor e duas (2) abstenções do Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa e da Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, aprovar a Homologação do presente Auto de Receção Provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

15.4. Encosta do Sol – Soure

Foi presente a seguinte informação:

**ASSUNTO: HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS
PASSEIOS NA ENCOSTA DO SOL - SOURE
RECEÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO**

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de 15.03.2012, à empresa **Gadanha Pavimentos, Lda**, pelo valor de **6.996,95 €** acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respetivo auto de receção provisória, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014**

O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º.)
26.11.2014

Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor e duas (2) abstenções do Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa e da Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, aprovar a Homologação do presente Auto de Receção Provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

15.5. Rua Henrique Fernandes Ruas - Vila Nova de Anços

Foi presente a seguinte informação:

**ASSUNTO: HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS
RUA HENRIQUE FERNANDES RUAS – VILA NOVA DE ANÇOS
RECEÇÃO PROVISÓRIA - HOMOLOGAÇÃO DE AUTO**

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de 20.06.2013, à empresa **Gadanha Pavimentos, Lda**, pelo valor de **46.986,65 €** acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respetivo auto de receção provisória, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º.)
26.11.2014

Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor e duas (2) abstenções do Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa e da Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, aprovar a Homologação do presente Auto de Receção Provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

A Senhora Vereadora Dra. Márcia Travassos ausentou-se da reunião a partir deste ponto.

Ponto 16. URBANIZAÇÃO E URBANISMO

. CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS

- Homologações dos Autos de Receção Definitiva

16.1. Ligação entre a Zona Industrial de Soure e as Matas

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: URBANIZAÇÃO E URBANISMO
CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS
LIGAÇÃO ENTRE A ZONA INDUSTRIAL DE SOURE E AS MATAS
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA**

Por deliberação de 12.04.2007 foi homologado o auto de receção provisória, relativo à empreitada acima referida.

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respetiva vistoria, a homologação do auto de receção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Art. 226.º, n.º1 do art. 227.º e n.º1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º.)
02.12.2014

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e duas (2) abstenções do Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa e da Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, aprovar a Homologação do presente Auto de Receção Definitiva, bem como a Extinção da Caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

16.2. Piquete junto ao Cruzamento da EN 348 com o CM 1106

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: URBANIZAÇÃO E URBANISMO
CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS
CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS NO PIQUETE JUNTO AO CRUZAMENTO DA EN 348 COM O CM 1106
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA**

Por deliberação de 17.04.2008 foi homologado o auto de receção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respetiva vistoria, a homologação do auto de receção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Art. 226.º, n.º1 do art. 227.º e n.º1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º.)
02.12.2014

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e duas (2) abstenções do Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa e da Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, aprovar a Homologação do presente Auto de Receção Definitiva, bem como a Extinção da Caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 17. ABASTECIMENTO PÚBLICO/ÁGUA

. NOVAS CAPTAÇÕES E OPERACIONALIZAÇÃO

- Homologações dos Autos de Receção Provisória

17.1. Nova Captação em Carregosa - Sistema de Casa Velha

Foi presente a seguinte informação:

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

**ASSUNTO: ABASTECIMENTO PÚBLICO / ÁGUA – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
ÁGUA – NOVAS CAPTAÇÕES E OPERACIONALIZAÇÃO
SISTEMA DE CASA VELHA – NOVA CAPTAÇÃO EM CARREGOSA
RECEÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO**

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de 19.05.2011, à empresa **Sondalis – Captações de Água, Lda**, pelo valor de **44.764,72 €** acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respetivo auto de receção provisória, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º.)
02.12.2014

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e duas (2) abstenções do Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa e da Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, aprovar a Homologação do presente Auto de Receção Provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

17.2. Nova Captação em Carregosa - Sistema de Casa Velha - Alargamento da Perfuração e Proteção em Tubagem Metálica

Foi presente a seguinte informação:

**ASSUNTO: ABASTECIMENTO PÚBLICO / ÁGUA – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
ÁGUA – NOVAS CAPTAÇÕES E OPERACIONALIZAÇÃO
SISTEMA DE CASA VELHA – NOVA CAPTAÇÃO EM CARREGOSA
ALARGAMENTO DA PERFURAÇÃO EM TUBAGEM METÁLICA
RECEÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO**

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de 15.09.2011, à empresa **Sondalis – Captações de Água, Lda**, pelo valor de **18.900,00 €** acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respetivo auto de receção provisória, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º.)
02.12.2014

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e duas (2) abstenções do Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa e da Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, aprovar a Homologação do presente Auto de Receção Provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

17.3. Nova Captação nos Casais das Camarinheiras

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014**

Foi presente a seguinte informação:

**ASSUNTO: ABASTECIMENTO PÚBLICO / ÁGUA – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
ÁGUA – NOVAS CAPTAÇÕES E OPERACIONALIZAÇÃO
NOVA CAPTAÇÃO NOS CASAIS DAS CAMARINHEIRAS
RECEÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO**

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de 19.07.2012, à empresa **Sondalis - Captações de Água, Lda**, pelo valor de **62.460,72 €** acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respetivo auto de receção provisória, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º.)
02.12.2014

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e duas (2) abstenções do Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa e da Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, aprovar a Homologação do presente Auto de Receção Provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

**Ponto 18. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA
. Qualidade da Água de Consumo Humano
- Resumo 3.º Trimestre de 2014**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: “Qualidade da Água de Consumo Humano”
- Resumo 3.º Trimestre de 2014**

A qualidade da água fornecida aos seus consumidores é uma preocupação constante do Município de Soure.

Com o objetivo de assegurar o controlo da água distribuída aos seus Clientes, são realizadas análises com o intuito de verificar o cumprimento dos requisitos de qualidade estabelecidos no Decreto-Lei n.º 306/07 de 27 de Agosto.

Esta legislação tem como premissa avaliar a qualidade da água na torneira do consumidor.

Neste sentido foi elaborado um Plano de Controlo da Qualidade da Água, PCQA, para o ano de 2014, que mereceu a aprovação por parte da entidade competente – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos - ERSAR.

O Controlo Analítico da Qualidade da Água efetuado no âmbito do PCQA é executado pelo CESAB – Centro de Serviços do Ambiente, laboratório Acreditado pelo Instituto Português de Acreditação, IPAC, e reconhecido pela ERSAR.

O D. L. n.º 306/07 no seu artigo n.º 17 refere que é obrigação da Entidade Gestora a publicação trimestral, por meio de editais afixados nos lugares próprios ou por publicação na imprensa local, dos resultados obtidos nas análises de demonstração de conformidade, acompanhados de elementos informativos que permitam avaliar o grau de cumprimento das normas de qualidade constante no anexo I, do referido D.L.

Considerando o artigo 18.º do decreto-lei 306/2007 de 27 de Agosto, “as situações de incumprimento dos valores paramétricos estabelecidos nas partes I, II e III do anexo I do presente decreto-lei, devem ser comunicadas, de forma auditável e até ao fim do dia útil seguinte àquele em que tiveram conhecimento da sua ocorrência, pelos laboratórios de

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

análises encarregues do controlo da qualidade da água às entidades gestoras, as quais, por sua vez, devem comunicá-las à autoridade de saúde e à autoridade competente até ao fim do dia útil seguinte àquele em que tiveram conhecimento da sua ocorrência”.

Em alguns Sistemas de Abastecimento do nosso concelho, a água apresenta valores para o parâmetro pH, que não se incluem no intervalo definido pelo decreto-lei atrás referido, no entanto, no início de cada ano é solicitado parecer à Autoridade de Saúde em como não há inconveniente para a saúde, o facto do parâmetro pH apresentar valores abaixo do intervalo estipulado por lei, o qual emitiu parecer favorável.

Sempre que verificada uma situação de incumprimento, esta é de imediato comunicada à Autoridade de Saúde de Soure, e realizada a respetiva análise de verificação de conformidade, com exceção do parâmetro pH que está dispensado da realização da referida análise, dado que o incumprimento é devido às características naturais (hidrogeológicas) da água.

No 3.º trimestre de 2014, foram registados 3 incumprimentos, 1 deles relativo ao pH, conforme tabela:

Sistema de Abastecimento	Parâmetro	Causas do Incumprimento	Análises Verificação	Medidas tomadas ou a implementar	Estado do incumprimento
Feixe	Turvação	Manutenção/limpeza na rede de distribuição/reservatório	12-08-2014	Manutenção/limpeza na rede de distribuição/reservatório	Ultrapassado
Camarinheiras	pH	Características naturais (hidrogeológicas) da origem da água		Não foram tomadas medidas por não haver risco para a saúde (Parecer da Autoridade de Saúde)	
V.N. de Anços	Turvação	Manutenção/limpeza na rede de distribuição/reservatório	19-08-2014	Manutenção/limpeza na rede de distribuição/reservatório	Ultrapassado

O valor reduzido, de pH, é característico da zona em questão, não tendo sido tomadas medidas uma vez que a autoridade de saúde não identificou risco para a saúde.

As zonas de abastecimento de Feixe e Vila Nova de Anços apresentaram incumprimento no parâmetro Turvação.

Na sequência dos incumprimentos foram efetuadas análises de verificação, as quais demonstraram que estes tinham sido ultrapassados.

À consideração superior,
(Cristina Madeira, Eng.ª)
2014.12.11

Foi tomado conhecimento.-----

**Ponto 19. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA
. RECARGAS**

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014**

**. Arruamentos e Ligações na Freguesia de Soure - Arruamentos no Sobral
(Entre o Polidesportivo e a Capela)
- Homologação do Auto de Receção Definitiva**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA
RECARGAS**

**ARRUAMENTOS E LIGAÇÕES NA FREGUESIA DE SOURE – ARRUAMENTOS NO SOBRAL (ENTRE O POLIDESPORTIVO E A CAPELA)
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA**

Por despacho de 04.04.2007 foi homologado o auto de receção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respetiva vistoria, a homologação do auto de receção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Art. 226.º, n.º1 do art. 227.º e n.º1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º.)
02.12.2014

Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor e uma (1) abstenção do Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa, aprovar a Homologação do presente Auto de Receção Definitiva, bem como a Extinção da Caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 20. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE

. EM ZONAS URBANAS

**. Reparação de Pavimento na Rua Comendador João Duarte Cachulo -
Vinha da Rainha**

- Homologação do Auto de Receção Provisória

Foi presente a seguinte informação:

**ASSUNTO: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO
CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE**

EM ZONAS URBANAS

REPARAÇÃO DE PAVIMENTO NA RUA COMENDADOR JOÃO DUARTE CACHULO – VINHA DA RAINHA

RECEÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de 27.12.2011, à empresa **Gadanha Pavimentos, Lda**, pelo valor de **7.329,42 €** acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respetivo auto de receção provisória, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014**

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º.)
26.11.2014

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e duas (2) abstenções do Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa e da Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, aprovar a Homologação do presente Auto de Receção Provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

- Ponto 21. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO**
 . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
 . EM ZONAS RURAIS
 . Arruamentos Diversos
 - Homologação do Auto de Receção Provisória

Deliberado, por unanimidade, retirar o presente ponto da Ordem de Trabalhos.----

- Ponto 22. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA**
 . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
 - Homologações dos Autos de Receção Definitiva

- 22.1. EM ZONAS RURAIS**
 - C.M. 1113 entre Vila Nova de Anços e o Limite do Concelho

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA
 CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
 EM ZONAS RURAIS
 C.M. 1113 ENTRE VILA NOVA DE ANÇOS E O LIMITE DO CONCELHO
 HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA

Por despacho de 17.09.2009 foi homologado o auto de receção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respetiva vistoria, a homologação do auto de receção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Art. 226.º, n.º1 do art. 227.º e n.º1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º.)

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014**

02.12.2014

Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor e uma (1) abstenção do Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa, aprovar a Homologação do presente Auto de Receção Definitiva, bem como a Extinção da Caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

22.2. Freguesia de Soure – Bonitos

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
FREGUESIA DE SOURE - BONITOS
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA

Por despacho de 12.03.2001 foi homologado o auto de receção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo estabelecido, propõe-se agora a homologação do auto de receção definitiva nos termos do artigo 208º do Decreto-Lei n.º 405/93, de 10.12, bem como a extinção da caução e restituição dos depósitos e quantias retidas a que se refere o n.º 1 do artigo 218º do mesmo diploma.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
02.12.2014

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “os prazos regulamentares foram cumpridos? Nós estamos aqui a apreciar ou a deliberar sobre uma obra que foi concluída em 1999. Confesso a minha incredibilidade sobre estas situações, espero que não venha aqui nenhuma obra, qualquer dia, com trinta anos.”

O Senhor Presidente referiu que: “nós estamos a cumprir com as nossas obrigações que são a tramitação normal de uma obra pública, que vai desde a abertura de procedimento até à receção definitiva. A receção definitiva deve ter o prazo mínimo de cinco anos após a receção provisória. Até essa data, pelos seus valores, se não foi dispensada a caução ou a garantia bancária para não execução da obra, ficam retidos essas garantias ou os valores de cauções.”

Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor e uma (1) abstenção da Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, aprovar a Homologação do presente Auto de Receção Definitiva, bem como a Extinção da Caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

**Ponto 23. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO
. SINALIZAÇÃO DIVERSA**

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

- Homologações dos Autos de Receção Definitiva

23.1. Pintura de Marcas Rodoviárias - Estrada EM 616 que liga a EN 348 ao Cercal e o Cercal a Brunhós

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO
SINALIZAÇÃO DIVERSA
PINTURA DE MARCAS RODOVIÁRIAS – ESTRADA EM 616 QUE LIGA A EN 348 AO CERCAL E O CERCAL A BRUNHÓS
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA**

Por despacho de 16.06.2009 foi homologado o auto de receção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respetiva vistoria, a homologação do auto de receção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Art. 226.º, n.º1 do art. 227.º e n.º1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
26.11.2014

Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor e uma (1) abstenção do Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa, aprovar a Homologação do presente Auto de Receção Definitiva, bem como a Extinção da Caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

23.2. Pintura de Marcas Rodoviárias

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO
SINALIZAÇÃO DIVERSA
PINTURA DE MARCAS RODOVIÁRIAS
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA**

Por deliberação de 29.06.2009 foi homologado o auto de receção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respetiva vistoria, a homologação do auto de receção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Art. 226.º, n.º1 do art. 227.º e n.º1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014**

26.11.2014

Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor e uma (1) abstenção do Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa, aprovar a Homologação do presente Auto de Receção Definitiva, bem como a Extinção da Caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 24. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

. OUTRAS RECARGAS

- Homologações dos Autos de Receção Definitiva

24.1. Arruamentos na Freguesia de Soure - CM 1008 entre Sobral e Netos

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO
OUTRAS RECARGAS
ARRUAMENTOS E LIGAÇÕES NA FREGUESIA DE SOURE – CM 1008 ENTRE SOBRAL E NETOS
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA**

Por deliberação de 14.05.2009 foi homologado o auto de receção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respetiva vistoria, a homologação do auto de receção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Art. 226.º, n.º1 do art. 227.º e n.º1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º.)
02.12.2014

Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor e uma (1) abstenção do Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa, aprovar a Homologação do presente Auto de Receção Definitiva, bem como a Extinção da Caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

24.2. Arruamentos na Freguesia de Vila Nova de Anços – Barroco

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO
OUTRAS RECARGAS
ARRUAMENTOS NA FREGUESIA DE VILA NOVA DE ANÇOS – ARRUAMENTOS NO BARROCO
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA**

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

Por despacho de 07.05.2009 foi homologado o auto de receção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respetiva vistoria, a homologação do auto de receção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Art. 226.º, n.º1 do art. 227.º e n.º1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
02.12.2014

Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor e uma (1) abstenção do Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa, aprovar a Homologação da presente Auto de Receção Definitiva, bem como a Extinção da Caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 25. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES

. ALCATROAMENTOS NOVOS

. Arruamentos e Ligações na Freguesia de Soure

- Homologações dos Autos de Receção Definitiva

25.1. Pavimentação do Arruamento de Acesso aos Lotes 15 e 29 na Zona Industrial de Soure

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **ALCATROAMENTOS NOVOS**
ARRUAMENTOS E LIGAÇÕES NA FREGUESIA DE SOURE
PAVIMENTAÇÃO DO ARRUAMENTO DE ACESSO AOS LOTES 15 E 29 NA ZONA INDUSTRIAL DE SOURE
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA

Por despacho de 12.03.2001 foi homologado o auto de receção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo estabelecido, propõe-se agora a homologação do auto de receção definitiva nos termos do artigo 208º do Decreto-Lei n.º 405/93, de 10.12, bem como a extinção da caução e restituição dos depósitos e quantias retidas a que se refere o n.º 1 do artigo 218º do mesmo diploma.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
02.12.2014

Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor e uma (1) abstenção da Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, aprovar a Homologação da presente Auto de Receção Definitiva, bem como a Extinção da Caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

25.2. Diversos

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **ALCATROAMENTOS NOVOS**

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

ARRUAMENTOS E LIGAÇÕES NA FREGUESIA DE SOURE - DIVERSOS HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA

Por despacho de 12.03.2001 foi homologado o auto de receção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo estabelecido, propõe-se agora a homologação do auto de receção definitiva nos termos do artigo 208º do Decreto-Lei n.º 405/93, de 10.12, bem como a extinção da caução e restituição dos depósitos e quantias retidas a que se refere o n.º 1 do artigo 218º do mesmo diploma.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
02.12.2014

Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor e uma (1) abstenção da Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, aprovar a Homologação da presente Auto de Receção Definitiva, bem como a Extinção da Caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 26. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES

. OUTROS ALCATROAMENTOS NOVOS

. Alargamento em Sabugueiro - Freguesia de Pombalinho - Homologação do Auto de Receção Definitiva

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **OUTROS ALCATROAMENTOS NOVOS
ALARGAMENTO EM SABUGUEIRO – FREGUESIA DE POMBALINHO
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA**

Por deliberação de 14.03.2001 foi homologado o auto de receção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo estabelecido, propõe-se agora a homologação do auto de receção definitiva nos termos do artigo 208º do Decreto-Lei n.º 405/93, de 10.12, bem como a extinção da caução e restituição dos depósitos e quantias retidas a que se refere o n.º 1 do artigo 218º do mesmo diploma.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
02.12.2014

Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor e uma (1) abstenção da Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, aprovar a Homologação da presente Auto de Receção Definitiva, bem como a Extinção da Caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 27. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

- Homologações dos Autos de Receção Definitiva

27.1. Arruamentos na Freguesia de Degraças

- Casais de S. Jorge e Covão das Favas

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO
ARRUAMENTOS NA FREGUESIA DE DEGRACIAS
ARRUAMENTOS EM CASAIS DE S. JORGE E COVÃO DAS FAVAS
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA**

Por despacho de 07.05.2009 foi homologado o auto de receção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respetiva vistoria, a homologação do auto de receção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Art. 226.º, n.º1 do art. 227.º e n.º1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
02.12.2014

Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor e uma (1) abstenção do Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa, aprovar a Homologação da presente Auto de Receção Definitiva, bem como a Extinção da Caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

**27.2. Arruamentos e Ligações na Freguesia de Soure
- Ligação à Ponte Nova de Paleão**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: ARRUAMENTOS E LIGAÇÕES NA FREGUESIA DE SOURE
LIGAÇÃO À PONTE NOVA DE PALEÃO
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA**

Por despacho de 12.03.2001 foi homologado o auto de receção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo estabelecido, propõe-se agora a homologação do auto de receção definitiva nos termos do artigo 208º do Decreto-Lei n.º 405/93, de 10.12, bem como a extinção da caução e restituição dos depósitos e quantias retidas a que se refere o n.º 1 do artigo 218º do mesmo diploma.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
02.12.2014

Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor e uma (1) abstenção da Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, aprovar a Homologação da presente Auto de Receção Definitiva, bem como a Extinção da Caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

**27.3. Arruamentos em Casalinhos
- Diversos**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: ARRUAMENTOS EM CASALINHOS (DIVERSOS)
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA**

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

Por despacho de 08.04.1999 foi homologado o auto de receção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo estabelecido, propõe-se agora a homologação do auto de receção definitiva nos termos do artigo 208º do Decreto-Lei n.º 405/93, de 10.12, bem como a extinção da caução e restituição dos depósitos e quantias retidas a que se refere o n.º 1 do artigo 218º do mesmo diploma.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
02.12.2014

Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor e uma (1) abstenção da Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, aprovar a Homologação da presente Auto de Receção Definitiva, bem como a Extinção da Caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 28. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO . Estrada Soure/Casal do Barril/Marco do Sul - Beneficiação - Homologação do Auto de Receção Definitiva

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO
ESTRADA SOURE/CASAL DO BARRIL/MARCO DO SUL - BENEFICIAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA**

Por despacho de 17.09.2009 foi homologado o auto de receção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respetiva vistoria, a homologação do auto de receção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Art. 226.º, n.º1 do art. 227.º e n.º1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
02.12.2014

Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor e uma (1) abstenção da Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, aprovar a Homologação da presente Auto de Receção Definitiva, bem como a Extinção da Caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 29. SERVIÇOS MUNICIPAIS . MANUTENÇÃO E LICENCIAMENTO DE SOFTWARE - Abertura de Procedimento Prévio

Foram presentes as seguintes informações:

ASSUNTO: SERVIÇOS MUNICIPAIS

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

**MANUTENÇÃO E LICENCIAMENTO DE SOFTWARE
. PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Com vista à prestação do serviço em epígrafe, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adoção da modalidade de ajuste direto, uma vez que o preço base é de 8.874,00 euros, inferior ao limite máximo de 75.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste direto, cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 20º e alínea a) do n.º 1 do artigo 22º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

A competência para a escolha do procedimento a adotar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros, cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho.

O presente encargo está previsto na proposta de orçamento para o ano de 2015.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do CCP, às seguintes empresas:

- AIRC - Associação Informática da Região Centro.

4. JÚRI

Uma vez que será apresentada apenas uma proposta, está dispensada a criação do Júri do Procedimento, nos termos do n.º 1 do art. 67.º do CCP.

À consideração superior,
O Técnico Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
12/12/2014

e

ASSUNTO: SERVIÇOS MUNICIPAIS

. MANUTENÇÃO E LICENCIAMENTO DE SOFTWARE

Tendo em conta a necessidade de prestação de serviços de manutenção e assistência técnica para o software - em anexo - utilizado por esta Autarquia, e tendo em conta que o software utilizado é da Associação de Informática da Região Centro, torna-se necessário a renovação deste contrato.

Desta forma, propõe-se a contratualização, para o ano de 2015, do referido serviço, à Associação de Informática da Região Centro, estimando-se o preço base em 8.874,00€.

À consideração superior,
As Técnicas Informáticas,
(Alexandra Leitão)
(Lucília Gonçalves)

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014**

09/12/2014

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adoção da modalidade de ajuste direto, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

Ponto 30. SERVIÇOS MUNICIPAIS

- . Fornecimento Contínuo de Combustíveis Líquidos
- . Acordo - Quadro
- Abertura de Procedimento Prévio

Foi presente a seguinte informação:

ASSUNTO: SERVIÇOS MUNICIPAIS

- . FORNECIMENTO CONTÍNUO DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS
- . ACORDO-QUADRO
- PROCEDIMENTO PRÉVIO

Atualmente, o fornecimento de combustíveis é efetuado através de contrato celebrado no âmbito de um Acordo Quadro, com a Agência Nacional de Compras Públicas.

Uma vez que este contrato está a terminar, importa proceder à contratualização de um novo fornecimento, de forma a não colocar em causa o normal funcionamento dos serviços.

Assim, procedeu-se à análise dos consumos verificados no ano de 2014, refletindo a possibilidade de subida de preços em 2015, o aumento da carga fiscal no próximo ano, as alterações de consumos verificadas pela inclusão de novas viaturas ao serviço da Autarquia. Pelo que se concluiu que o valor estimado de consumo, para o ano de 2015, será de 185.658,35 euros.

Desta forma, afigura-se-nos que, à semelhança do último procedimento efetuado no âmbito deste tipo de contato, que se proceda à consulta das várias empresas que constituem o Acordo Quadro da Agência Nacional de Compras Públicas, para o fornecimento de combustíveis líquidos rodoviários - gasolina e gasóleo - em postos públicos de abastecimento.

Com vista à prestação do serviço em epígrafe, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adoção da modalidade de ajuste direto ao abrigo de um acordo quadro com a Agência Nacional de Compras Públicas, uma vez que o preço base é de 185.658,35 euros, cf. alínea h) do n.º 1 do artigo 27º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

A competência para a escolha do procedimento a adotar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências da Câmara Municipal, cf. alínea b) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho.

O presente encargo está previsto na proposta de orçamento para o ano de 2015.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

3. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do CCP, às seguintes empresas:

Petróleos de Portugal - Petrogal, S. A.;
Repsol Portuguesa, S. A.;
BP Portugal - Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, S.A.

4. JÚRI

Aprovar o seguinte júri, de acordo com o n.º 1 do art. 67º do Código dos Contratos Públicos, para apreciação das propostas e elaboração dos relatórios de análise das mesmas:

- Mário Jorge Nunes (Presidente do Júri);
- Mário Monteiro, Eng.;
- Fernando Cavacas, Dr.;
- Vitor Miranda, Dr. (Suplente);
- Ivo Costa, Dr. (Suplente).

À consideração superior,
O Técnico Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
12/12/2014

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adoção da modalidade de ajuste direto, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

**Ponto 31. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA
- Acordos de Execução**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS

- **Acordos de Execução**
 - . Alfarelos
 - . Soure
 - . União das Freguesias de Degraças e Pombalinho
 - . União das Freguesias de Gesteira e Brunhós
 - . Vila Nova de Anços

Relativamente ao assunto em epígrafe, informamos:

A descentralização de competências municipais nas juntas de freguesia ocorre por via legislativa ou por via contratual (delegação de competências).

A lei prevê dois tipos de delegações: a delegação “tradicional”, que se concretiza através da celebração de contratos interadministrativos; as delegações legais que se concretizam através dos acordos de execução.

A delegação legal configura uma transmissão de competências cuja concretização está dependente de um acordo de execução entre o município e a freguesia, o qual carece de deliberação favorável dos órgãos competentes de cada uma das autarquias (Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia).

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

Neste domínio, as competências são as previstas no artigo 132º e seguintes da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e há um dever de negociação.

Nos termos do artigo 134º a delegação legal de competências concretiza-se e é eficaz com a entrada em vigor do respetivo acordo de execução e, até que tal suceda, as competências continuam a ser exercidas pelo município.

A par da aplicação desta Lei aos acordos de execução, o legislador optou, ainda, pela aplicação expressa, a título subsidiário, do Código dos Contratos Públicos e do Código do Procedimento Administrativo.

Decorreu um processo negocial entre o município e as freguesias de Alfarelos, Vila Nova de Anços, Degraças / Pombalinho e Gesteira / Brunhós, baseado nos princípios da igualdade, prossecução do interesse público e continuidade da prestação do serviço público.

É pois, à luz deste novo formato jurídico que agora são presentes em anexo as proposta de “Acordos de Execução de Delegação de Competências” a celebrar entre o Município de Soure e as freguesias atrás aludidas.

Face ao atrás exposto, propomos que:

1. A Câmara Municipal, deverá, no uso da competência prevista na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, apreciar as Propostas de Acordos de Execução de delegação de competências, em Anexo, e submetê-las, nos termos disposto na alínea m) do n.º 1 da mesma norma legal, à Assembleia Municipal para efeitos de autorização de celebração dos respetivos contratos, em conformidade com o preceituado na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei.
2. Releve-se que estas propostas de celebração de Acordos de Execução terão de ser, também, objeto de deliberação por parte das Juntas e Assembleias de Freguesia respetivas, em conformidade com o disposto na alínea i) e j) do n.º 1 do artigo 16.º e alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º, do mesmo diploma legal.

À Consideração Superior,
O Adjunto do Presidente,
(Gil Soares, Dr.)
25-11-2014

O Senhor Presidente referiu que: “como sabem, já aprovámos Acordos de Execução, primeiro com a Junta de Freguesia da Granja do Ulmeiro, depois com a da Vinha da Rainha e agora vamos aprovar mais cinco Juntas de Freguesia que estão em condições e preparadas para realizarem estes acordos com o Município de Soure, que são: Alfarelos, Soure, Degraças/Pombalinho, Gesteira/Brunhós e Vila Nova de Anços. O Acordo de Execução é muito parecido com os outros, há aqui uma ligeira diferenciação com a Freguesia de Soure, tendo em conta a sua dimensão proporcional às outras Freguesias, mas é também na Vila de Soure que a Câmara Municipal intervém mais, enquanto nas outras sedes de Freguesia essa responsabilidade tem passado, em exclusivo, pelas Juntas de Freguesia.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “foi dito que os dois primeiros foram considerados “experiências piloto”, o da Granja do Ulmeiro e o da Vinha da Rainha. Como “experiência piloto”, esperava que fosse dado algum tempo para depois se poder fazer uma avaliação e podermos generalizar aos outros. Ficam ainda a faltar três Freguesias. Parto do princípio que estes Acordos de Execução devem ter a concordância dos eleitos das Freguesias referidas. Em relação ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Alfarelos, verifico que Alfarelos tem duas Escolas, com uma transferência de

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

750,00 euros para a Educação Pré-Escolar e 1.º Ciclo, estamos a falar de pequenas reparações. No entanto, no Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Soure, as da Sede ficam de fora, são quatro Escolas e terá uma transferência de 480,00 euros. Isto tem a ver com uma avaliação que foi feita ao estado dos equipamentos?”

O Senhor Presidente referiu que: “relativamente à “experiência piloto” que fala e bem, a avaliação que temos é positiva e seria expetável que fosse sempre positiva. Houve dificuldades de algumas Juntas de Freguesia entenderem, mas houve uma que quis andar mais depressa, correndo os riscos que estão inerentes quando alguém vai à frente e não na retaguarda. É preciso alguma preparação administrativa, também aqui, para poder lidar com os Acordos de Execução, com a sua contabilidade e com a sua própria execução.

A Junta de Freguesia de Granja do Ulmeiro tinha particularidades urbanas muito fortes, porque, enquanto na Vila de Soure qualquer funcionário que veja a fazer limpeza, em princípio, é do Município, se for à Granja do Ulmeiro é a Junta de Freguesia que limpa. Só em situações excecionais é que as nossas brigadas se deslocam lá. Com aquele Acordo de Execução ficava assente em definitivo, por exemplo, que toda a limpeza urbana da Granja do Ulmeiro era assumida pela Junta de Freguesia, esta é uma característica. O Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Vinha da Rainha já veio dar mais consistência noutra área, já fala mais em metros lineares de estrada, são características rurais. Com as outras Juntas de Freguesia já foi mais fácil, mas há aqui esta diferença entre a Junta de Freguesia de Soure e as outras, onde há um baixar na garantia, mas nós não nos demitimos. Se nós tivéssemos aumentado a franquia à Junta de Freguesia de Soure é que implicava menos responsabilidade do Município, baixámos a franquia à Freguesia de Soure o que aumenta a responsabilidade do Município, é precisamente ao contrário.”

31.1. Alfarelos

ACORDO DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM A FREGUESIA DE ALFARELOS

- Considerando que o Município de Soure possui uma extensa área de vias e espaços públicos, para melhor servir a população do concelho;
- Considerando que os espaços verdes existentes e o mobiliário urbano que embeleza o espaço público, muito contribuem para o bem - estar da população em geral, mas cuja manutenção e reparação exige uma intervenção constante;
- Considerando que a rede escolar do Município de Soure é vasta e necessita de constantes intervenções para manter o nível de qualidade e garantir as condições necessárias ao bom desempenho no processo de ensino aprendizagem;
- Considerando ser convicção deste Município de que as Freguesias do Concelho de Soure garantem uma prestação de serviços de qualidade às suas populações, através de uma utilização racional dos recursos que para tanto lhes são disponibilizados;

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

- Considerando que a avaliação relativamente à execução dos protocolos de delegação de competências celebrados com as Juntas de Freguesia do Concelho de Soure em anos anteriores se revelou francamente positiva;
- Considerando que a política municipal, no âmbito da descentralização administrativa, aponta numa primeira fase para a realização de uma “experiência piloto”, em curso nas freguesias de Granja do Ulmeiro e Vinha da Rainha, que avalie e sinalize as potencialidades do novo enquadramento jurídico da delegação de competências nas freguesias, em nome do interesse público municipal;
- Considerando que o passo prévio atrás aludido, com resultados preliminares positivos, é um garante de eficácia e eficiência para os futuros acordos de execução a celebrar com as outras freguesias, de acordo com os princípios da universalidade, igualdade e não discriminação;
- Considerando que, de acordo com o disposto nas alíneas *a)* e *d)* do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, os municípios têm atribuições nas áreas dos equipamentos rural e urbano e da educação, e que as câmaras municipais, em conformidade com o disposto na alínea *ee)* do n.º 1 do artigo 33.º da mesma Lei, têm competências para criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados por lei, sob administração municipal;
- Considerando, ainda, que cabe às câmaras municipais, por força do disposto na alínea *l)* do n.º 1 do mesmo artigo 33.º, discutir e preparar com as juntas de freguesia acordos de execução das competências que lhe forem delegadas ao abrigo do disposto no artigo 132.º daquela Lei;

Entre a **Câmara Municipal de Soure**, enquanto órgão do Município de Soure, NIPC 507103742, com sede na Praça da República, em Soure, representada pelo seu Presidente, Mário Jorge da Costa Rodrigues Nunes, no uso das competências previstas nas alíneas *a)* e *c)* do n.º 1 e na alínea *f)* do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, como **Primeira Outorgante**, e a **Junta de Freguesia de Alfarelos**, enquanto órgão da Freguesia de Alfarelos, NIPC 506857565, com sede na Rua Virgílio Pinheiro, nº 1, em Alfarelos, representada pela sua Presidente Rosa Alexandra Travassos de Sousa Colaço, no uso das competências previstas nas alíneas *a)* e *g)* do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, como **Segunda Outorgante**, é celebrado, para efeitos do disposto nas alíneas *a)*, *b)*, *c)* e *f)* do n.º 1 do artigo 132.º e nos termos do artigo 133.º, todos da mesma Lei, o presente acordo de execução, que se rege pelas cláusulas seguintes:

TÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I – Objeto, forma e prazo do Acordo

Cláusula 1.ª | Objeto do acordo

O presente acordo de execução tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal de Soure na Junta de Freguesia de Alfarelos, no que diz respeito às competências que se seguem:

- a)* Gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes;
- b)* Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sargetas e sumidouros;
- c)* Manter, reparar e substituir o mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão;
- d)* Assegurar a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico;
- e)* Promover a manutenção dos espaços envolventes aos estabelecimentos referidos na alínea anterior.

Cláusula 2.ª | Forma do acordo

O presente acordo de execução de delegação de competências é celebrado por escrito e composto pelo respetivo clausulado e anexos que dele fazem parte integrante.

Cláusula 3.ª | Disposições e cláusulas por que se rege o acordo de execução

1. Na execução do presente acordo observar - se - ão:

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

- a) O respetivo clausulado e o estabelecido em todos em todos os anexos que dele fazem parte integrante;
 - b) A Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.
2. Subsidiariamente observar - se - ão, ainda:
- a) As disposições constantes do Código Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e sucessivas alterações legislativas, em especial da sua Parte III, com as devidas adaptações;
 - b) O Código do Procedimento Administrativo.

Cláusula 4.ª | Prazo do acordo

O período de vigência do acordo de execução coincide com a duração do mandato da Assembleia Municipal de Soure, salvo casos excecionais, devidamente fundamentados, e sem prejuízo do disposto na cláusula 26.ª.

TÍTULO II – GESTÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES; LIMPEZA DAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, SARGETAS E SUMIDOUROS; MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DO MOBILIÁRIO URBANO INSTALADO NO ESPAÇO PÚBLICO; PEQUENAS REPARAÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO 1º CEB; MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS ENVOLVENTES AOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ - ESCOLAR E DO 1º CEB.

CAPÍTULO I – Gestão e manutenção de espaços verdes

Cláusula 5.ª | Espaços verdes

Constituem parte integrante do domínio municipal, múltiplos espaços verdes municipais, de diferentes dimensões e características, de livre acesso público, cuja gestão e manutenção constituem objeto do presente acordo de delegação de competências.

Cláusula 6.ª | Gestão e manutenção

1. A gestão e manutenção dos espaços verdes existentes compreendem, nomeadamente, a conservação, arranjo, embelezamento, rega e limpeza de espaços verdes ajardinados municipais, designadamente:
 - a) Três rotundas localizadas junto ao Apeadeiro, na Rua dos Ferroviários e Junto ao Cemitério;
 - b) Zona envolvente ao fontenário do Casal do Redinho;
 - c) Parque de Merendas do Casal do Redinho (frente ao cemitério);
 - d) Jardim público de Alfarelos e jardim localizado na praça Virgílio Pinheiro;
 - e) Zona envolvente à capela de S. Pedro;
 - f) Zona envolvente à Fonte dos Cães;
 - g) Zona envolvente aos estabelecimentos escolares de Alfarelos.
2. O exercício da delegação de competências é constituído pela prática de todos os atos necessários à prossecução do interesse público, tendo em atenção critérios como a dimensão da área verde a tratar, tipologia dos espaços e o desgaste a que estão sujeitos.

CAPÍTULO II – Limpeza das vias e espaços públicos, sargetas e sumidouros

Cláusula 7.ª | Vias e espaços públicos, sargetas e sumidouros

Constituem parte integrante do domínio municipal, uma vasta rede de vias e espaços de livre acesso ao público, bem como sargetas e sumidouros cuja limpeza constitui objeto do presente acordo de delegação de competências.

Cláusula 8.ª | Gestão e conservação

1. A limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros compreendem, nomeadamente, a varredura e lavagem, manual ou mecânica das vias e espaços públicos e a desobstrução e limpeza de sarjetas e sumidouros.
2. Enquadram-se no âmbito do ponto anterior, designadamente as vias e arruamentos abaixo identificadas:
 - a) Zona urbana de Alfarelos;
 - b) Zona urbano do Casal do Redinho;
 - c) Rua 25 de Abril;
 - d) Rua da Fonte Nova;
 - e) Rua da Quinta do Cego;

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

- f) Rua de Santa Isabel;
- g) Rua Dr. Delfim Pinheiro;
- h) Rua Firmino Ribeiro da Fonseca.

3. O exercício da delegação da competência é constituído pela prática de todos os atos necessários à prossecução do interesse público, incluindo a varredura e lavagem das valetas, bermas e caminhos.

CAPÍTULO III – Mobiliário urbano

Cláusula 9.ª | Mobiliário urbano

Constituem parte integrante do domínio municipal, diverso mobiliário urbano instalado no espaço público, de diferentes dimensões e características, cuja manutenção, reparação e substituição constituem objeto do presente acordo de delegação de competências.

Cláusula 10.ª | Manutenção e reparação do mobiliário urbano

1. As intervenções no mobiliário urbano referido no artigo anterior compreendem:

- a) A manutenção do mobiliário existente através da sua limpeza e demais procedimentos que se afigurem adequados;
- b) Pequenas obras de reparação e conservação do mobiliário, com prioridade para pinturas, limpezas e substituição de peças partidas e/ou danificadas.

2. O exercício da delegação de competências é constituído pela prática de todos os atos necessários à prossecução do interesse público, tendo em atenção o mobiliário em causa, tipologia dos equipamentos e o desgaste e utilização a que estão sujeitos.

CAPÍTULO IV

Realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré - escolar e do primeiro ciclo do ensino básico

Cláusula 11.ª Pequenas reparações em estabelecimentos escolares

1- O Município de Soure é proprietário e legítimo possuidor dos seguintes estabelecimentos de educação pré - escolar e do primeiro ciclo do ensino básico:

- a) Jardim de Infância de Alfarelos;
- b) Escola do 1º ciclo do ensino básico de Alfarelos.

2- Para efeitos da presente cláusula incumbe à segunda outorgante executar, através dos seus meios ou com recurso à contratação de terceiros, pequenos trabalhos nos edifícios identificados no ponto anterior, até ao montante anual de €750,00, designadamente, a título exemplificativo, colocação de vidros, limpeza caleiras, conservação de portas e caixilhos, substituição de lâmpadas, reparação e conservação de torneiras, autoclismos, sanitas, lavatórios.

CAPÍTULO V - Manutenção de espaços envolventes aos estabelecimentos de educação

Cláusula 12.ª | Manutenção de espaços envolventes

A manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação referidos na cláusula anterior compreende a limpeza, manutenção e conservação dos espaços envolventes, assim como dos espaços de jogo e recreio.

CAPÍTULO VI – Recursos Financeiros

Cláusula 13.ª | Regime de financiamento e modo de afetação

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

1. Os recursos financeiros disponibilizados pela primeira outorgante, para o exercício das competências delegadas mencionadas nos capítulos I, II, III, IV e V, deste Título II, destinados ao cumprimento deste acordo de execução, são transferidos para a Segunda Outorgante mensalmente, até ao limite máximo anual.
2. A título de transferências correntes, como contrapartida da delegação de competências aludida no ponto anterior, a primeira outorgante transfere para a segunda outorgante o valor mensal de €1.250,00 (mil dízentos e cinquenta euros).
3. O valor mensal previsto no ponto anterior deverá ser afeto a Educação 10%; Habitação, Urbanismo e Urbanização 10%; Comunicações e Transportes 50%; Defesa do Meio Ambiente 30%.

CAPÍTULO VII – Direitos e Obrigações

Cláusula 14.ª | Direitos da Primeira Outorgante

Constituem direitos da Primeira Outorgante:

- a) Verificar o estado de manutenção e gestão dos espaços verdes;
- b) Verificar o estado de limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros;
- c) Verificar o estado de conservação do mobiliário urbano;
- d) Verificar o estado de conservação dos estabelecimentos escolares, objeto deste acordo de execução;
- e) Verificar o estado dos espaços envolventes aos estabelecimentos escolares, objeto deste acordo de execução;
- f) Solicitar à Segunda Outorgante informações e documentação, nos termos das cláusulas 19.ª e 20.ª;
- g) Apresentar à Segunda Outorgante sugestões e propostas, no âmbito das reuniões fixadas na cláusula 16.ª.

Cláusula 15.ª | Obrigações da Primeira Outorgante

No âmbito do presente acordo de execução, a Primeira Outorgante obriga - se a:

- a) Proceder à transferência do financiamento previsto neste acordo de execução;
- b) Verificar o cumprimento do acordo de execução;
- c) Elaborar um relatório anual de análise de acordo com o fixado no n.º 3 da cláusula 22.ª.

Cláusula 16.ª | Direitos da Segunda Outorgante

Constituem direitos da Segunda Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências;
- b) Solicitar à Primeira Outorgante apoio técnico no planeamento da intervenção.

Cláusula 17.ª | Obrigações da Segunda Outorgante

No âmbito do presente acordo de execução, a Segunda Outorgante fica obrigada a:

- a) Proceder de forma correta e equilibrada à gestão e manutenção dos espaços verdes;
- b) Proceder de forma correta e equilibrada à limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros;
- c) Proceder de forma correta e equilibrada à manutenção e reparação do mobiliário urbano;
- d) Proceder de forma correta e equilibrada à realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de ensino, objeto deste acordo de execução;
- e) Proceder de forma correta e equilibrada à manutenção de espaços envolventes aos estabelecimentos de educação, de acordo com critérios de eficiência, eficácia e economia;
- f) Pautar toda a sua atuação sob critérios de eficiência, eficácia e economia, no cumprimento das competências delegadas;
- g) Respeitar e fazer respeitar as normas legais e regulamentares aplicáveis a cada uma das competências;
- h) Recrutar os recursos humanos necessários ao cumprimento do presente acordo de execução, sendo da sua responsabilidade o pagamento das despesas por estes originadas;
- i) Entregar à Primeira Outorgante dos relatórios a que se refere o n.º 1 da Cláusula 19.ª.

TÍTULO III – DISPOSIÇÕES COMUNS

CAPÍTULO I – RELATÓRIOS E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

Cláusula 18.ª | Obrigações adicionais

Para uma articulação entre a Primeira Outorgante e a Segunda Outorgante, no âmbito do cumprimento deste acordo de execução, podem os representantes indicados por ambas, reunir - se, trimestralmente, ou sempre que necessário, devendo ser elaboradas atas das reuniões.

Cláusula 19.ª | Informação a disponibilizar pela Segunda Outorgante

1. A Segunda Outorgante deve disponibilizar à Primeira Outorgante, relatórios trimestrais de avaliação de execução do acordo firmado, acompanhados dos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pela Primeira Outorgante.
2. A Segunda Outorgante terá de entregar os relatórios a que se refere o número anterior, até ao dia 10 (dez) do mês seguinte a que disser respeito o trimestre.
3. Para efeitos de apresentação dos relatórios e para cada ano de vigência do contrato, os trimestres referem - se aos períodos abaixo indicados:
1º Trimestre: 1 janeiro a 31 de março;
2º Trimestre: 1 abril a 30 de junho;
3º Trimestre: 1 de julho a 30 de setembro;
4º Trimestre: 1 de outubro a 31 de dezembro.
4. A Primeira Outorgante pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.

Cláusula 20.ª | Verificação dos relatórios

1. Os relatórios referidos no artigo anterior que não sejam acompanhados dos documentos de despesa relativos aos recursos financeiros disponibilizados pela Primeira Outorgante importam para a Segunda a restituição dos mesmos ou de parte destas.
2. Os relatórios trimestrais ficam sujeitos a apreciação da Primeira Outorgante que os aprovará ou retificará no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da sua receção.
3. Sempre que a Segunda Outorgante se oponha à retificação prevista no número anterior, deve apresentar, nos 5 (cinco) dias úteis subsequentes, reclamação em que especifique a natureza dos vícios, erros ou faltas relativas às propostas de alteração da Primeira Outorgante, sob pena de se considerar aceite a retificação.

Cláusula 21.ª | Ocorrências e emergências

A Segunda Outorgante deve comunicar à Primeira Outorgante, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o objeto do presente acordo de delegação de competências a que refere a cláusula 1.ª.

Cláusula 22.ª | Verificação do cumprimento do objeto do acordo de execução

1. A Primeira Outorgante pode verificar o cumprimento do acordo de execução, mediante a realização de vistorias e inspeções à gestão, limpeza, reparações e manutenções realizadas pela Segunda Outorgante, bem como exigir - lhe informações e documentos que considere necessários.
2. As determinações da Primeira Outorgante emitidas no âmbito da verificação do cumprimento do objeto do acordo de execução são imediatamente aplicáveis e vinculam a Segunda Outorgante, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.
3. A Primeira Outorgante elabora um relatório anual de análise, com fundamento nas informações disponibilizadas pelos seus serviços técnicos e pela Segunda Outorgante, tendo em vista a avaliação do cumprimento do acordo de execução e se necessário a determinação da correção de eventuais desconformidades detetadas.

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

CAPÍTULO II – MODIFICAÇÃO, RESOLUÇÃO E CESSAÇÃO DO ACORDO DE EXECUÇÃO

Cláusula 23.ª | Modificação do acordo de execução

1. O presente acordo de execução pode ser modificado por acordo entre as partes outorgantes, sempre que as circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de acordar a delegação de competências tiverem sofrido uma alteração anormal e imprevisível, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do acordo de execução.
2. A modificação do acordo de execução obedece a forma escrita.

Cláusula 24.ª | Resolução pelas Partes Outorgantes

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do acordo de execução, as partes podem resolver o presente acordo de execução quando se verifique:
 - a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos Outorgantes;
 - b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.
2. Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Cláusula 25.ª | Revogação

O presente acordo de execução poderá ser objeto de revogação por mútuo acordo dos outorgantes.

Cláusula 26.ª | Caducidade

1. O acordo de execução caduca nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência, de acordo com o disposto na cláusula 4.ª, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as partes, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
2. O acordo de execução considera-se renovado após a instalação da Assembleia Municipal de Soure, não determinando a mudança dos titulares dos órgãos do Município de Soure e da Freguesia de Alfarelos, a sua caducidade, salvo se aquele órgão deliberativo autorizar a denúncia deste acordo, no prazo de seis meses após a sua instalação.

CAPÍTULO III – COMUNICAÇÕES, PRAZOS E FORO COMPETENTE

Cláusula 27.ª | Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes Outorgantes, estas poderão ser dirigidas por qualquer meio escrito, designadamente correio normal, fax ou correio eletrónico.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do presente acordo de execução deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 28.ª | Contagem dos prazos

Os prazos previstos neste acordo de execução são contínuos.

Cláusula 29.ª | Foro competente

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste acordo de execução de delegação de competências será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 30.ª | Entrada em vigor

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014**

O presente acordo de execução entra em vigor no dia útil seguinte à sua aprovação por todos os órgãos competentes de cada uma das autarquias.

Parágrafo único:

A minuta deste acordo de execução foi presente a reunião da Câmara Municipal de Soure de e, em conformidade com o disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, submetida à sessão da Assembleia Municipal de Soure de, para efeitos de autorização, no termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, e presente à reunião da Junta de Freguesia de Alfarelos de, em conformidade com o disposto na alínea i) e j) do n.º 1 do artigo 16.ª da referida Lei, submetido à sessão da Assembleia de Freguesia de Alfarelos de, para efeitos de autorização nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º do mesmo diploma legal.

Soure, de de

PELO MUNICÍPIO DE SOURE

O Presidente da Câmara Municipal
(Mário Jorge Da Costa Rodrigues Nunes)

PELA FREGUESIA DE ALFARELOS

A Presidente da Junta de Freguesia
(Rosa Alexandra Travassos de Sousa Colaço)

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta de Acordo de Execução de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Alfarelos e ainda submetê-la à Assembleia Municipal.-----

31.2. Soure

ACORDO DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM A FREGUESIA DE SOURE

- Considerando que o Município de Soure possui uma extensa área de vias e espaços públicos, para melhor servir a população do concelho;
- Considerando que os espaços verdes existentes e o mobiliário urbano que embeleza o espaço público, muito contribuem para o bem-estar da população em geral, mas cuja manutenção e reparação exige uma intervenção constante;
- Considerando que a rede escolar do Município de Soure é vasta e necessita de constantes intervenções para manter o nível de qualidade e garantir as condições necessárias ao bom desempenho no processo de ensino aprendizagem;
- Considerando ser convicção deste Município de que as Freguesias do Concelho de Soure garantem uma prestação de serviços de qualidade às suas populações, através de uma utilização racional dos recursos que para tanto lhes são disponibilizados;
- Considerando que a avaliação relativamente à execução dos protocolos de delegação de competências celebrados com as Juntas de Freguesia do Concelho de Soure em anos anteriores se revelou francamente positiva;
- Considerando que a política municipal, no âmbito da descentralização administrativa, aponta numa primeira fase para a realização de uma “experiência piloto”, em curso nas freguesias de Granja do Ulmeiro e Vinha da

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

Rainha, que avalie e sinalize as potencialidades do novo enquadramento jurídico da delegação de competências nas freguesias, em nome do interesse público municipal;

- Considerando que o passo prévio atrás aludido, com resultados preliminares positivos, é um garante de eficácia e eficiência para os futuros acordos de execução a celebrar com as outras freguesias, de acordo com os princípios da universalidade, igualdade e não discriminação;

- Considerando que, de acordo com o disposto nas alíneas *a)* e *d)* do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, os municípios têm atribuições nas áreas dos equipamentos rural e urbano e da educação, e que as câmaras municipais, em conformidade com o disposto na alínea *ee)* do n.º 1 do artigo 33.º da mesma Lei, têm competências para criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados por lei, sob administração municipal;

- Considerando, ainda, que cabe às câmaras municipais, por força do disposto na alínea *l)* do n.º 1 do mesmo artigo 33.º, discutir e preparar com as juntas de freguesia acordos de execução das competências que lhe forem delegadas ao abrigo do disposto no artigo 132.º daquela Lei;

Entre a **Câmara Municipal de Soure**, enquanto órgão do Município de Soure, NIPC 507103742, com sede na Praça da República, em Soure, representada pelo seu Presidente, Mário Jorge da Costa Rodrigues Nunes, no uso das competências previstas nas alíneas *a)* e *c)* do n.º 1 e na alínea *f)* do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, como **Primeira Outorgante**, e a **Junta de Freguesia de Soure**, enquanto órgão da Freguesia de Soure, NIPC 507105133, com sede na Praça da República, em Soure, representada pelo seu Presidente José Manuel Coelho Bernardes, no uso das competências previstas nas alíneas *a)* e *g)* do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, como **Segunda Outorgante**, é celebrado, para efeitos do disposto nas alíneas *a)*, *b)*, *c)* *e)* e *f)* do n.º 1 do artigo 132.º e nos termos do artigo 133.º, todos da mesma Lei, o presente acordo de execução, que se rege pelas cláusulas seguintes:

TÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I – Objeto, forma e prazo do Acordo

Cláusula 1.ª | Objeto do acordo

1- O presente acordo de execução tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal de Soure na Junta de Freguesia de Soure, no que diz respeito às competências que se seguem:

- a)* Gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes;
- b)* Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sargetas e sumidouros;
- c)* Manter, reparar e substituir o mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão;
- d)* Assegurar a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico;
- e)* Promover a manutenção dos espaços envolventes aos estabelecimentos referidos na alínea anterior.

2- As delegações de competências definidas no ponto anterior não se aplicam à circunscrição territorial da Vila de Soure.

Cláusula 2.ª | Forma do acordo

O presente acordo de execução de delegação de competências é celebrado por escrito e composto pelo respetivo clausulado e anexos que dele fazem parte integrante.

Cláusula 3.ª | Disposições e cláusulas por que se rege o acordo de execução

1. Na execução do presente acordo observar-se-ão:

- a)* O respetivo clausulado e o estabelecido em todos os anexos que dele fazem parte integrante;
- b)* A Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

2. Subsidiariamente observar-se-ão, ainda:

- a) As disposições constantes do Código Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e sucessivas alterações legislativas, em especial da sua Parte III, com as devidas adaptações;
- b) O Código do Procedimento Administrativo.

Cláusula 4.ª | Prazo do acordo

O período de vigência do acordo de execução coincide com a duração do mandato da Assembleia Municipal de Soure, salvo casos excecionais, devidamente fundamentados, e sem prejuízo do disposto na cláusula 26.ª.

TÍTULO II – GESTÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES; LIMPEZA DAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, SARGETAS E SUMIDOUROS; MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DO MOBILIÁRIO URBANO INSTALADO NO ESPAÇO PÚBLICO; PEQUENAS REPARAÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO 1º CEB; MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS ENVOLVENTES AOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ - ESCOLAR E DO 1º CEB.

CAPÍTULO I – Gestão e manutenção de espaços verdes

Cláusula 5.ª | Espaços verdes

Constituem parte integrante do domínio municipal, múltiplos espaços verdes municipais, de diferentes dimensões e características, de livre acesso público, cuja gestão e manutenção constituem objeto do presente acordo de delegação de competências.

Cláusula 6.ª | Gestão e manutenção

1. A gestão e manutenção dos espaços verdes existentes compreendem, nomeadamente, a conservação, arranjo, embelezamento, rega e limpeza de espaços verdes ajardinados municipais.
2. O exercício da delegação de competências é constituído pela prática de todos os atos necessários à prossecução do interesse público, tendo em atenção critérios como a dimensão da área verde a tratar, tipologia dos espaços e o desgaste a que estão sujeitos.

CAPÍTULO II – Limpeza das vias e espaços públicos, sargetas e sumidouros

Cláusula 7.ª | Vias e espaços públicos, sargetas e sumidouros

Constituem parte integrante do domínio municipal, uma vasta rede de vias e espaços de livre acesso ao público, bem como sargetas e sumidouros cuja limpeza constitui objeto do presente acordo de delegação de competências.

Cláusula 8.ª | Gestão e conservação

1. A limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros compreendem, nomeadamente, a varredura e lavagem, manual ou mecânica das vias e espaços públicos e a desobstrução e limpeza de sarjetas e sumidouros.
2. Enquadram-se no âmbito do ponto anterior, designadamente as vias e arruamentos melhor identificados no ANEXO I ao presente Acordo de Execução.
3. O exercício da delegação da competência é constituído pela prática de todos os atos necessários à prossecução do interesse público, incluindo a varredura e lavagem das valetas, bermas e caminhos.

CAPÍTULO III – Mobiliário urbano

Cláusula 9.ª | Mobiliário urbano

Constituem parte integrante do domínio municipal, diverso mobiliário urbano instalado no espaço público, de diferentes dimensões e características, cuja manutenção, reparação e substituição constituem objeto do presente acordo de delegação de competências.

Cláusula 10.ª | Manutenção e reparação do mobiliário urbano

1. As intervenções no mobiliário urbano referido no artigo anterior compreendem:

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

- a) A manutenção do mobiliário existente através da sua limpeza e demais procedimentos que se afigurem adequados;
 - b) Pequenas obras de reparação e conservação do mobiliário, com prioridade para pinturas, limpezas e substituição de peças partidas e/ou danificadas.
2. O exercício da delegação de competências é constituído pela prática de todos os atos necessários à prossecução do interesse público, tendo em atenção o mobiliário em causa, tipologia dos equipamentos e o desgaste e utilização a que estão sujeitos.

CAPÍTULO IV

Realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré - escolar e do primeiro ciclo do ensino básico

Cláusula 11.ª Pequenas reparações em estabelecimentos escolares

1- O Município de Soure é proprietário e legítimo possuidor dos seguintes estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico:

- a) Jardim de Infância de Pouca Pena;
- b) Jardim de Infância dos Simões;
- c) Jardim de Infância do Sobral;
- d) EB 1 do Sobral.

2- Para efeitos da presente cláusula incumbe à segunda outorgante executar, através dos seus meios ou com recurso à contratação de terceiros, pequenos trabalhos nos edifícios identificados no ponto anterior, até ao montante anual de €480,00, designadamente, a título exemplificativo, colocação de vidros, limpeza caleiras, conservação de portas e caixilhos, substituição de lâmpadas, reparação e conservação de torneiras, autoclismos, sanitas, lavatórios.

CAPÍTULO V - Manutenção de espaços envolventes aos estabelecimentos de educação

Cláusula 12.ª | Manutenção de espaços envolventes

A manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação referidos na cláusula anterior compreende a limpeza, manutenção e conservação dos espaços envolventes, assim como dos espaços de jogo e recreio.

CAPÍTULO VI – Recursos Financeiros

Cláusula 13.ª | Regime de financiamento e modo de afetação

- 1. Os recursos financeiros disponibilizados pela primeira outorgante, para o exercício das competências delegadas mencionadas nos capítulos I, II, III, IV e V, deste Título II, destinados ao cumprimento deste acordo de execução, são transferidos para a Segunda Outorgante mensalmente, até ao limite máximo anual.
- 2. A título de transferências correntes, como contrapartida da delegação de competências aludida no ponto anterior, a primeira outorgante transfere para a segunda outorgante o valor mensal de €2.000,00 (dois mil euros).
- 3. O valor mensal previsto no ponto anterior deverá ser afeto a Educação 2%; Habitação, Urbanismo e Urbanização 5%; Comunicações e Transportes 78%; Defesa do Meio Ambiente 15%.

CAPÍTULO VII – Direitos e Obrigações

Cláusula 14.ª | Direitos da Primeira Outorgante

Constituem direitos da Primeira Outorgante:

- a) Verificar o estado de manutenção e gestão dos espaços verdes;

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

- b) Verificar o estado de limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros;
- c) Verificar o estado de conservação do mobiliário urbano;
- d) Verificar o estado de conservação dos estabelecimentos escolares, objeto deste acordo de execução;
- e) Verificar o estado dos espaços envolventes aos estabelecimentos escolares, objeto deste acordo de execução;
- f) Solicitar à Segunda Outorgante informações e documentação, nos termos das cláusulas 19.ª e 20.ª;
- g) Apresentar à Segunda Outorgante sugestões e propostas, no âmbito das reuniões fixadas na cláusula 16.ª.

Cláusula 15.ª | Obrigações da Primeira Outorgante

No âmbito do presente acordo de execução, a Primeira Outorgante obriga-se a:

- a) Proceder à transferência do financiamento previsto neste acordo de execução;
- b) Verificar o cumprimento do acordo de execução;
- c) Elaborar um relatório anual de análise de acordo com o fixado no n.º 3 da cláusula 22.ª.

Cláusula 16.ª | Direitos da Segunda Outorgante

Constituem direitos da Segunda Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências;
- b) Solicitar à Primeira Outorgante apoio técnico no planeamento da intervenção.

Cláusula 17.ª | Obrigações da Segunda Outorgante

No âmbito do presente acordo de execução, a Segunda Outorgante fica obrigada a:

- a) Proceder de forma correta e equilibrada à gestão e manutenção dos espaços verdes;
- b) Proceder de forma correta e equilibrada à limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros;
- c) Proceder de forma correta e equilibrada à manutenção e reparação do mobiliário urbano;
- d) Proceder de forma correta e equilibrada à realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de ensino, objeto deste acordo de execução;
- e) Proceder de forma correta e equilibrada à manutenção de espaços envolventes aos estabelecimentos de educação, de acordo com critérios de eficiência, eficácia e economia;
- f) Pautar toda a sua atuação sob critérios de eficiência, eficácia e economia, no cumprimento das competências delegadas;
- g) Respeitar e fazer respeitar as normas legais e regulamentares aplicáveis a cada uma das competências;
- h) Recrutar os recursos humanos necessários ao cumprimento do presente acordo de execução, sendo da sua responsabilidade o pagamento das despesas por estes originadas;
- i) Entregar à Primeira Outorgante dos relatórios a que se refere o n.º 1 da Cláusula 20.ª.

TÍTULO III – DISPOSIÇÕES COMUNS

CAPÍTULO I – RELATÓRIOS E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

Cláusula 18.ª | Obrigações adicionais

Para uma articulação entre a Primeira Outorgante e a Segunda Outorgante, no âmbito do cumprimento deste acordo de execução, podem os representantes indicados por ambas, reunir-se, trimestralmente, ou sempre que necessário, devendo ser elaboradas atas das reuniões.

Cláusula 19.ª | Informação a disponibilizar pela Segunda Outorgante

1. A Segunda Outorgante deve disponibilizar à Primeira Outorgante, relatórios trimestrais de avaliação de execução do acordo firmado, acompanhados dos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pela Primeira Outorgante.
2. A Segunda Outorgante terá de entregar os relatórios a que se refere o número anterior, até ao dia 10 (dez) do mês seguinte a que disser respeito o trimestre.

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

3. Para efeitos de apresentação dos relatórios e para cada ano de vigência do contrato, os trimestres referem-se aos períodos abaixo indicados:

1º Trimestre: 1 janeiro a 31 de março;

2º Trimestre: 1 abril a 30 de junho;

3º Trimestre: 1 de julho a 30 de setembro;

4º Trimestre: 1 de outubro a 31 de dezembro.

4. A Primeira Outorgante pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.

Cláusula 20.ª | Verificação dos relatórios

1. Os relatórios referidos no artigo anterior que não sejam acompanhados dos documentos de despesa relativos aos recursos financeiros disponibilizados pela Primeira Outorgante importam para a Segunda a restituição dos mesmos ou de parte destas.

2. Os relatórios trimestrais ficam sujeitos a apreciação da Primeira Outorgante que os aprovará ou retificará no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da sua receção.

3. Sempre que a Segunda Outorgante se oponha à retificação prevista no número anterior, deve apresentar, nos 5 (cinco) dias úteis subsequentes, reclamação em que especifique a natureza dos vícios, erros ou faltas relativas às propostas de alteração da Primeira Outorgante, sob pena de se considerar aceite a retificação.

Cláusula 21.ª | Ocorrências e emergências

A Segunda Outorgante deve comunicar à Primeira Outorgante, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o objeto do presente acordo de delegação de competências a que refere a cláusula 1.ª.

Cláusula 22.ª | Verificação do cumprimento do objeto do acordo de execução

1. A Primeira Outorgante pode verificar o cumprimento do acordo de execução, mediante a realização de vistorias e inspeções à gestão, limpeza, reparações e manutenções realizadas pela Segunda Outorgante, bem como exigir-lhe informações e documentos que considere necessários.

2. As determinações da Primeira Outorgante emitidas no âmbito da verificação do cumprimento do objeto do acordo de execução são imediatamente aplicáveis e vinculam a Segunda Outorgante, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

3. A Primeira Outorgante elabora um relatório anual de análise, com fundamento nas informações disponibilizadas pelos seus serviços técnicos e pela Segunda Outorgante, tendo em vista a avaliação do cumprimento do acordo de execução e se necessário a determinação da correção de eventuais desconformidades detetadas.

CAPÍTULO II – MODIFICAÇÃO, RESOLUÇÃO E CESSAÇÃO DO ACORDO DE EXECUÇÃO

Cláusula 23.ª | Modificação do acordo de execução

1. O presente acordo de execução pode ser modificado por acordo entre as partes outorgantes, sempre que as circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de acordar a delegação de competências tiverem sofrido uma alteração anormal e imprevisível, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do acordo de execução.

2. A modificação do acordo de execução obedece a forma escrita.

Cláusula 24.ª | Resolução pelas Partes Outorgantes

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do acordo de execução, as partes podem resolver o presente acordo de execução quando se verifique:

a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos Outorgantes;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

2. Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Cláusula 25.ª | Revogação

O presente acordo de execução poderá ser objeto de revogação por mútuo acordo dos outorgantes.

Cláusula 26.ª | Caducidade

1. O acordo de execução caduca nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência, de acordo com o disposto na cláusula 4.ª, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as partes, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2. O acordo de execução considera-se renovado após a instalação da Assembleia Municipal de Soure, não determinando a mudança dos titulares dos órgãos do Município de Soure e da Freguesia de Soure, a sua caducidade, salvo se aquele órgão deliberativo autorizar a denúncia deste acordo, no prazo de seis meses após a sua instalação.

CAPÍTULO III – COMUNICAÇÕES, PRAZOS E FORO COMPETENTE

Cláusula 27.ª | Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes Outorgantes, estas poderão ser dirigidas por qualquer meio escrito, designadamente correio normal, fax ou correio eletrónico.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do presente acordo de execução deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 28.ª | Contagem dos prazos

Os prazos previstos neste acordo de execução são contínuos.

Cláusula 29.ª | Foro competente

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste acordo de execução de delegação de competências será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 30.ª | Entrada em vigor

O presente acordo de execução entra em vigor no dia útil seguinte à sua aprovação por todos os órgãos competentes de cada uma das autarquias.

Parágrafo único:

A minuta deste acordo de execução foi presente a reunião da Câmara Municipal de Soure de e, em conformidade com o disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, submetida à sessão da Assembleia Municipal de Soure de, para efeitos de autorização, no termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, e presente à reunião da Junta de Freguesia de Soure de, em conformidade com o disposto na alínea i) e j) do n.º 1 do artigo 16.ª da referida Lei, submetido à sessão da Assembleia de Freguesia de Soure de, para efeitos de autorização nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º do mesmo diploma legal.

Soure, de de

PELO MUNICÍPIO DE SOURE

O Presidente da Câmara Municipal
(Mário Jorge Da Costa Rodrigues Nunes)

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

PELA FREGUESIA DE SOURE

O Presidente da Junta de Freguesia
(José Manuel Coelho Bernardes)

ANEXO I

Vias a integrar no presente acordo de execução:

Pouca Pena / Vila Nova de Anços – CM 1112
Pouca Pena/Casal do Missa – CM 1113.1
Casal do Rei/Pouca Pena – CM 1112
Soure/Cascão – CM 1117
Soure/Novos/Rolhão – CM 1117.1
Fonte de Relva/Alencarce de Baixo – CM 1117.2
Soure/Marco do Sul – EM 589
Soure/Porto Coelho – EM 348
Soure/Bonitos – CM 1119
Soure/Casalinhos/Sobral – CM 1118
Casal de Barril/Mogadouro – CM 1123
Sobral/Marzagão – CM 1006.1
Casal da Venda/Vale da Borra – 1116.1
Soure/Piquete – EM 348
Charneca/Fonte de Relva
Oureça/Alencarce de Baixo
Venda Nova/Quinta de S. Bento
Mogadouro/Simões
Alencarce de Cima/Vale de Oliveira/IC 2

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta de Acordo de Execução de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Soure e ainda submetê-la à Assembleia Municipal.-----

31.3. União de Freguesias de Degracias e Pombalinho

**ACORDO DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM A UNIÃO DAS
FREGUESIAS DE DEGRACIAS E POMBALINHO**

- Considerando que o Município de Soure possui uma extensa área de vias e espaços públicos, para melhor servir a população do concelho;
- Considerando que os espaços verdes existentes e o mobiliário urbano que embeleza o espaço público, muito contribuem para o bem-estar da população em geral, mas cuja manutenção e reparação exige uma intervenção constante;

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

- Considerando que a rede escolar do Município de Soure é vasta e necessita de constantes intervenções para manter o nível de qualidade e garantir as condições necessárias ao bom desempenho no processo de ensino aprendizagem;
- Considerando ser convicção deste Município de que as Freguesias do Concelho de Soure garantem uma prestação de serviços de qualidade às suas populações, através de uma utilização racional dos recursos que para tanto lhes são disponibilizados;
- Considerando que a avaliação relativamente à execução dos protocolos de delegação de competências celebrados com as Juntas de Freguesia do Concelho de Soure em anos anteriores se revelou francamente positiva;
- Considerando que a política municipal, no âmbito da descentralização administrativa, aponta numa primeira fase para a realização de uma “experiência piloto”, em curso nas freguesias de Granja do Ulmeiro e Vinha da Rainha, que avalie e sinalize as potencialidades do novo enquadramento jurídico da delegação de competências nas freguesias, em nome do interesse público municipal;
- Considerando que o passo prévio atrás aludido, com resultados preliminares positivos, é um garante de eficácia e eficiência para os futuros acordos de execução a celebrar com as outras freguesias, de acordo com os princípios da universalidade, igualdade e não discriminação;
- Considerando que, de acordo com o disposto nas alíneas *a)* e *d)* do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, os municípios têm atribuições nas áreas dos equipamentos rural e urbano e da educação, e que as câmaras municipais, em conformidade com o disposto na alínea *ee)* do n.º 1 do artigo 33.º da mesma Lei, têm competências para criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados por lei, sob administração municipal;
- Considerando, ainda, que cabe às câmaras municipais, por força do disposto na alínea *l)* do n.º 1 do mesmo artigo 33.º, discutir e preparar com as juntas de freguesia acordos de execução das competências que lhe forem delegadas ao abrigo do disposto no artigo 132.º daquela Lei;

Entre a **Câmara Municipal de Soure**, enquanto órgão do Município de Soure, NIPC 507103742, com sede na Praça da República, em Soure, representada pelo seu Presidente, Mário Jorge da Costa Rodrigues Nunes, no uso das competências previstas nas alíneas *a)* e *c)* do n.º 1 e na alínea *f)* do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, **como Primeira Outorgante**, e a **Junta de Freguesia da União de Freguesias de Degraças e Pombalinho**, enquanto órgão da União de Freguesias de Degraças e Pombalinho, NIPC 510836429, com sede na Rua Principal, em Ramalheira, representada pelo seu Presidente Adélio Dias Gonçalves Vintém, no uso das competências previstas nas alíneas *a)* e *g)* do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, **como Segunda Outorgante**, é celebrado, para efeitos do disposto nas alíneas *a)*, *b)*, *c)* *e)* e *f)* do n.º 1 do artigo 132.º e nos termos do artigo 133.º, todos da mesma Lei, o presente acordo de execução, que se rege pelas cláusulas seguintes:

TÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I – Objeto, forma e prazo do Acordo

Cláusula 1.ª | Objeto do acordo

O presente acordo de execução tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal de Soure na União das Freguesias de Degraças e Pombalinho, no que diz respeito às competências que se seguem:

- a)* Gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes;
- b)* Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sargetas e sumidouros;
- c)* Manter, reparar e substituir o mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão;

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

- d) Assegurar a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico;
- e) Promover a manutenção dos espaços envolventes aos estabelecimentos referidos na alínea anterior.

Cláusula 2.ª | Forma do acordo

O presente acordo de execução de delegação de competências é celebrado por escrito e composto pelo respetivo clausulado e anexos que dele fazem parte integrante.

Cláusula 3.ª | Disposições e cláusulas por que se rege o acordo de execução

- 1. Na execução do presente acordo observar-se-ão:
 - a) O respetivo clausulado e o estabelecido em todos os anexos que dele fazem parte integrante;
 - b) A Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.
- 2. Subsidiariamente observar-se-ão, ainda:
 - a) As disposições constantes do Código Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e sucessivas alterações legislativas, em especial da sua Parte III, com as devidas adaptações;
 - b) O Código do Procedimento Administrativo.

Cláusula 4.ª | Prazo do acordo

O período de vigência do acordo de execução coincide com a duração do mandato da Assembleia Municipal de Soure, salvo casos excecionais, devidamente fundamentados, e sem prejuízo do disposto na cláusula 26.ª.

TÍTULO II – GESTÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES; LIMPEZA DAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, SARGETAS E SUMIDOUROS; MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DO MOBILIÁRIO URBANO INSTALADO NO ESPAÇO PÚBLICO; PEQUENAS REPARAÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO 1º CEB; MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS ENVOLVENTES AOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ - ESCOLAR E DO 1º CEB.

CAPÍTULO I – Gestão e manutenção de espaços verdes

Cláusula 5.ª | Espaços verdes

Constituem parte integrante do domínio municipal, múltiplos espaços verdes municipais, de diferentes dimensões e características, de livre acesso público, cuja gestão e manutenção constituem objeto do presente acordo de delegação de competências.

Cláusula 6.ª | Gestão e manutenção

- 1. A gestão e manutenção dos espaços verdes existentes compreendem, nomeadamente, a conservação, arranjo, embelezamento, rega e limpeza de espaços verdes ajardinados municipais, designadamente:
 - a) Zona envolvente à EN 348 nas Degracias;
 - b) Zona envolvente à Igreja das Degracias;
 - c) Zona envolvente à Junta de Freguesia;
 - d) Parque junto à Capela de Mocifas de Santo Amaro;
 - e) Parque junto à Capela de Mocifas da Nazaré;
 - f) Parque infantil de Mocifas da Nazaré;
 - g) Parque infantil e das Lajes nos Casais de S. Jorge;
 - h) Recinto da romaria da Senhora da Estrela;
 - i) Zona envolvente à capela de Santo António;
 - j) Largo da Igreja de Pombalinho;
 - l) Largo da Capela de Quatro Lagoas;
 - m) Largo da Capela e Associação das Cotas;
 - n) Largo da Capela de Vale Centeio;
 - o) Largo da Igreja do Sabugueiro;
 - p) Zona envolvente à Associação da Malavenda;

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

q) Zona envolvente à antiga escola primária das Casas Novas.

2. O exercício da delegação de competências é constituído pela prática de todos os atos necessários à prossecução do interesse público, tendo em atenção critérios como a dimensão da área verde a tratar, tipologia dos espaços e o desgaste a que estão sujeitos.

CAPÍTULO II – Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros

Cláusula 7.ª | Vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros

Constituem parte integrante do domínio municipal, uma vasta rede de vias e espaços de livre acesso ao público, bem como sarjetas e sumidouros cuja limpeza constitui objeto do presente acordo de delegação de competências.

Cláusula 8.ª | Gestão e conservação

1. A limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros compreendem, nomeadamente, a varredura e lavagem, manual ou mecânica das vias e espaços públicos e a desobstrução e limpeza de sarjetas e sumidouros.

2. Enquadram-se no âmbito do ponto anterior, designadamente as seguintes vias e arruamentos:

- a) Ligação Degracias / Casais de S. Jorge;
- b) Ligação Casais S. Jorge / Freguesia de Tapeus;
- c) Ligação Casais S. Jorge / Covão das Favas;
- d) Ligação Covão das Favas / Mocifas de S. Amaro;
- e) Ligação Mocifas de St. Amaro / Concelho de Ansião;
- f) Ligação Mocifas de St. Amaro / Mocifas da Nazaré;
- g) Ligação Mocifas da Nazaré / Casais de S. Jorge;
- h) Ligação Mocifas da Nazaré / Degracias;
- i) Ligação freguesia de Tapeus / Freguesia de Alvorge;
- j) Ligação Pombalinho / Rabaçal;
- l) Ligação Pombalinho / Fonte Velha;
- m) Ligação Fonte Velha / Concelho de Ansião;
- n) Ligação Pombalinho / Vale Centeio;
- o) Ligação Vale Centeio / Ramalheira;
- p) Ligação Ramalheira / Degracias;
- q) Ligação EN 348 / Malhadas;
- r) Ligação Ramalheira / Cotas;
- s) Ligação Cotas / Malhadas;
- t) Ligação Cotas / Pombalinho;
- u) Ligação Cabeça da Côte / Concelho de Pombal;
- v) Ligação Sabugueiro / Concelho de Pombal;
- x) Ligação Casas Novas / Concelho de Penela;
- z) Ligação Casas Novas / Concelho de Ansião.

3. O exercício da delegação da competência é constituído pela prática de todos os atos necessários à prossecução do interesse público, incluindo a varredura e lavagem das valetas, bermas e caminhos.

CAPÍTULO III – Mobiliário urbano

Cláusula 9.ª | Mobiliário urbano

Constituem parte integrante do domínio municipal, diverso mobiliário urbano instalado no espaço público, de diferentes dimensões e características, cuja manutenção, reparação e substituição constituem objeto do presente acordo de delegação de competências.

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

Cláusula 10.ª | Manutenção e reparação do mobiliário urbano

1. As intervenções no mobiliário urbano referido no artigo anterior compreendem:

- a) A manutenção do mobiliário existente através da sua limpeza e demais procedimentos que se afigurem adequados;
- b) Pequenas obras de reparação e conservação do mobiliário, com prioridade para pinturas, limpezas e substituição de peças partidas e/ou danificadas.

2. O exercício da delegação de competências é constituído pela prática de todos os atos necessários à prossecução do interesse público, tendo em atenção o mobiliário em causa, tipologia dos equipamentos e o desgaste e utilização a que estão sujeitos.

CAPÍTULO IV

Realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação primeiro ciclo do ensino básico

Cláusula 11.ª Pequenas reparações em estabelecimentos escolares

1- O Município de Soure é proprietário e legítimo possuidor do seguinte estabelecimento de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico:

- a) Centro Escolar Degraças / Pombalinho.

2- Para efeitos da presente cláusula incumbe à segunda outorgante executar, através dos seus meios ou com recurso à contratação de terceiros, pequenos trabalhos no edifício identificado no ponto anterior, até ao montante anual de €750,00, designadamente, a título exemplificativo, colocação de vidros, limpeza caleiras, conservação de portas e caixilhos, substituição de lâmpadas, reparação e conservação de torneiras, autoclismos, sanitas, lavatórios.

CAPÍTULO V - Manutenção de espaços envolventes aos estabelecimentos de educação

Cláusula 12.ª | Manutenção de espaços envolventes

A manutenção dos espaços envolventes do estabelecimento de educação referido na cláusula anterior compreende a limpeza, manutenção e conservação dos espaços envolventes, assim como dos espaços de jogo e recreio, onde se incluem os Polidesportivos de Degraças e Ramalheira.

CAPÍTULO VI – Recursos Financeiros

Cláusula 13.ª | Regime de financiamento e modo de afetação

1. Os recursos financeiros disponibilizados pela primeira outorgante, para o exercício das competências delegadas mencionadas nos capítulos I, II, III, IV e V, deste Título II, destinados ao cumprimento deste acordo de execução, são transferidos para a Segunda Outorgante mensalmente, até ao limite máximo anual.

2. A título de transferências correntes, como contrapartida da delegação de competências aludida no ponto anterior, a primeira outorgante transfere para a segunda outorgante o valor mensal de €1.250,00 (mil dízentos e cinquenta euros).

3. O valor mensal previsto no ponto anterior deverá ser afeto a Educação 5%; Habitação, Urbanismo e Urbanização 5%; Comunicações e Transportes 65%; Defesa do Meio Ambiente 25%.

CAPÍTULO VII – Direitos e Obrigações

Cláusula 14.ª | Direitos da Primeira Outorgante

Constituem direitos da Primeira Outorgante:

- a) Verificar o estado de manutenção e gestão dos espaços verdes;

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

- b) Verificar o estado de limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros;
- c) Verificar o estado de conservação do mobiliário urbano;
- d) Verificar o estado de conservação dos estabelecimentos escolares, objeto deste acordo de execução;
- e) Verificar o estado dos espaços envolventes aos estabelecimentos escolares, objeto deste acordo de execução;
- f) Solicitar à Segunda Outorgante informações e documentação, nos termos das cláusulas 19.ª e 20.ª;
- g) Apresentar à Segunda Outorgante sugestões e propostas, no âmbito das reuniões fixadas na cláusula 16.ª.

Cláusula 15.ª | Obrigações da Primeira Outorgante

No âmbito do presente acordo de execução, a Primeira Outorgante obriga-se a:

- a) Proceder à transferência do financiamento previsto neste acordo de execução;
- b) Verificar o cumprimento do acordo de execução;
- c) Elaborar um relatório anual de análise de acordo com o fixado no n.º 3 da cláusula 22.ª.

Cláusula 16.ª | Direitos da Segunda Outorgante

Constituem direitos da Segunda Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências;
- b) Solicitar à Primeira Outorgante apoio técnico no planeamento da intervenção.

Cláusula 17.ª | Obrigações da Segunda Outorgante

No âmbito do presente acordo de execução, a Segunda Outorgante fica obrigada a:

- a) Proceder de forma correta e equilibrada à gestão e manutenção dos espaços verdes;
- b) Proceder de forma correta e equilibrada à limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros;
- c) Proceder de forma correta e equilibrada à manutenção e reparação do mobiliário urbano;
- d) Proceder de forma correta e equilibrada à realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de ensino, objeto deste acordo de execução;
- e) Proceder de forma correta e equilibrada à manutenção de espaços envolventes aos estabelecimentos de educação, de acordo com critérios de eficiência, eficácia e economia;
- f) Pautar toda a sua atuação sob critérios de eficiência, eficácia e economia, no cumprimento das competências delegadas;
- g) Respeitar e fazer respeitar as normas legais e regulamentares aplicáveis a cada uma das competências;
- h) Recrutar os recursos humanos necessários ao cumprimento do presente acordo de execução, sendo da sua responsabilidade o pagamento das despesas por estes originadas;
- i) Entregar à Primeira Outorgante dos relatórios a que se refere o n.º 1 da Cláusula 20.ª.

TÍTULO III – DISPOSIÇÕES COMUNS

CAPÍTULO I – RELATÓRIOS E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

Cláusula 18.ª | Obrigações adicionais

Para uma articulação entre a Primeira Outorgante e a Segunda Outorgante, no âmbito do cumprimento deste acordo de execução, podem os representantes indicados por ambas, reunir-se, trimestralmente, ou sempre que necessário, devendo ser elaboradas atas das reuniões.

Cláusula 19.ª | Informação a disponibilizar pela Segunda Outorgante

1. A Segunda Outorgante deve disponibilizar à Primeira Outorgante, relatórios trimestrais de avaliação de execução do acordo firmado, acompanhados dos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pela Primeira Outorgante.
2. A Segunda Outorgante terá de entregar os relatórios a que se refere o número anterior, até ao dia 10 (dez) do mês seguinte a que disser respeito o trimestre.

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

3. Para efeitos de apresentação dos relatórios e para cada ano de vigência do contrato, os trimestres refere-se aos períodos abaixo indicados:

1º Trimestre: 1 janeiro a 31 de março;

2º Trimestre: 1 abril a 30 de junho;

3º Trimestre: 1 de julho a 30 de setembro;

4º Trimestre: 1 de outubro a 31 de dezembro.

4. A Primeira Outorgante pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.

Cláusula 20.ª | Verificação dos relatórios

1. Os relatórios referidos no artigo anterior que não sejam acompanhados dos documentos de despesa relativos aos recursos financeiros disponibilizados pela Primeira Outorgante importam para a Segunda a restituição dos mesmos ou de parte destas.

2. Os relatórios trimestrais ficam sujeitos a apreciação da Primeira Outorgante que os aprovará ou retificará no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da sua receção.

3. Sempre que a Segunda Outorgante se oponha à retificação prevista no número anterior, deve apresentar, nos 5 (cinco) dias úteis subsequentes, reclamação em que especifique a natureza dos vícios, erros ou faltas relativas às propostas de alteração da Primeira Outorgante, sob pena de se considerar aceite a retificação.

Cláusula 21.ª | Ocorrências e emergências

A Segunda Outorgante deve comunicar à Primeira Outorgante, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o objeto do presente acordo de delegação de competências a que refere a cláusula 1.ª.

Cláusula 22.ª | Verificação do cumprimento do objeto do acordo de execução

1. A Primeira Outorgante pode verificar o cumprimento do acordo de execução, mediante a realização de vistorias e inspeções à gestão, limpeza, reparações e manutenções realizadas pela Segunda Outorgante, bem como exigir-lhe informações e documentos que considere necessários.

2. As determinações da Primeira Outorgante emitidas no âmbito da verificação do cumprimento do objeto do acordo de execução são imediatamente aplicáveis e vinculam a Segunda Outorgante, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

3. A Primeira Outorgante elabora um relatório anual de análise, com fundamento nas informações disponibilizadas pelos seus serviços técnicos e pela Segunda Outorgante, tendo em vista a avaliação do cumprimento do acordo de execução e se necessário a determinação da correção de eventuais desconformidades detetadas.

CAPÍTULO II – MODIFICAÇÃO, RESOLUÇÃO E CESSAÇÃO DO ACORDO DE EXECUÇÃO

Cláusula 23.ª | Modificação do acordo de execução

1. O presente acordo de execução pode ser modificado por acordo entre as partes outorgantes, sempre que as circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de acordar a delegação de competências tiverem sofrido uma alteração anormal e imprevisível, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do acordo de execução.

2. A modificação do acordo de execução obedece a forma escrita.

Cláusula 24.ª Resolução pelas Partes Outorgantes

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do acordo de execução, as partes podem resolver o presente acordo de execução quando se verifique:

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

- a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos Outorgantes;
 - b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.
2. Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Cláusula 25.ª | Revogação

O presente acordo de execução poderá ser objeto de revogação por mútuo acordo dos outorgantes.

Cláusula 26.ª | Caducidade

1. O acordo de execução caduca nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência, de acordo com o disposto na cláusula 4.ª, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as partes, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
2. O acordo de execução considera-se renovado após a instalação da Assembleia Municipal de Soure, não determinando a mudança dos titulares dos órgãos do Município de Soure e da União das Freguesias de Degraças e Pombalinho, a sua caducidade, salvo se aquele órgão deliberativo autorizar a denúncia deste acordo, no prazo de seis meses após a sua instalação.

CAPÍTULO III – COMUNICAÇÕES, PRAZOS E FORO COMPETENTE

Cláusula 27.ª | Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes Outorgantes, estas poderão ser dirigidas por qualquer meio escrito, designadamente correio normal, fax ou correio eletrónico.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do presente acordo de execução deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 28.ª | Contagem dos prazos

Os prazos previstos neste acordo de execução são contínuos.

Cláusula 29.ª | Foro competente

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste acordo de execução de delegação de competências será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 30.ª | Entrada em vigor

O presente acordo de execução entra em vigor no dia útil seguinte à sua aprovação por todos os órgãos competentes de cada uma das autarquias.

Parágrafo único:

A minuta deste acordo de execução foi presente a reunião da Câmara Municipal de Soure de e, em conformidade com o disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, submetida à sessão da Assembleia Municipal de Soure de, para efeitos de autorização, no termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, e presente à reunião da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Degraças e Pombalinho de, em conformidade com o disposto na alínea i) e j) do n.º 1 do artigo 16.ª da referida Lei, submetido à sessão da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Degraças e Pombalinho de, para efeitos de autorização nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º do mesmo diploma legal.

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

Soure, de de

PELO MUNICÍPIO DE SOURE

O Presidente da Câmara Municipal
(Mário Jorge Da Costa Rodrigues Nunes)

PELA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE DEGRACIAS E POMBALINHO

O Presidente da Junta de Freguesia
(Adélio Dias Gonçalves Vintém)

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta de Acordo de Execução de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal e a União de Freguesias de Degraças e Pombalinho e ainda submetê-la à Assembleia Municipal.-

31.4. União de Freguesias de Gesteira e Brunhós

**ACORDO DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM A UNIÃO DAS
FREGUESIAS DE GESTEIRA E BRUNHÓS**

- Considerando que o Município de Soure possui uma extensa área de vias e espaços públicos, para melhor servir a população do concelho;
- Considerando que os espaços verdes existentes e o mobiliário urbano que embeleza o espaço público, muito contribuem para o bem-estar da população em geral, mas cuja manutenção e reparação exige uma intervenção constante;
- Considerando que a rede escolar do Município de Soure é vasta e necessita de constantes intervenções para manter o nível de qualidade e garantir as condições necessárias ao bom desempenho no processo de ensino aprendizagem;
- Considerando ser convicção deste Município de que as Freguesias do Concelho de Soure garantem uma prestação de serviços de qualidade às suas populações, através de uma utilização racional dos recursos que para tanto lhes são disponibilizados;
- Considerando que a avaliação relativamente à execução dos protocolos de delegação de competências celebrados com as Juntas de Freguesia do Concelho de Soure em anos anteriores se revelou francamente positiva;
- Considerando que a política municipal, no âmbito da descentralização administrativa, aponta numa primeira fase para a realização de uma “experiência piloto”, em curso nas freguesias de Granja do Ulmeiro e Vinha da Rainha, que avalie e sinalize as potencialidades do novo enquadramento jurídico da delegação de competências nas freguesias, em nome do interesse público municipal;
- Considerando que o passo prévio atrás aludido, com resultados preliminares positivos, é um garante de eficácia e eficiência para os futuros acordos de execução a celebrar com as outras freguesias, de acordo com os princípios da universalidade, igualdade e não discriminação;
- Considerando que, de acordo com o disposto nas alíneas *a)* e *d)* do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, os municípios têm atribuições nas áreas dos equipamentos rural e urbano e da educação, e que as câmaras municipais, em conformidade com o disposto na alínea *ee)* do n.º 1 do artigo 33.º da mesma Lei, têm competências para criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados por lei, sob administração municipal;

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

- Considerando, ainda, que cabe às câmaras municipais, por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do mesmo artigo 33.º, discutir e preparar com as juntas de freguesia acordos de execução das competências que lhe forem delegadas ao abrigo do disposto no artigo 132.º daquela Lei;

Entre a **Câmara Municipal de Soure**, enquanto órgão do Município de Soure, NIPC 507103742, com sede na Praça da República, em Soure, representada pelo seu Presidente, Mário Jorge da Costa Rodrigues Nunes, no uso das competências previstas nas alíneas a) e c) do n.º 1 e na alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, como **Primeira Outorgante**, e a **Junta de Freguesia de Gesteira e Brunhós**, enquanto órgão da União das Freguesias de Gesteira e Brunhós, NIPC 510837131, com sede no Largo Dr. Elísio Ruas, em Gesteira, representada pelo seu Presidente Rafael Alexandre Tralhão Gomes, no uso das competências previstas nas alíneas a) e g) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, como **Segunda Outorgante**, é celebrado, para efeitos do disposto nas alíneas a), b), c) e) e f) do n.º 1 do artigo 132.º e nos termos do artigo 133.º, todos da mesma Lei, o presente acordo de execução, que se rege pelas cláusulas seguintes:

TÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I – Objeto, forma e prazo do Acordo

Cláusula 1.ª | Objeto do acordo

O presente acordo de execução tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal de Soure na União das Freguesias de Gesteira e Brunhós, no que diz respeito às competências que se seguem:

- a) Gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes;
- b) Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sargetas e sumidouros;
- c) Manter, reparar e substituir o mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão;
- d) Assegurar a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico;
- e) Promover a manutenção dos espaços envolventes aos estabelecimentos referidos na alínea anterior.

Cláusula 2.ª | Forma do acordo

O presente acordo de execução de delegação de competências é celebrado por escrito e composto pelo respetivo clausulado e anexos que dele fazem parte integrante.

Cláusula 3.ª | Disposições e cláusulas por que se rege o acordo de execução

1. Na execução do presente acordo observar-se-ão:
 - a) O respetivo clausulado e o estabelecido em todos os anexos que dele fazem parte integrante;
 - b) A Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.
2. Subsidiariamente observar-se-ão, ainda:
 - a) As disposições constantes do Código Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e sucessivas alterações legislativas, em especial da sua Parte III, com as devidas adaptações;
 - b) O Código do Procedimento Administrativo.

Cláusula 4.ª | Prazo do acordo

O período de vigência do acordo de execução coincide com a duração do mandato da Assembleia Municipal de Soure, salvo casos excecionais, devidamente fundamentados, e sem prejuízo do disposto na cláusula 26.ª.

TÍTULO II – GESTÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES; LIMPEZA DAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, SARGETAS E SUMIDOUROS; MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DO MOBILIÁRIO URBANO INSTALADO NO ESPAÇO PÚBLICO; PEQUENAS REPARAÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO 1º CEB; MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS ENVOLVENTES AOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ - ESCOLAR E DO 1º CEB.

CAPÍTULO I – Gestão e manutenção de espaços verdes

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

Cláusula 5.ª | Espaços verdes

Constituem parte integrante do domínio municipal, múltiplos espaços verdes municipais, de diferentes dimensões e características, de livre acesso público, cuja gestão e manutenção constituem objeto do presente acordo de delegação de competências.

Cláusula 6.ª | Gestão e manutenção

1. A gestão e manutenção dos espaços verdes existentes compreendem, nomeadamente, a conservação, arranjo, embelezamento, rega e limpeza de espaços verdes ajardinados municipais, designadamente:

- a) Jardim da Capela da Gesteira (próximo da escola);
- b) Adro Igreja da Gesteira;
- c) Jardim da Junta de Freguesia na Gesteira;
- d) Jardim do Lavadouro;
- e) Zona envolvente ao recinto da antiga escola do 1º CEB de Santo Isidro;
- f) Jardim da capela do Cercal;
- g) Jardim de Brunhós.

2. O exercício da delegação de competências é constituído pela prática de todos os atos necessários à prossecução do interesse público, tendo em atenção critérios como a dimensão da área verde a tratar, tipologia dos espaços e o desgaste a que estão sujeitos.

CAPÍTULO II – Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros

Cláusula 7.ª | Vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros

Constituem parte integrante do domínio municipal, uma vasta rede de vias e espaços de livre acesso ao público, bem como sarjetas e sumidouros cuja limpeza constitui objeto do presente acordo de delegação de competências.

Cláusula 8.ª | Gestão e conservação

1. A limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros compreendem, nomeadamente, a varredura e lavagem, manual ou mecânica das vias e espaços públicos e a desobstrução e limpeza de sarjetas e sumidouros.

2. Enquadram-se no âmbito do ponto anterior, designadamente as vias e arruamentos melhor identificados no ANEXO I ao presente Acordo de Execução.

3. O exercício da delegação da competência é constituído pela prática de todos os atos necessários à prossecução do interesse público, incluindo a varredura e lavagem das valetas, bermas e caminhos.

CAPÍTULO III – Mobiliário urbano

Cláusula 9.ª | Mobiliário urbano

Constituem parte integrante do domínio municipal, diverso mobiliário urbano instalado no espaço público, de diferentes dimensões e características, cuja manutenção, reparação e substituição constituem objeto do presente acordo de delegação de competências.

Cláusula 10.ª | Manutenção e reparação do mobiliário urbano

1. As intervenções no mobiliário urbano referido no artigo anterior compreendem:

- a) A manutenção do mobiliário existente através da sua limpeza e demais procedimentos que se afigurem adequados;
- b) Pequenas obras de reparação e conservação do mobiliário, com prioridade para pinturas, limpezas e substituição de peças partidas e/ou danificadas.

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

2. O exercício da delegação de competências é constituído pela prática de todos os atos necessários à prossecução do interesse público, tendo em atenção o mobiliário em causa, tipologia dos equipamentos e o desgaste e utilização a que estão sujeitos.

CAPÍTULO IV

Realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação primeiro ciclo do ensino básico

Cláusula 11.ª Pequenas reparações em estabelecimentos escolares

1- O Município de Soure é proprietário e legítimo possuidor do seguinte estabelecimento de educação do primeiro ciclo do ensino básico:

a) Escola do 1º ciclo do ensino básico da Gesteira.

2- Para efeitos da presente cláusula incumbe à segunda outorgante executar, através dos seus meios ou com recurso à contratação de terceiros, pequenos trabalhos no edifício identificado no ponto anterior, até ao montante anual de €750,00, designadamente, a título exemplificativo, colocação de vidros, limpeza caleiras, conservação de portas e caixilhos, substituição de lâmpadas, reparação e conservação de torneiras, autoclismos, sanitas, lavatórios.

CAPÍTULO V - Manutenção de espaços envolventes aos estabelecimentos de educação

Cláusula 12.ª | Manutenção de espaços envolventes

A manutenção dos espaços envolventes do estabelecimento de educação referido na cláusula anterior compreende a limpeza, manutenção e conservação dos espaços envolventes, assim como dos espaços de jogo e recreio, onde se incluem os Polidesportivos da Gesteira e de Brunhós.

CAPÍTULO VI – Recursos Financeiros

Cláusula 13.ª | Regime de financiamento e modo de afetação

1. Os recursos financeiros disponibilizados pela primeira outorgante, para o exercício das competências delegadas mencionadas nos capítulos I, II, III, IV e V, deste Título II, destinados ao cumprimento deste acordo de execução, são transferidos para a Segunda Outorgante mensalmente, até ao limite máximo anual.

2. A título de transferências correntes, como contrapartida da delegação de competências aludida no ponto anterior, a primeira outorgante transfere para a segunda outorgante o valor mensal de €1.250,00 (mil dízentos e cinquenta euros).

3. O valor mensal previsto no ponto anterior deverá ser afeto a Educação 5%; Habitação, Urbanismo e Urbanização 5%; Comunicações e Transportes 65%; Defesa do Meio Ambiente 25%.

CAPÍTULO VII – Direitos e Obrigações

Cláusula 14.ª | Direitos da Primeira Outorgante

Constituem direitos da Primeira Outorgante:

- a) Verificar o estado de manutenção e gestão dos espaços verdes;
- b) Verificar o estado de limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros;
- c) Verificar o estado de conservação do mobiliário urbano;
- d) Verificar o estado de conservação dos estabelecimentos escolares, objeto deste acordo de execução;
- e) Verificar o estado dos espaços envolventes aos estabelecimentos escolares, objeto deste acordo de execução;
- f) Solicitar à Segunda Outorgante informações e documentação, nos termos das cláusulas 19.ª e 20.ª;
- g) Apresentar à Segunda Outorgante sugestões e propostas, no âmbito das reuniões fixadas na cláusula 16.ª.

Cláusula 15.ª | Obrigações da Primeira Outorgante

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

No âmbito do presente acordo de execução, a Primeira Outorgante obriga-se a:

- a) Proceder à transferência do financiamento previsto neste acordo de execução;
- b) Verificar o cumprimento do acordo de execução;
- c) Elaborar um relatório anual de análise de acordo com o fixado no n.º 3 da cláusula 22.ª.

Cláusula 16.ª | Direitos da Segunda Outorgante

Constituem direitos da Segunda Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências;
- b) Solicitar à Primeira Outorgante apoio técnico no planeamento da intervenção.

Cláusula 17.ª | Obrigações da Segunda Outorgante

No âmbito do presente acordo de execução, a Segunda Outorgante fica obrigada a:

- a) Proceder de forma correta e equilibrada à gestão e manutenção dos espaços verdes;
- b) Proceder de forma correta e equilibrada à limpeza das vias e espaços públicos, sargetas e sumidouros;
- c) Proceder de forma correta e equilibrada à manutenção e reparação do mobiliário urbano;
- d) Proceder de forma correta e equilibrada à realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de ensino, objeto deste acordo de execução;
- e) Proceder de forma correta e equilibrada à manutenção de espaços envolventes aos estabelecimentos de educação, de acordo com critérios de eficiência, eficácia e economia;
- f) Pautar toda a sua atuação sob critérios de eficiência, eficácia e economia, no cumprimento das competências delegadas;
- g) Respeitar e fazer respeitar as normas legais e regulamentares aplicáveis a cada uma das competências;
- h) Recrutar os recursos humanos necessários ao cumprimento do presente acordo de execução, sendo da sua responsabilidade o pagamento das despesas por estes originadas;
- i) Entregar à Primeira Outorgante dos relatórios a que se refere o n.º 1 da Cláusula 20.ª.

TÍTULO III – DISPOSIÇÕES COMUNS

CAPÍTULO I – RELATÓRIOS E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

Cláusula 18.ª | Obrigações adicionais

Para uma articulação entre a Primeira Outorgante e a Segunda Outorgante, no âmbito do cumprimento deste acordo de execução, podem os representantes indicados por ambas, reunir-se, trimestralmente, ou sempre que necessário, devendo ser elaboradas atas das reuniões.

Cláusula 19.ª | Informação a disponibilizar pela Segunda Outorgante

1. A Segunda Outorgante deve disponibilizar à Primeira Outorgante, relatórios trimestrais de avaliação de execução do acordo firmado, acompanhados dos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pela Primeira Outorgante.
2. A Segunda Outorgante terá de entregar os relatórios a que se refere o número anterior, até ao dia 10 (dez) do mês seguinte a que disser respeito o trimestre.
3. Para efeitos de apresentação dos relatórios e para cada ano de vigência do contrato, os trimestres referem-se aos períodos abaixo indicados:
 - 1º Trimestre: 1 janeiro a 31 de março;
 - 2º Trimestre: 1 abril a 30 de junho;
 - 3º Trimestre: 1 de julho a 30 de setembro;
 - 4º Trimestre: 1 de outubro a 31 de dezembro.

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

4. A Primeira Outorgante pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.

Cláusula 20.ª | Verificação dos relatórios

1. Os relatórios referidos no artigo anterior que não sejam acompanhados dos documentos de despesa relativos aos recursos financeiros disponibilizados pela Primeira Outorgante importam para a Segunda a restituição dos mesmos ou de parte destas.
2. Os relatórios trimestrais ficam sujeitos a apreciação da Primeira Outorgante que os aprovará ou retificará no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da sua receção.
3. Sempre que a Segunda Outorgante se oponha à retificação prevista no número anterior, deve apresentar, nos 5 (cinco) dias úteis subsequentes, reclamação em que especifique a natureza dos vícios, erros ou faltas relativas às propostas de alteração da Primeira Outorgante, sob pena de se considerar aceite a retificação.

Cláusula 21.ª | Ocorrências e emergências

A Segunda Outorgante deve comunicar à Primeira Outorgante, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o objeto do presente acordo de delegação de competências a que refere a cláusula 1.ª.

Cláusula 22.ª | Verificação do cumprimento do objeto do acordo de execução

1. A Primeira Outorgante pode verificar o cumprimento do acordo de execução, mediante a realização de vistorias e inspeções à gestão, limpeza, reparações e manutenções realizadas pela Segunda Outorgante, bem como exigir-lhe informações e documentos que considere necessários.
2. As determinações da Primeira Outorgante emitidas no âmbito da verificação do cumprimento do objeto do acordo de execução são imediatamente aplicáveis e vinculam a Segunda Outorgante, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.
3. A Primeira Outorgante elabora um relatório anual de análise, com fundamento nas informações disponibilizadas pelos seus serviços técnicos e pela Segunda Outorgante, tendo em vista a avaliação do cumprimento do acordo de execução e se necessário a determinação da correção de eventuais desconformidades detetadas.

CAPÍTULO II – MODIFICAÇÃO, RESOLUÇÃO E CESSAÇÃO DO ACORDO DE EXECUÇÃO

Cláusula 23.ª | Modificação do acordo de execução

1. O presente acordo de execução pode ser modificado por acordo entre as partes outorgantes, sempre que as circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de acordar a delegação de competências tiverem sofrido uma alteração anormal e imprevisível, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do acordo de execução.
2. A modificação do acordo de execução obedece a forma escrita.

Cláusula 24.ª Resolução pelas Partes Outorgantes

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do acordo de execução, as partes podem resolver o presente acordo de execução quando se verificar:
 - a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos Outorgantes;

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2. Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Cláusula 25.ª | Revogação

O presente acordo de execução poderá ser objeto de revogação por mútuo acordo dos outorgantes.

Cláusula 26.ª | Caducidade

1. O acordo de execução caduca nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência, de acordo com o disposto na cláusula 4.ª, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as partes, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2. O acordo de execução considera-se renovado após a instalação da Assembleia Municipal de Soure, não determinando a mudança dos titulares dos órgãos do Município de Soure e da União das Freguesias de Gesteira e Brunhós, a sua caducidade, salvo se aquele órgão deliberativo autorizar a denúncia deste acordo, no prazo de seis meses após a sua instalação.

CAPÍTULO III – COMUNICAÇÕES, PRAZOS E FORO COMPETENTE

Cláusula 27.ª | Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes Outorgantes, estas poderão ser dirigidas por qualquer meio escrito, designadamente correio normal, fax ou correio eletrónico.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do presente acordo de execução deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 28.ª | Contagem dos prazos

Os prazos previstos neste acordo de execução são contínuos.

Cláusula 29.ª | Foro competente

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste acordo de execução de delegação de competências será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 30.ª | Entrada em vigor

O presente acordo de execução entra em vigor no dia útil seguinte à sua aprovação por todos os órgãos competentes de cada uma das autarquias.

Parágrafo único:

A minuta deste acordo de execução foi presente a reunião da Câmara Municipal de Soure de e, em conformidade com o disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, submetida à sessão da Assembleia Municipal de Soure de, para efeitos de autorização, no termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, e presente à reunião da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Gesteira e Brunhós de, em conformidade com o disposto na alínea i) e j) do n.º 1 do artigo 16.ª da referida Lei, submetido à sessão da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Gesteira e Brunhós de, para efeitos de autorização nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º do mesmo diploma legal.

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014**

Soure, de de

PELO MUNICÍPIO DE SOURE

O Presidente da Câmara Municipal
(Mário Jorge Da Costa Rodrigues Nunes)

PELA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GESTEIRA E BRUNHÓS

O Presidente da Junta de Freguesia
(Rafael Alexandre Tralhão Gomes)

ANEXO I

Estradas e Grandes Arruamentos

Estrada entre Cruzamento Piquete e Santo Isidro – 2660 ml
Estrada entre Cruzamento Santo Isidro e Limite da Freguesia (direção Alagoa) – 520 ml
EN 348 entre Limites da Freguesia – 4420 ml
Estrada entre Cruzamento da Valada e Valada (Poente) – 180 ml
Estrada entre Cruzamento da Valada (Nascente) e Limite da Freguesia (sentido Urmar) – 1050 ml
Estrada entre Cruzamento Cemitério Gesteira e Limite da Freguesia de Brunhós – 5200 ml
Estrada entre Cercal e Limite da Freguesia (sentido Carvalhal da Azóia) – 1170 ml
Estrada do campo entre Cercal e a Vala Real – 1360 ml
Estrada entre Cruzamento da Carregosa e Carregosa – 1240 ml
Estrada entre Cruzamento Cemitério Gesteira e a Vala Real – 1980 ml
Rua do Requeixo – 1240 ml

Execução de Valetas

Rua José Duarte Morgado (Cercal) – 290 ml
Rua José Gomes Duarte Ribeiro (Cercal) – 150 ml
Rua Principal (Piquete) – 300 ml
Rua Requeixo (Gesteira e Piquete) – 1030 ml
Rua Alfêres Barrilaro Ruas (Gesteira) – 110 ml
Rua Maria Luísa Ruas (Gesteira) – 40 ml
Rua Prof. Aristides Mota Nunes (Gesteira) – 280 ml
Rua 8 de Dezembro (Gesteira) – 90 ml

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta de Acordo de Execução de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal e a União de Freguesias de Gesteira e Brunhós e ainda submetê-la à Assembleia Municipal.-----

31.5. Vila Nova de Anços

**ACORDO DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM A FREGUESIA DE VILA
NOVA DE ANÇOS**

- Considerando que o Município de Soure possui uma extensa área de vias e espaços públicos, para melhor servir a população do concelho;

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

- Considerando que os espaços verdes existentes e o mobiliário urbano que embeleza o espaço público, muito contribuem para o bem-estar da população em geral, mas cuja manutenção e reparação exige uma intervenção constante;
- Considerando que a rede escolar do Município de Soure é vasta e necessita de constantes intervenções para manter o nível de qualidade e garantir as condições necessárias ao bom desempenho no processo de ensino aprendizagem;
- Considerando ser convicção deste Município de que as Freguesias do Concelho de Soure garantem uma prestação de serviços de qualidade às suas populações, através de uma utilização racional dos recursos que para tanto lhes são disponibilizados;
- Considerando que a avaliação relativamente à execução dos protocolos de delegação de competências celebrados com as Juntas de Freguesia do Concelho de Soure em anos anteriores se revelou francamente positiva;
- Considerando que a política municipal, no âmbito da descentralização administrativa, aponta numa primeira fase para a realização de uma “experiência piloto”, em curso nas freguesias de Granja do Ulmeiro e Vinha da Rainha, que avalie e sinalize as potencialidades do novo enquadramento jurídico da delegação de competências nas freguesias, em nome do interesse público municipal;
- Considerando que o passo prévio atrás aludido, com resultados preliminares positivos, é um garante de eficácia e eficiência para os futuros acordos de execução a celebrar com as outras freguesias, de acordo com os princípios da universalidade, igualdade e não discriminação;
- Considerando que, de acordo com o disposto nas alíneas *a)* e *d)* do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, os municípios têm atribuições nas áreas dos equipamentos rural e urbano e da educação, e que as câmaras municipais, em conformidade com o disposto na alínea *ee)* do n.º 1 do artigo 33.º da mesma Lei, têm competências para criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados por lei, sob administração municipal;
- Considerando, ainda, que cabe às câmaras municipais, por força do disposto na alínea *l)* do n.º 1 do mesmo artigo 33.º, discutir e preparar com as juntas de freguesia acordos de execução das competências que lhe forem delegadas ao abrigo do disposto no artigo 132.º daquela Lei;

Entre a **Câmara Municipal de Soure**, enquanto órgão do Município de Soure, NIPC 507103742, com sede na Praça da República, em Soure, representada pelo seu Presidente, Mário Jorge da Costa Rodrigues Nunes, no uso das competências previstas nas alíneas *a)* e *c)* do n.º 1 e na alínea *f)* do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, como **Primeira Outorgante**, e a **Junta de Freguesia de Vila Nova de Anços**, enquanto órgão da Freguesia de Vila Nova de Anços, NIPC 501280057, com sede na Rua D. Afonso V, nº 6, em Vila Nova de Anços, representada pelo seu Presidente Porfírio António Cardoso Quedas, no uso das competências previstas nas alíneas *a)* e *g)* do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, como **Segunda Outorgante**, é celebrado, para efeitos do disposto nas alíneas *a)*, *b)*, *c)* e *f)* do n.º 1 do artigo 132.º e nos termos do artigo 133.º, todos da mesma Lei, o presente acordo de execução, que se rege pelas cláusulas seguintes:

TÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS **CAPÍTULO I – Objeto, forma e prazo do Acordo**

Cláusula 1.ª | Objeto do acordo

O presente acordo de execução tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal de Soure na Junta de Freguesia de Vila Nova de Anços, no que diz respeito às competências que se seguem:

- a)* Gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes;
- b)* Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sargetas e sumidouros;
- c)* Manter, reparar e substituir o mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão;

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

- d) Assegurar a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico;
- e) Promover a manutenção dos espaços envolventes aos estabelecimentos referidos na alínea anterior.

Cláusula 2.ª | Forma do acordo

O presente acordo de execução de delegação de competências é celebrado por escrito e composto pelo respetivo clausulado e anexos que dele fazem parte integrante.

Cláusula 3.ª | Disposições e cláusulas por que se rege o acordo de execução

1. Na execução do presente acordo observar-se-ão:

- a) O respetivo clausulado e o estabelecido em todos os anexos que dele fazem parte integrante;
- b) A Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

2. Subsidiariamente observar-se-ão, ainda:

- a) As disposições constantes do Código Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e sucessivas alterações legislativas, em especial da sua Parte III, com as devidas adaptações;
- b) O Código do Procedimento Administrativo.

Cláusula 4.ª | Prazo do acordo

O período de vigência do acordo de execução coincide com a duração do mandato da Assembleia Municipal de Soure, salvo casos excecionais, devidamente fundamentados, e sem prejuízo do disposto na cláusula 26.ª.

TÍTULO II – GESTÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES; LIMPEZA DAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, SARGETAS E SUMIDOUROS; MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DO MOBILIÁRIO URBANO INSTALADO NO ESPAÇO PÚBLICO; PEQUENAS REPARAÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO 1º CEB; MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS ENVOLVENTES AOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ - ESCOLAR E DO 1º CEB.

CAPÍTULO I – Gestão e manutenção de espaços verdes

Cláusula 5.ª | Espaços verdes

Constituem parte integrante do domínio municipal, múltiplos espaços verdes municipais, de diferentes dimensões e características, de livre acesso público, cuja gestão e manutenção constituem objeto do presente acordo de delegação de competências.

Cláusula 6.ª | Gestão e manutenção

1. A gestão e manutenção dos espaços verdes existentes compreendem, nomeadamente, a conservação, arranjo, embelezamento, rega e limpeza de espaços verdes ajardinados municipais, designadamente:

- a) Jardim da Praça;
- b) Jardim da Rotunda Sul na EN 342-1;
- c) Zona envolvente ao recinto de festas e estabelecimentos escolares.

2. O exercício da delegação de competências é constituído pela prática de todos os atos necessários à prossecução do interesse público, tendo em atenção critérios como a dimensão da área verde a tratar, tipologia dos espaços e o desgaste a que estão sujeitos.

CAPÍTULO II – Limpeza das vias e espaços públicos, sargetas e sumidouros

Cláusula 7.ª | Vias e espaços públicos, sargetas e sumidouros

Constituem parte integrante do domínio municipal, uma vasta rede de vias e espaços de livre acesso ao público, bem como sargetas e sumidouros cuja limpeza constitui objeto do presente acordo de delegação de competências.

Cláusula 8.ª | Gestão e conservação

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

1. A limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros compreendem, nomeadamente, a varredura e lavagem, manual ou mecânica das vias e espaços públicos e a desobstrução e limpeza de sarjetas e sumidouros.
2. Enquadram-se no âmbito do ponto anterior, todos os arruamentos nas localidades de Vila Nova de Anços, Barroco, Sanguinheira, Monte do Vale Grande e Ribeira da Mata que se encontrem dentro dos limites da freguesia e ainda as vias municipais melhor identificadas no ANEXO I ao presente Acordo de Execução.
3. O exercício da delegação da competência é constituído pela prática de todos os atos necessários à prossecução do interesse público, incluindo a varredura e lavagem das valetas, bermas e caminhos.

CAPÍTULO III – Mobiliário urbano

Cláusula 9.ª | Mobiliário urbano

Constituem parte integrante do domínio municipal, diverso mobiliário urbano instalado no espaço público, de diferentes dimensões e características, cuja manutenção, reparação e substituição constituem objeto do presente acordo de delegação de competências.

Cláusula 10.ª | Manutenção e reparação do mobiliário urbano

1. As intervenções no mobiliário urbano referido no artigo anterior compreendem:
 - a) A manutenção do mobiliário existente através da sua limpeza e demais procedimentos que se afigurem adequados;
 - b) Pequenas obras de reparação e conservação do mobiliário, com prioridade para pinturas, limpezas e substituição de peças partidas e/ou danificadas.
2. O exercício da delegação de competências é constituído pela prática de todos os atos necessários à prossecução do interesse público, tendo em atenção o mobiliário em causa, tipologia dos equipamentos e o desgaste e utilização a que estão sujeitos.

CAPÍTULO IV

Realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré - escolar e do primeiro ciclo do ensino básico

Cláusula 11.ª Pequenas reparações em estabelecimentos escolares

- 1- O Município de Soure é proprietário e legítimo possuidor dos seguintes estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico:
 - a) Jardim de Infância de Vila Nova de Anços;
 - b) Escola do 1º ciclo do ensino básico de Vila Nova de Anços.
- 2- Para efeitos da presente cláusula incumbe à segunda outorgante executar, através dos seus meios ou com recurso à contratação de terceiros, pequenos trabalhos nos edifícios identificados no ponto anterior, até ao montante anual de €750,00, designadamente, a título exemplificativo, colocação de vidros, limpeza caleiras, conservação de portas e caixilhos, substituição de lâmpadas, reparação e conservação de torneiras, autoclismos, sanitas, lavatórios.

CAPÍTULO V - Manutenção de espaços envolventes aos estabelecimentos de educação

Cláusula 12.ª | Manutenção de espaços envolventes

A manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação referidos na cláusula anterior, compreende a limpeza, manutenção e conservação dos espaços envolventes, assim como dos espaços de jogo e recreio.

CAPÍTULO VI – Recursos Financeiros

Cláusula 13.ª | Regime de financiamento e modo de afetação

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

1. Os recursos financeiros disponibilizados pela primeira outorgante, para o exercício das competências delegadas mencionadas nos capítulos I, II, III, IV e V, deste Título II, destinados ao cumprimento deste acordo de execução, são transferidos para a Segunda Outorgante mensalmente, até ao limite máximo anual.
2. A título de transferências correntes, como contrapartida da delegação de competências aludida no ponto anterior, a primeira outorgante transfere para a segunda outorgante o valor mensal de €1.250,00 (mil dízentos e cinquenta euros).
3. O valor mensal previsto no ponto anterior deverá ser afeto a Educação 5%; Habitação, Urbanismo e Urbanização 10%; Comunicações e Transportes 65%; Defesa do Meio Ambiente 20%.

CAPÍTULO VII – Direitos e Obrigações

Cláusula 14.ª | Direitos da Primeira Outorgante

Constituem direitos da Primeira Outorgante:

- a) Verificar o estado de manutenção e gestão dos espaços verdes;
- b) Verificar o estado de limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros;
- c) Verificar o estado de conservação do mobiliário urbano;
- d) Verificar o estado de conservação dos estabelecimentos escolares, objeto deste acordo de execução;
- e) Verificar o estado dos espaços envolventes aos estabelecimentos escolares, objeto deste acordo de execução;
- f) Solicitar à Segunda Outorgante informações e documentação, nos termos das cláusulas 19.ª e 20.ª;
- g) Apresentar à Segunda Outorgante sugestões e propostas, no âmbito das reuniões fixadas na cláusula 16.ª.

Cláusula 15.ª | Obrigações da Primeira Outorgante

No âmbito do presente acordo de execução, a Primeira Outorgante obriga-se a:

- a) Proceder à transferência do financiamento previsto neste acordo de execução;
- b) Verificar o cumprimento do acordo de execução;
- c) Elaborar um relatório anual de análise de acordo com o fixado no n.º 3 da cláusula 22.ª.

Cláusula 16.ª | Direitos da Segunda Outorgante

Constituem direitos da Segunda Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências;
- b) Solicitar à Primeira Outorgante apoio técnico no planeamento da intervenção.

Cláusula 17.ª | Obrigações da Segunda Outorgante

No âmbito do presente acordo de execução, a Segunda Outorgante fica obrigada a:

- a) Proceder de forma correta e equilibrada à gestão e manutenção dos espaços verdes;
- b) Proceder de forma correta e equilibrada à limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros;
- c) Proceder de forma correta e equilibrada à manutenção e reparação do mobiliário urbano;
- d) Proceder de forma correta e equilibrada à realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de ensino, objeto deste acordo de execução;
- e) Proceder de forma correta e equilibrada à manutenção de espaços envolventes aos estabelecimentos de educação, de acordo com critérios de eficiência, eficácia e economia;
- f) Pautar toda a sua atuação sob critérios de eficiência, eficácia e economia, no cumprimento das competências delegadas;
- g) Respeitar e fazer respeitar as normas legais e regulamentares aplicáveis a cada uma das competências;
- h) Recrutar os recursos humanos necessários ao cumprimento do presente acordo de execução, sendo da sua responsabilidade o pagamento das despesas por estes originadas;
- i) Entregar à Primeira Outorgante dos relatórios a que se refere o n.º 1 da Cláusula 19.ª.

TÍTULO III – DISPOSIÇÕES COMUNS

CAPÍTULO I – RELATÓRIOS E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

Cláusula 18.ª | Obrigações adicionais

Para uma articulação entre a Primeira Outorgante e a Segunda Outorgante, no âmbito do cumprimento deste acordo de execução, podem os representantes indicados por ambas, reunir-se, trimestralmente, ou sempre que necessário, devendo ser elaboradas atas das reuniões.

Cláusula 19.ª | Informação a disponibilizar pela Segunda Outorgante

1. A Segunda Outorgante deve disponibilizar à Primeira Outorgante, relatórios trimestrais de avaliação de execução do acordo firmado, acompanhados dos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pela Primeira Outorgante.
2. A Segunda Outorgante terá de entregar os relatórios a que se refere o número anterior, até ao dia 10 (dez) do mês seguinte a que disser respeito o trimestre.
3. Para efeitos de apresentação dos relatórios e para cada ano de vigência do contrato, os trimestres referem-se aos períodos abaixo indicados:
1º Trimestre: 1 janeiro a 31 de março;
2º Trimestre: 1 abril a 30 de junho;
3º Trimestre: 1 de julho a 30 de setembro;
4º Trimestre: 1 de outubro a 31 de dezembro.
4. A Primeira Outorgante pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.

Cláusula 20.ª | Verificação dos relatórios

1. Os relatórios referidos no artigo anterior que não sejam acompanhados dos documentos de despesa relativos aos recursos financeiros disponibilizados pela Primeira Outorgante importam para a Segunda a restituição dos mesmos ou de parte destas.
2. Os relatórios trimestrais ficam sujeitos a apreciação da Primeira Outorgante que os aprovará ou retificará no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da sua receção.
3. Sempre que a Segunda Outorgante se oponha à retificação prevista no número anterior, deve apresentar, nos 5 (cinco) dias úteis subsequentes, reclamação em que especifique a natureza dos vícios, erros ou faltas relativas às propostas de alteração da Primeira Outorgante, sob pena de se considerar aceite a retificação.

Cláusula 21.ª | Ocorrências e emergências

A Segunda Outorgante deve comunicar à Primeira Outorgante, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o objeto do presente acordo de delegação de competências a que refere a cláusula 1.ª.

Cláusula 22.ª | Verificação do cumprimento do objeto do acordo de execução

1. A Primeira Outorgante pode verificar o cumprimento do acordo de execução, mediante a realização de vistorias e inspeções à gestão, limpeza, reparações e manutenções realizadas pela Segunda Outorgante, bem como exigir - lhe informações e documentos que considere necessários.
2. As determinações da Primeira Outorgante emitidas no âmbito da verificação do cumprimento do objeto do acordo de execução são imediatamente aplicáveis e vinculam a Segunda Outorgante, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

3. A Primeira Outorgante elabora um relatório anual de análise, com fundamento nas informações disponibilizadas pelos seus serviços técnicos e pela Segunda Outorgante, tendo em vista a avaliação do cumprimento do acordo de execução e se necessário a determinação da correção de eventuais desconformidades detetadas.

CAPÍTULO II – MODIFICAÇÃO, RESOLUÇÃO E CESSAÇÃO DO ACORDO DE EXECUÇÃO

Cláusula 23.ª | Modificação do acordo de execução

1. O presente acordo de execução pode ser modificado por acordo entre as partes outorgantes, sempre que as circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de acordar a delegação de competências tiverem sofrido uma alteração anormal e imprevisível, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do acordo de execução.
2. A modificação do acordo de execução obedece a forma escrita.

Cláusula 24.ª | Resolução pelas Partes Outorgantes

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do acordo de execução, as partes podem resolver o presente acordo de execução quando se verifique:
 - a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos Outorgantes;
 - b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.
2. Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Cláusula 25.ª | Revogação

O presente acordo de execução poderá ser objeto de revogação por mútuo acordo dos outorgantes.

Cláusula 26.ª | Caducidade

1. O acordo de execução caduca nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência, de acordo com o disposto na cláusula 4.ª, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as partes, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
2. O acordo de execução considera-se renovado após a instalação da Assembleia Municipal de Soure, não determinando a mudança dos titulares dos órgãos do Município de Soure e da Freguesia de Vila Nova de Anços, a sua caducidade, salvo se aquele órgão deliberativo autorizar a denúncia deste acordo, no prazo de seis meses após a sua instalação.

CAPÍTULO III – COMUNICAÇÕES, PRAZOS E FORO COMPETENTE

Cláusula 27.ª | Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes Outorgantes, estas poderão ser dirigidas por qualquer meio escrito, designadamente correio normal, fax ou correio eletrónico.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do presente acordo de execução deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 28.ª | Contagem dos prazos

Os prazos previstos neste acordo de execução são contínuos.

Cláusula 29.ª | Foro competente

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014**

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste acordo de execução de delegação de competências será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 30.ª | Entrada em vigor

O presente acordo de execução entra em vigor no dia útil seguinte à sua aprovação por todos os órgãos competentes de cada uma das autarquias.

Parágrafo único:

A minuta deste acordo de execução foi presente a reunião da Câmara Municipal de Soure de e, em conformidade com o disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, submetida à sessão da Assembleia Municipal de Soure de, para efeitos de autorização, no termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, e presente à reunião da Junta de Freguesia de Vila Nova de Anços de, em conformidade com o disposto na alínea i) e j) do n.º 1 do artigo 16.ª da referida Lei, submetido à sessão da Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Anços de, para efeitos de autorização nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º do mesmo diploma legal.

Soure, de de

PELO MUNICÍPIO DE SOURE

O Presidente da Câmara Municipal
(Mário Jorge Da Costa Rodrigues Nunes)

PELA FREGUESIA DE VILA NOVA DE ANÇOS

O Presidente da Junta de Freguesia
(Porfírio António Cardoso Quedas)

ANEXO I

Comprimento das Estradas Municipais na Freguesia de Vila Nova de Anços

- Rotunda norte EN. 341-2/Limite da Freguesia direção Condeixa-a-Nova – 5.200m
- Vila Nova de Anços/Barroco (troço da estrada antiga) – 1.500m
- Vila Nova de Anços/Cercal – 1.700m
- Vila Nova de Anços/Gesteira – 3.000m
- Vila Nova de Anços/Pouca Pena (até ao limite da Freguesia) – 800m

TOTAL: 12.200m

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta de Acordo de Execução de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Vila Nova de Anços e ainda submetê-la à Assembleia Municipal.-----

**Ponto 32. ALTERAÇÕES AO ZONAMENTO E COEFICIENTES DE LOCALIZAÇÃO PARA
CÁLCULO DO VALOR PATRIMONIAL TRIBUTÁRIO
- Nomeação de Interlocutor Municipal**

Foi presente a seguinte informação:

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014**

**Assunto: Alterações ao Zonamento e Coeficientes de Localização para Cálculo do Valor
Patrimonial Tributário
- Nomeação de Interlocutor**

Relativamente ao assunto em epígrafe, informamos:

O Código do IMI prevê no artigo 61º., para a propriedade urbana, a constituição da Comissão Nacional de Avaliação de Prédios Urbanos (CNAPU).

As competências da CNAPU estão definidas no artigo 62º. do atrás aludido Código do IMI.

No passado dia 18 de Novembro de 2014, a Associação Nacional dos Municípios Portuguesas (ANMP), como parte interveniente no processo relacionado com as avaliações, solicitou aos municípios que, através de deliberação do seu órgão Executivo, procedam à nomeação de um técnico com habilitações adequadas, com a finalidade de servir de interlocutor junto dos serviços da Autoridade Tributária, colaborando, designadamente, na fixação do zonamento.

Assim, face ao solicitado, e tendo em conta as habilitações técnicas pretendidas, sugerimos:

Que a Câmara Municipal delibere nomear como interlocutor junto dos serviços da Autoridade Tributária, a Chefe de Divisão da D.G.U.P., Eng.ª Maria José Carvalhão.

À Consideração Superior,
O Adjunto do Presidente,
(Gil Soares, Dr.)
09-12-2014

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Nomeação de Interlocutor Municipal junto dos Serviços da Autoridade Tributária, a Chefe de Divisão da D.G.U.P., Eng.ª Maria José Carvalhão, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 33. CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

Proposta

Considerando as funções e objetivos atribuídos aos Conselhos Municipais de Segurança, criados pela Lei n.º 33/98, de 18 de julho;

Considerando que, de entre estes, assumem particular relevância os que se referem à segurança dos cidadãos, à criminalidade e à exclusão social;

Considerando que uma política preventiva e eficaz naquelas áreas, poderá contribuir para uma melhoria do bem estar da população e a elevação do seu nível de vida;

Considerando ainda que os membros que integrarão o Conselho terão um conhecimento profundo daquelas áreas e poderão contribuir com o seu saber e experiência para definir as linhas orientadoras e a melhor estratégia para o concelho;

Considerando, por último, que não obstante a instalação do Conselho competir ao Presidente da Câmara Municipal, a elaboração e aprovação do respetivo regulamento compete à Assembleia Municipal;

Sugere-se, solicitar à Assembleia Municipal a elaboração e aprovação de um Regulamento do Conselho Municipal de Segurança do Município de Soure.

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

À reunião de Câmara.
Soure, 10 de dezembro de 2014
O Vice-Presidente
(Jorge Mendes, Dr.)

e

Assunto: CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

Relativamente ao assunto em epígrafe, informamos:

Os Conselhos Municipais de Segurança são regulamentados pela Lei nº 33/98, de 18 de Julho, e caracterizam-se por serem entidades de âmbito municipal com funções de natureza iminentemente consultivas, de articulação, informação e cooperação.

No município de Soure o Conselho Municipal de Segurança não foi, ainda, instalado, sendo que essa competência, nos termos do nº 1 do artigo 8º da Lei nº 33/98, é do Presidente da Câmara Municipal.

Constituem **objetivos** dos conselhos municipais de segurança:

- a) Contribuir para o aprofundamento do conhecimento da situação de segurança na área do município, através da consulta entre todas as entidades que o constituem;
- b) Formular propostas de solução para os problemas de marginalidade e segurança dos cidadãos no respetivo município e participar em ações de prevenção;
- c) Promover a discussão sobre medidas de combate à criminalidade e à exclusão social do município;
- d) Aprovar pareceres e solicitações a remeter a todas as entidades que julgue oportunos e diretamente relacionados com as questões de segurança e inserção social.

Para a prossecução daqueles objetivos, compete aos conselhos municipais de segurança dar parecer sobre:

- 1- A evolução dos níveis de criminalidade na área do município;
- 2- O dispositivo legal de segurança e a capacidade operacional das forças de segurança no município;
- 3- Os índices de segurança e o ordenamento social no âmbito do município;
- 4- Os resultados da atividade municipal de proteção civil e de combate aos incêndios;
- 5- As condições materiais e os meios humanos empregues nas atividades sociais de apoio aos tempos livres, particularmente dos jovens em idade escolar;
- 6- A situação sócio-económica municipal;
- 7- O acompanhamento e apoio das ações dirigidas, em particular, à prevenção da toxicodependência e à análise da incidência social do tráfico de droga;
- 8- O levantamento das situações sociais que, pela sua particular vulnerabilidade, se revelem de maior potencialidade criminógena e mais carecidas de apoio à inserção.

No que respeita à composição dos conselhos municipais de segurança, o artigo 5º do referido diploma legal determina que integram este órgão consultivo:

- a) O presidente da câmara municipal;
- b) O vereador do pelouro, quando este não seja assegurado pelo próprio presidente da câmara;
- c) O presidente da assembleia municipal;
- d) Os presidentes das juntas de freguesia, em número a fixar pela assembleia municipal;
- e) Um representante do Ministério Público da comarca;
- f) Os comandantes das forças de segurança presentes no território do município, bem como dos serviços de proteção civil e dos bombeiros;

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

- g) Um representante do Projeto VIDA;
- h) Os responsáveis na área do município pelos organismos de assistência social, em número a definir no regulamento de cada conselho;
- i) Os responsáveis das associações económicas, patronais e sindicais, em número a definir no regulamento de cada conselho;
- j) Um conjunto de cidadãos de reconhecida idoneidade, designados pela assembleia municipal, em número a definir no regulamento de cada conselho, no máximo de 20.

Os membros do conselho municipal de segurança tomam posse perante a assembleia municipal.

O Conselho Municipal de Segurança é presidido pelo presidente da câmara municipal, e reúne ordinariamente uma vez por trimestre, mediante convocação do presidente da câmara municipal.

Sobre o funcionamento do Conselho a Assembleia Municipal elabora e aprova o regulamento provisório, que envia a título consultivo ao Conselho e este, na sua primeira reunião, emite parecer sobre o documento a enviar à assembleia municipal.

Na sua primeira sessão após a receção do parecer, a assembleia municipal discute e aprova o regulamento definitivo.

Face ao atrás exposto, conclui-se:

- 1- O Conselho Municipal de Segurança de Soure não se encontra instalado;
- 2- Compete ao Presidente da Câmara Municipal assegurar a instalação do Conselho, nos termos do nº 1 do artigo 8º;
- 3- Os membros de cada Conselho tomam posse perante a Assembleia Municipal;
- 4- A Assembleia Municipal terá de elaborar e aprovar um regulamento provisório, para envio, a título consultivo ao Conselho que o analisará na sua primeira reunião;
- 5- A Assembleia Municipal terá, ainda, de fixar o nº de Presidentes das Juntas de Freguesia a fazerem parte do órgão, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 5º, assim como designar, no máximo de vinte, um conjunto de cidadãos de reconhecida idoneidade, conforme o previsto na alínea j) do nº 1 do artigo 5º.

À Consideração Superior,
O Adjunto do Presidente,
(Gil Soares, Dr.)
21-10-2014

O Senhor Presidente referiu que: “foi entendido que devemos também evoluir para, no Concelho de Soure, constituirmos o Conselho Municipal de Segurança, à semelhança do que se faz com outras áreas. É evidente que não esperamos que haja problemas de segurança ou de guerra no Concelho de Soure. É uma competência da Assembleia Municipal mas, ainda assim, entendemos recomendar à Assembleia Municipal que pense em constituir este Conselho Municipal de Segurança.”

O Senhor Vice-Presidente Dr. Jorge Mendes referiu que: “este ponto tem a ver com a constituição do Conselho Municipal de Segurança. Este órgão nunca foi constituído no Concelho de Soure. É um órgão que está prevista a sua constituição

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

e regulamentação na Lei n.º 33/98 e é de natureza consultiva. Articula, informa e coopera com os restantes órgãos, nomeadamente a Câmara Municipal.

Os seus objetivos são: contribuir para o aprofundamento de conhecimento de situações de segurança no Concelho; formular propostas de soluções no que compete à marginalidade e segurança dos cidadãos; aprovar pareceres e remeter às entidades que julgar convenientes.

Apesar da sua implementação ser feita pelo próprio Presidente da Câmara enquanto membro do futuro Conselho Municipal de Segurança, a elaboração do Regulamento e a aprovação compete, não à Câmara Municipal, mas à Assembleia Municipal, daí que o que se pretende é que se sugira àquele órgão que aprove um regulamento. É a própria Assembleia Municipal que discute e aprova o regulamento, e que dá posse ao próprio Conselho Municipal de Segurança. Posteriormente a essa aprovação e à tomada de posse, o Conselho Municipal de Segurança reunirá em primeira reunião, analisará o regulamento aprovado na Assembleia Municipal e dará um parecer sobre o mesmo, propondo, se achar conveniente, alterações que entender e submeterá novamente à Assembleia Municipal para aprovação definitiva.

Assim, porque achamos que a constituição deste órgão é importante para o concelho, proponho a aprovação da proposta, no sentido de submetermos à Assembleia Municipal uma sugestão de elaboração e aprovação de um regulamento do concelho municipal de segurança.”

Deliberado, por unanimidade, solicitar à Assembleia Municipal a elaboração e aprovação de um Regulamento para o Conselho Municipal de Segurança.-----

Ponto 34. TARIFÁRIOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Foi presente a seguinte informação:

**ASSUNTO: TARIFÁRIOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS
. MANUTENÇÃO DOS TARIFÁRIOS ATUAIS PARA 2015**

Em 11 de Agosto de 2014, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar as alterações tarifárias dos Serviços de Abastecimento Público de Água e de Saneamento de Águas Residuais, mantendo o do Serviço de Recolha de Resíduos Sólidos.

Na prática, os tarifários foram aplicados aos consumos registados em Outubro, pelo que a consequente alteração de receita apenas se verificará a partir do atual mês de Dezembro.

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014**

Desta forma, uma vez que a alteração tarifária ocorreu recentemente, que o impacto da mesma sobre a receita liquidada não permite ainda uma análise segura, sugere-se que se mantenham os tarifários atuais para o ano de 2015.

À consideração superior,
O Técnico Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
12/12/2014

**Serviço de Abastecimento Público de Água
Proposta de Tarifário 2015**

Abastecimento de Água	Euro/Mês
Tarifa Fixa	Ø do contador
1. Utilizadores domésticos	
≤ 25 mm	3,5000
> 25 mm ≤ 30 mm	5,9000
> 30 mm ≤ 50 mm	29,9000
> 50 mm ≤ 100 mm	59,9000
> 100 mm ≤ 300 mm	119,9000
2. Utilizadores não domésticos	
≤ 20 mm	3,6000
> 20 mm ≤ 30 mm	5,9000
> 30 mm ≤ 50 mm	29,9000
> 50 mm ≤ 100 mm	59,9000
> 100 mm ≤ 300 mm	119,9000
Tarifa Variável	m3 de água consumida
1. Utilizadores domésticos	
1.º Escalão ≤ 5 m3	0,5900
2.º Escalão > - ≤ 15 m3	0,7400
3.º Escalão > 15 - ≤ 25 m3	0,9200
4.º Escalão > 25m3	1,2600
2. Utilizadores não domésticos	1,2600

Tarifários Especiais	Artigo 65.º do RSAPA
1. Utilizadores domésticos	
a) Social	
Tarifa fixa	Isento

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014**

Tarifa variável	O 1.º Escalão da tarifa variável dos utilizadores domésticos é alargado em 5 m3 por cada membro que ultrapasse o primeiro elemento, com o limite mensal de 15 m3.
b) Familiar	
Tarifa fixa	Igual aos dos utilizadores domésticos
Tarifa variável	Escalões com benefício (1.º e 2.º Escalões aplicável aos utilizadores domésticos) Agregado com 5 membros: O 1.º Escalão é alargado em 5 m3 (1.º Escalão: ≤ 10 m3); Agregado com mais de 5 membros: 1.º Escalão: ≤ 10 m3; 2.º Escalão é alargado em 5 m3 por cada membro que ultrapasse o 5º elemento.
2. Utilizadores não domésticos	
Tarifa fixa	Igual aos dos utilizadores não domésticos
Tarifa variável	0,6300 euros/m3 (50% da tarifa dos utilizadores não domésticos)

Serviços Auxiliares	Euro
1. Execução de ramais	
Até 4 m com tubo de ½ ou ¾	152,3400
Até 8 m com tubo de ½ ou ¾	219,3700
Até 4 m com tubo de 1'	158,4300
Até 8 m com tubo de 1'	231,5600
Até 4 m com tubo de 1' e ¼	176,7200
Até 8 m com tubo de 1' e ¼	255,9300
Até 4 m com tubo de 1' e ½	176,7200
Até 8 m com tubo de 1' e ½	255,9300
Cada metro adicional	21,3300
2. Instalação do contador	33,5100
3. Realização de vistoria aos sistemas prediais	33,5100
4. Suspensão do fornecimento (por incumprimento ou a pedido do utilizador)	30,4700
5. Restabelecimento do fornecimento (por incumprimento ou a pedido do utilizador)	30,4700
6. Transferência do contador	36,5600
7. Leitura extraordinária dos consumos de água*	30,4700
8. Verificação extraordinária do contador (aferição) a pedido do utilizador **	
8.1. ≤ 25 mm	37,7800
8.2. > 25 mm - ≤ 40 mm	42,6600
8.3. > 40 mm	79,2200

* Tarifa devolvida se os valores constantes da leitura (fatura) não estiverem corretos.

** Tarifa devolvida se a avaria, a existir, não for imputável ao utilizador.

Aos valores propostos acresce IVA à taxa legal em vigor: Abastecimento Público de Água (6%) e serviços auxiliares

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014**

(23%).

**Serviço de Saneamento de Águas Residuais
Proposta de Tarifário 2015**

Tratamento de Águas Residuais	Euro/Mês
Tarifa Fixa	
Utilizadores do tipo doméstico	3,5000
Utilizadores do tipo não doméstico	3,6000
Tarifa Variável	Sobre 90% volume de Água consumida (m3)
Utilizadores do tipo doméstico	
1.º Escalão ≤ 5 m3	0,4600
2.º Escalão > 5 - ≤ 15 m3	0,5800
3.º Escalão > 15 - ≤ 25 m3	0,7200
4.º Escalão > 25 m3	0,9000
Utilizadores do tipo não doméstico	0,9000

Tarifários Especiais	Artigo 65.º do RSAPA
1. Utilizadores domésticos	
a) Social	
Tarifa fixa	Isento
Tarifa variável *	O 1.º Escalão da tarifa variável dos utilizadores domésticos é alargado em 5 m3 por cada membro que ultrapasse o primeiro elemento, com o limite mensal de 15 m3.
b) Familiar	
Tarifa fixa	3,5000 euros
Tarifa variável *	Escalões com benefício (1.º e 2.º Escalões aplicável aos utilizadores domésticos) Agregado com 5 membros: O 1.º Escalão é alargado em 5 m3 (1.º Escalão: ≤ 10 m3); Agregado com mais de 5 membros: 1.º Escalão: ≤ 10 m3; 2.º Escalão é alargado em 5 m3 por cada membro que ultrapasse o 5º elemento.
2. Utilizadores Não domésticos	
Tarifa fixa	3,6000 euros
Tarifa variável *	0,4600 euros/m3 (redução de 48.89% da tarifa dos utilizadores não domésticos)

Serviços Auxiliares	Euro
1. Execução de remais	

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014**

Até 5 m com diâmetro de 125	298,5200
Até 10 m com diâmetro de 125	454,5700
Até 5 m com diâmetro de 160	305,3100
Até 10 m com diâmetro de 160	468,1400
Cada metro adicional	30,5400
2. Limpa fossas	
2.1. Até um tanque	10,0000
2.2. Por cada tanque ou fração além do primeiro	6,0000
3. Instalação de medido de caudal	33,5100
4. Realização de vistoria aos sistemas prediais	33,5100

* Aplicável sobre 90% do volume de água consumida

Aos valores propostos acresce IVA à taxa legal em vigor: Serviço de Saneamento de Águas Residuais (isento) e serviços auxiliares (23%)

**Serviço de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos
Proposta de Tarifário 2015**

Recolha de Resíduos Sólidos	Euro/Mês *
Utilizadores Domésticos	
1.º Escalão ≤ 5 m3	2,0000
2.º Escalão > 6 e ≤ 20 m3	2,0000 + 0,0750 / m3
3.º Escalão > 20 m3	2,0000 + 0,1000 / m3
Utilizadores Não Domésticos	
Associações Culturais, Desportivas, Recreativas ou Sem Fins Lucrativos	Isentas
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Soure	Isentas
Instituições Particulares de Solidariedade Social	Isentas
Juntas de Freguesia do Concelho	Isentas
Cafés, Snacks	6,0000
Comércio e Serviços	6,0000
Hotelaria, Restauração e Similares	9,0000
Indústria	7,5000
Instituições Financeiras	12,5000
Médias Superfícies Comerciais e Farmácias	12,5000
Serviços Públicos	11,0000
Outros	11,0000

Os presentes valores estão isentos de IVA

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014

O Senhor Presidente referiu que: “a proposta para 2015 é de manutenção dos atuais tarifários que aprovámos em agosto do corrente ano. Na prática, chegou à casa dos Municípes, de 01 a 10 de dezembro, a primeira fatura já com os novos tarifários. A informação que posso dar, ainda que não escrita, é de confirmação daquilo que era o nosso estudo, sendo que o valor global da receita da água se mantem, comparado com o período homólogo do ano passado. Há é variações que têm a ver com o ajustamento do tarifário, diminuição dos escalões superiores e aumento do primeiro escalão. O aumento da receita do Município reflete-se, de facto, no saneamento. Este primeiro indicador leva a que aquilo que temos orçamentado para 2015, mantendo este tarifário, está dentro das nossas expectativas. Aquando da aprovação do orçamento, a expectativa de receita da água era exatamente a mesma, dos 700.000,00 euros, havia um aumento de 200.000,00 euros na área do saneamento. Estima-se que haja, de facto, uma variação na ordem dos 18.000,00 euros no saneamento que extrapolado para o ano de 2015, vai dar os tais 200.000,00 euros que esperamos aumentar na receita do saneamento. Quando discutimos os tarifários, foi levantada a questão porque é que estes não se atualizavam. É uma obrigação do Município, enquanto entidade gestora, todos os anos até ao final do ano, indicar à Entidade Reguladora e aos seus clientes quais os tarifários que vão aplicar no ano seguinte, portanto, estamos aqui a cumprir uma obrigação. Se o tarifário que aprovámos, há pouco tempo, é este, achamos que não existem fatores que nos obriguem a fazer uma atualização, nem para mais, nem para menos. A tendência será atualizar, quanto mais não seja pelos valores da inflação, pelo menos isso seria o correto. Não o fazer em 2015 é porque ainda agora entrou em vigor um modelo recente. Portanto, daqui a um ano, o Município estará dotado de uma melhor avaliação do comportamento do sistema para poder então alterar e corrigir. Este formalismo de apresentarmos a mesma proposta, é para cumprir uma obrigação legal, porque os consumidores têm o direito de, atempadamente, saber qual é a intenção do prestador de um serviço público. Continua a não haver alterações para o serviço de recolha de resíduos urbanos e a seu tempo apresentaremos um Regulamento para esta área.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “compreendo bem o seu ato de introspeção sobre uma medida política que, conjuntamente com a CDU, aplicou relativamente há pouco tempo e à qual nos opusemos. O Senhor Presidente é o primeiro responsável por uma aplicação monstruosa de aumentos deste serviço público há dois meses atrás, e agora vem dizer-nos que para o ano já não vai proceder a aumentos. É preciso, devo dizê-lo, algum descaramento. Acho que haveria uma maneira mais adequada de fazer isso que, salvo melhor opinião, foi aquela que nós propusemos, ou seja, aumentos faseados durante um determinado período de tempo, de modo a que pudéssemos atingir os objetivos de uma maneira mais dilatada e menos agressiva para os bolsos dos Municípes. Não foi essa a opinião do Senhor Presidente, dos Senhores Vereadores do PS e

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

também da Senhora Vereadora da CDU, mas a democracia é assim. Fica para a história do nosso Concelho essa formação de uma grande unidade de esquerda para ir aos bolsos dos sourenses.

De qualquer maneira, permitia-me só dar nota que, por aquilo que li nesta proposta de não aumento de tarifários para o próximo ano, com a qual concordamos, é um técnico superior que subscreve a proposta e, portanto, nos sugere isto. Nós estamos, portanto, a deliberar sobre um tarifário de água para o próximo ano, no qual nos revemos, mas estamos a deliberar sobre uma proposta de um técnico superior, é isso?

O Senhor Presidente referiu que: “obviamente que o Município organiza-se no seu funcionamento pelo próprio executivo, que tem esta competência, e depois pela estrutura dirigente dos serviços. O técnico superior que neste caso coordena a parte da contabilidade e administração geral do Município, não sendo um dirigente instituído, porque estão por ocupar as vagas de chefe de divisão, uma das obrigações dos dirigentes funcionais é alertar o executivo para as suas obrigações. Tendo aumentado há pouco tempo os tarifários, estando o impacto do aumento só agora a verificar-se na fatura do mês dezembro, subscrevo e trago à reunião de Câmara, é uma proposta do Presidente da Câmara.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “os fundamentos disse-os há pouco em relação aos aumentos. Disse também qual é a nossa opinião sobre esta proposta e, por isso, votá-la-emos a favor. Agora permitir-me-á que retome de novo a maneira como concluí, ou seja, de que não é assim que as coisas se fazem numa proposta desta natureza. Esta é uma proposta que implica uma decisão política do órgão máximo que é a Câmara Municipal e não é um técnico superior que deve subscrever-la. Salvo melhor opinião, não é um técnico superior que, devo dizê-lo, nos merece toda a credibilidade, respeito e consideração, que deve ser o autor de uma proposta desta natureza. Ficaria muito melhor a este executivo deliberar sobre uma proposta do Senhor Presidente de Câmara, com um preâmbulo justificativo e depois com a sua opinião pessoal que seria ponderada por nós, concordando ou discordando. Situações desta natureza, do meu ponto de vista, não lhe ficam bem, enquanto Presidente de um órgão executivo.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “irei votar favoravelmente esta proposta, tendo em conta o aumento que os nossos Municípios começaram a pagar a partir de dezembro. Concordo inteiramente que em 2015 não haja aumento do preço da água. Continuo a rever-me na votação que fiz sobre o tarifário, em agosto, que foi a medida possível e urgente para podermos criar alguma sustentabilidade.”

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

O Senhor Vice-Presidente Dr. Jorge Mendes referiu que: “o Senhor Presidente já esclareceu, e bem, este ponto e porque é que iremos manter, para o ano de 2015, o tarifário de 2014. O que está aqui em causa é que tendo em conta o tarifário aprovado, há poucos meses, por este Executivo e dado que o seu impacto efetivo foi a partir do mês de outubro cuja receita está a ser cobrada no mês de dezembro, ainda é cedo para avaliarmos o reflexo definitivo sobre a receita, embora tenhamos indícios de que os valores projetados vão ser cumpridos. Refira-se que o estudo que foi feito, na altura, para apresentação do tarifário, foi realizado internamente. Queria aqui saudar o empenho dos técnicos desta Câmara que, sem recurso a entidades externas, ou seja, sem encargos financeiros para a Autarquia, permitiu-nos fazer o estudo que nos levou a aplicar um tarifário, sem custos para a Autarquia e cujos indicadores revelados nesta primeira cobrança, estão de acordo com as nossas previsões. Enquanto membro deste Executivo, saúdo os técnicos desta Autarquia que, conjuntamente comigo e com o Senhor Presidente, permitiram concluir o estudo que nos levou a determinada decisão e, pelos primeiros resultados, parece que foram estudos sérios e adequados à situação.

Sobre a questão levantada pelo Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa, recordo-me da sua opinião formulada na altura, aquando da apresentação do estudo do tarifário. Referiu que não estava contra a que, de facto, pudesse haver um aumento, até porque as receitas diretas da água e do saneamento eram inferiores aos custos diretos que a Câmara Municipal tinha. O que na altura sugeri foi que o aumento que repusesse os custos diretos e os custos de investimento, pudesse ser faseado. Na altura aquilo que dissemos é que a proposta que estava a ser feita determinava o aumento da receita faseado e que repunha os níveis a metade dos custos de investimento. Portanto, foi feito um aumento gradual, não foi um aumento que repusesse totalmente os custos. Agora, o fundamento desta nossa proposta baseia-se em função dos dados já recolhidos, que sendo dados indicativos são no entanto ainda preliminares. Por isso e até tenhamos dados mais amplos e significativos, achamos que os tarifários se devem manter para o próximo ano.”

O Senhor Presidente referiu que: “quanto à forma, tendo em conta o que estamos aqui a discutir, parece-me correta e tem toda a pertinência. Primeiro, aquilo que o técnico sugere é que é necessário cumprir uma formalidade legal, segundo a lei, antes do final do ano para o tarifário entrar em vigor em 2015. É o cumprimento de uma obrigação legal e ele faz uma sugestão, que se mantenham os tarifários, portanto, a proposta não é do técnico superior, ele faz uma sugestão nos tarifários atuais para o ano de 2015. Quanto ao conteúdo, o Presidente da Câmara como qualquer Vereador, até na própria reunião de Câmara, estando o assunto em discussão pode fazer propostas, por escrito, verbais, a lei não define qual a forma de proposta.

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

A minha proposta é, aceito a sugestão dos serviços e proponho ao executivo que aproveemos estes tarifários para 2015. Toda a fundamentação para chegarmos a este valor está na deliberação que tomámos a 11 de agosto de 2014.

O novo regulamento introduzia novas formas de tarifário cujos escalões são impostos pelo mesmo, como a introdução da tarifa social e a criação das tarifas para as famílias numerosas. As tarifas são uma competência do Município e o regulamento é uma proposta da Câmara aprovado pela Assembleia Municipal. Decorre do próprio regulamento que X dias após a sua aprovação devemos criar o tarifário adequado.

Uma análise ao comportamento dos consumidores, está a ser feita agora em dezembro e entendemos que foram atingidos alguns objetivos, não pondo em causa a sustentabilidade do sistema. Nós orçamentámos, para 2015, o mesmo valor que tínhamos para 2014 e para 2013. Nós não aumentámos a receita do serviço de fornecimento de água, aumentámos sim a perspectiva de receita de dar sustentabilidade a um sistema que é decrépito, deficitário, altamente prejudicial às finanças públicas e ao ambiente do Concelho de Soure que é o saneamento básico. Como estava a ser gerido, não podia implicar novos investimentos, criação de novas etar, ampliação de rede e recolha de águas residuais pois havia um desfasamento total entre aquilo que são os padrões de custos no saneamento básico com as suas normas de boa execução e de bom funcionamento.

As tarifas aprovadas hoje, aumentos ou manutenção de preços ou que fossem diminuições, são para vigorar durante o ano de 2015 a não ser que lancemos um novo regulamento em 2015 e aí ficamos com cobertura legal para alterar tarifa. Não havendo nova alteração regulamentar em 2015, o tarifário que aprovarmos hoje é válido para todo o ano de 2015, daí que não podia haver aqui outra progressividade, a não ser que tivéssemos evidenciado que tínhamos exagerado na dose ou que os resultados fossem demasiado maus e que tivéssemos que fazer correções agora. Na altura, relativamente ao serviço de águas, havia um forte risco, e não está excluído, mas é um risco que estamos a correr, de que a receita da água baixasse, isso está espelhado no estudo que foi apresentado em agosto. Sabíamos que, objetivamente no saneamento, ia aumentar a receita, mas na água havia o risco, com a eliminação do 5.º e 6.º escalão, de que a receita da água baixasse e tivéssemos que corrigir ainda mais o tarifário da água.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “vamos ao factos. O Senhor Presidente e os Senhores Vereadores do PS e da CDU são os responsáveis pelo maior aumento do tarifário destes serviços, dos últimos anos, no Concelho de Soure e, desse epíteto, ninguém vos pode libertar. Naturalmente, não concordámos com a vossa posição contrária aos interesses dos munícipes e, pelo que se constata, parece que os senhores estão a recuar. Portanto, a asneira foi tanta que agora se calhar é melhor não fazermos nenhum aumento, pensam os senhores. Bem que vos compreendemos, acho que é uma situação difícil de sustentar junto das pessoas mas, de qualquer maneira, o caso em concreto é este: dizem

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

que para o próximo ano pretendem não aumentar os tarifários e nós concordamos com isso pois, tendo em linha de conta a situação que ocorreu há dois meses atrás, parece-nos ser uma saída airosa que estão a tentar encontrar. Esperamos que para os tarifários de 2016, não venham de novo com um aumento de dimensão colossal, quando, faseadamente, podíamos ir fazendo as coisas com um amplo consenso entre todos. Por isso, fica para a história o seguinte: há dois meses aprovaram um aumento colossal. Agora, na proposta, diz-se que não deve haver aumento para 2015. Nós vamos concordar, tendo em linha de conta que pode ser uma maneira de repormos algum desnível que existiu há dois meses atrás e ficamos com grandes expectativas para ver os aumentos propostos para 2016.”

O Senhor Vice-Presidente Dr. Jorge Mendes referiu que: “só quero dizer ao Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa que ainda bem que não aceitámos a sua sugestão, na altura da aprovação do Plano de Atividades e Orçamento, de aumentar o investimento no saneamento, porque senão tínhamos agora que aumentar as taxas de saneamento.”

**34.1. Serviço de Abastecimento Público de Água
- Proposta de Tarifário 2015**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de Tarifário do Serviço de Abastecimento Público de Água para o Ano de 2015.-----

**34.2. Serviço de Saneamento de Águas Residuais
- Proposta de Tarifário 2015**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de Tarifário do Serviço de Saneamento de Águas Residuais para o Ano de 2015.-----

**34.3. Serviço de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos
- Proposta de Tarifário 2015**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de Tarifário de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos para o Ano de 2015.-----

Ponto 35. SANEAMENTO E SALUBRIDADE

. RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

- . Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) a Destino Final, Fornecimento, Colocação, Manutenção, Lavagem e Desinfecção de Contentores no Concelho de Soure**

- Prorrogação do Prazo Fixado para Apresentação de Propostas

Foi presente a seguinte informação:

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Dezembro de 2014***

Assunto: SANEAMENTO E SALUBRIDADE

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

- RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU) A DESTINO FINAL, FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO, MANUTENÇÃO, LAVAGEM E DESINFECÇÃO DE CONTENTORES NO CONCELHO DE SOURE
 - PRORROGAÇÃO DO PRAZO FIXADO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

O Júri do Concurso Público Internacional de prestação de serviços de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) a destino final, Fornecimento, Colocação, Manutenção, Lavagem e Desinfecção de Contentores no Concelho de Soure, procedeu à análise de todos os pedidos de esclarecimentos e de erros e omissões, apresentadas por diversos concorrentes, tendo formulado as respetivas respostas, conforme ata de 12/12/2014.

A análise a todas as questões levantadas de entre os 17 interessados neste Concurso Internacional, tornaram-se demasiado complexas, mereceram uma análise cuidada e atenta à legislação em vigor e a diversos esclarecimentos obtidos junto de diversas entidades e serviços técnicos.

Verificando-se que a comunicação destas respostas será dada para além do prazo estabelecido para o efeito, face ao que dispõe o n.º 1 do artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos, o prazo fixado para apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.

As decisões de prorrogação, nos termos do disposto do já indicado artigo 64.º, cabem ao órgão competente para a decisão de contratar e devem ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 130.º, nos n.ºs 1 a 3 do artigo 131.º, no n.º 1 do artigo 167.º, no artigo 197.º e no artigo 208.º

Assim, sanadas que estão todas as dúvidas sobre os esclarecimentos e sobre os erros e omissões, sugere-se à Câmara Municipal que delibere no sentido de prorrogar o prazo de apresentação das propostas para o 16º dia seguinte à publicação em Diário da República e no Jornal Oficial da Comunidade Europeia desta decisão.

O Membro do Júri,
(Ivo Costa, Dr.)
12/12/2014

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Prorrogação do Prazo Fixado para Apresentação de Propostas, conforme decorre da informação técnica dos serviços.----